



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Thamires de Lima Silva

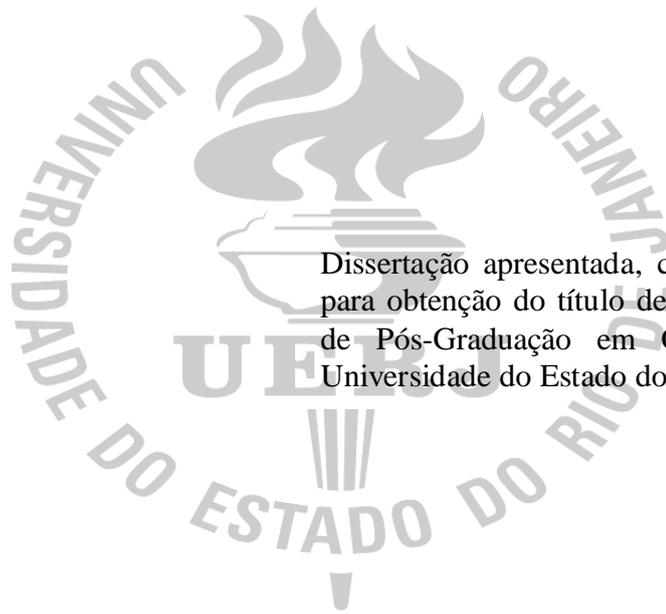
**Do invadir ao permanecer: experiências do habitar e precariedade
numa invasão fabril no Complexo de Acari**

Rio de Janeiro

2017

Thamires de Lima Silva

**Do invadir ao permanecer: experiências do habitar e precariedade
numa invasão fabril no Complexo de Acari**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patrícia Birman

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

S586 Silva, Thamires de Lima.
Do invadir ao permanecer: experiências do habitar e precariedade numa invasão fabril no Complexo de Acari / Thamires de Lima Silva. – 2017.
105 f.

Orientadora: Patrícia Birman.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.
Bibliografia.

1. Favelas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Acari (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 3. Habitação popular – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Birman, Patrícia, 1949- II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 333.326(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Thamires de Lima Silva

**Do invadir ao permanecer: experiências do habitar e precariedade
numa invasão fabril no Complexo de Acari**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 04 de setembro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Patrícia Birman (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Marcia da Silva Pereira Leite
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Roberta Sampaio Guimarães
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. Edson Miagusko
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Rio de Janeiro

2017

Para Ana Maria, Jonas, Ana Claudia e Waldice (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro por terem me permitido uma grande experiência na minha formação de pesquisadora e pelo estímulo intelectual ao longo das disciplinas cursadas.

Sou grata em especial à minha orientadora Patrícia Birman que me acolheu com muito entusiasmo nessa jornada da dissertação, agradeço imensamente. A Sônia e Wagner, funcionários da secretaria do PPCIS-UERJ, agradeço pelas orientações e atendimentos atentos durante minha permanência no mestrado. Aos professores Márcia Pereira Leite, Edson Miagusko e Roberta Sampaio Guimarães por aceitarem compor a banca e por ampliar minha lente de análise da pesquisa.

Aos colegas do grupo de pesquisa Distúrbio, Camila, Dafne, Heloísa, Jorge, Cleiton, professora Carly Machado, obrigada pela troca de conhecimento, envolvida por grande interesse e entusiasmo nos encontros. Sou grata particularmente a Adriana Fernandes que desde antes de conhecê-la pessoalmente, me estimulou intelectualmente a partir de sua tese e me incentivou a não abandonar meu interesse no estudo.

À turma da disciplina Etnografias Urbanas do IESP/UERJ, ministrada pela professora Mariana Cavalcanti, realizada em 2016. As ricas leituras e trocas de ideias e reflexões me instigaram a pensar a cidade não pelo o que ela deixou de ser, mas a partir de sua potencialidade transformadora e das pessoas que nela vivem. Grata pelo estímulo a sensibilidade etnográfica e ao comprometimento com o trabalho de campo com que tanto nos incentivou ao longo do curso.

As que nunca deixaram de serem minhas interlocutoras de academia: Samantha Gifalli, Letícia Ribeiro e Elizete Ignácio, sem o estímulo, as críticas e o apoio de vocês eu não teria ido tão longe nessa jornada.

Aos amigos da turma de mestrado de 2015 do PPCIS/UERJ, foi uma grande felicidade encontrar pessoas tão diversas, transparentes e engajadas em seus projetos e lutas. Eu enxerguei em vocês a essência do que é ser UERJ.

Aos amigos e colegas do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ: Allan, Bárbara, Ninna e Aline obrigada pela amizade incrível construída.

A minha grande amiga Tarcilla, por todas as lágrimas e risos que compartilhamos juntas no decorrer de nossa trajetória. A minha irmã Ana Claudia, o apoio e a sua felicidade com as minhas conquistas foram e são essenciais.

Ao CNPQ pelos recursos concedidos no primeiro ano do mestrado com uma bolsa de estudos e a FAPERJ através da obtenção da Bolsa de Mestrado Nota 10 no segundo ano do mestrado. Tais recursos foram fundamentais para a continuidade desse trabalho de pesquisa.

Aos meus pais, devo tudo o que sou. Obrigada pelo apoio incondicional e todo o suporte necessário para construir minha trajetória profissional.

“A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutro galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”

Guimarães Rosa (Grande Sertão Veredas)

RESUMO

SILVA, Thamires de Lima. **Do invadir ao permanecer:** experiências do habitar e precariedade numa invasão fabril no Complexo de Acari. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Este trabalho tem como objetivo analisar as formas de produção de moradia e construção de habitação popular no Rio de Janeiro. A dissertação parte do argumento de que a conversão de ruínas fabris em invasão de moradia existentes dentro ou próximo às favelas é uma estratégia de habitação popular empreendida como projeto de permanência. O trabalho de campo foi realizado numa invasão a um terreno fabril localizado no Complexo de Acari, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Analiso as transformações da moradia numa ruína fabril, mobilizando percepções dos atores sociais, articulações e governanças presentes no território. A etnografia resultante da pesquisa recai sobre a construção da precariedade, a partir dos efeitos da produção de territorialidades periféricas e da gestão política dessas áreas, empreendida por práticas estatais, dinâmicas do tráfico de drogas e moradores. O objetivo é fomentar o debate sobre como a população em sua vida cotidiana constrói sua experiência de “habitar na cidade”.

Palavras-chave: Invasão (de moradia). Habitação popular. Precariedade. Rio de Janeiro. Favela.

ABSTRACT

SILVA, Thamires de Lima. **To invade to stay:** experiences of dwelling and precariousness in an invasion of factory ruins in the Complexo de Acari. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The objective of this research is to analyze forms of housing production and the construction of popular housing in Rio de Janeiro, Brazil. The thesis argues that the conversion of factory ruins into “invasions” (a.k.a. “occupations”, “squats”) inside of or near to slums is a popular housing strategy with an aim of permanency. Fieldwork was carried out in an “invasion” of a factory located in the Complexo de Acari, in the North Zone of the city of Rio de Janeiro. In this context of factory ruin housing, the research analyzes shifts in mobilizing perceptions of social actors and articulations and governances within the territory. Ethnographic methods utilized in the research focus on the construction of precariousness – from the effects of the production of peripheral territorialities, to the political management of these areas via state practices, drug traffic dynamics and the inhabitants. The goal is to advance the debate about how the population in their everyday life builds their "dwelling in the city" experience.

Keywords: Invasions (of housing). Popular housing. Precariousness. Rio de Janeiro. Favela.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Área de acesso ao bloco 2.....	12
Figura 2 –	Mapa das Comunidades do Complexo de Acari.....	29
Figura 3 –	Casas e mata aos fundos.....	30
Figura 4 –	Foto aérea da Parmalat em 2003.....	42
Figura 5 –	Foto aérea da Comunidade Vida-Nova em 2017.....	43
Figura 6 –	Mapa da Parmalat elaborado pelos Agentes Comunitários de Saúde.....	44
Figura 7 –	Margens do Rio Acari e ao fundo a Comunidade Parque Unidos de Acari.....	51
Figura 8 –	Expansão horizontal das moradias do prédio 2.....	53
Figura 9 –	Moradias no último pavimento do Prédio 1.....	55
Figura 10 –	Moradias no interior do Prédio 3.....	55
Figura 11 –	Moradias localizadas nas ruas do antigo terreno fabril.....	57
Figura 12 –	Prédio 1 e Vista da Rua 3.....	74
Figura 13 –	Concentração de lixo no acesso principal.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS –	Área Especial de Interesse Social
ASDIN –	Associação das Indústrias do Distrito Industrial da Fazenda Botafogo
CEASA-RJ –	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
CEHAB RJ –	Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
COMLURB –	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
FEEMA –	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCMV –	Programa Minha Casa, Minha Vida
PAC –	Programa de Aceleração do Crescimento
PDT –	Partido Democrático Trabalhista
PFL –	Partido da Frente Liberal
PSDB –	Partido da Social Democracia Brasileira
SMH –	Secretaria Municipal de Habitação
SMU –	Secretaria Municipal de Urbanismo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	ENTRE PAUSAS E RETOMADAS: TRILHANDO A PESQUISA	15
1.1	Caminhos da pesquisa e entrada no campo	15
1.2	Observações, registros e a insegurança: dilemas éticos de pesquisa	21
1.3	Entre o cotidiano das mulheres e o andar da pesquisa	23
2	DAS RUÍNAS FABRIS: INTERVENÇÕES E PRÁTICAS	27
2.1	Das dinâmicas do Complexo de Acari	27
2.2	As invasões de moradia em ruínas fabris na zona norte da cidade do Rio de Janeiro	38
3	ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS: PRODUZIR A MORADIA E CONSTRUIR LAÇOS	49
3.1	Entre a dinâmica de invadir e morar	50
3.2	Leandra – O evento inaugural	50
3.3	Albertina- A construção da casa entre ordenamentos e ilegalismos	54
3.4	Lourdes – Entre a força da fé e os sentidos da casa	59
3.4.1	<u>Foi Deus que me trouxe “aqui”</u>	61
3.4.2	<u>Informalidade e geração de renda</u>	63
3.5	Marilena - Gênero, construção dos afetos e casa “digna”	64
3.5.1	<u>Entre relações de apoio, solidariedade e proteção</u>	65
3.5.2	<u>Limites da vigilância e do cuidado</u>	67
3.5.3	<u>Micro-política local, rumores e ilegibilidade do Estado</u>	71
3.6	Projetos e Trajetórias	73
4	REPENSANDO AS FORMAS DE PRODUZIR A CIDADE	82
4.1	Entre rumores e a política cotidiana do espaço	82
4.2	Criando ordenamentos em áreas periféricas: ilegalismos, tráfico e projetos políticos	90
	CONCLUSÃO	96
	REFERÊNCIAS	100
	ANEXO – Publicação no Diário Oficial do reconhecimento da Comunidade Vida-Nova	105

Figura 1 – Área de acesso ao bloco 2.



Fotografia: Thamires Lima.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação apresenta a etnografia cujo objetivo geral foi investigar as formas de produção da cidade em áreas periféricas. O trabalho refere-se, especificamente, aos antigos espaços fabris que, a partir de um processo de esvaziamento de suas funções produtivas, tornaram-se ruínas industriais, sucedendo-se processos de invasão de moradia.

O trabalho de campo ocorreu a partir do acompanhamento do cotidiano de moradores de uma invasão fabril localizada no Complexo de Acari, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Durante o trabalho de campo - realizado entre os meses finais de 2015 e meados de 2016 - estive acompanhando o cotidiano dos moradores, dialogando sobre seus projetos em torno da casa e as transformações ocorridas na configuração do espaço.

Minha lente de análise no campo privilegiou abordar as diferentes experiências de moradoras que chegaram ao território, buscando compreender, a partir de seus relatos, a multiplicidade das trajetórias que convergem e produzem espaços como esses, reaproveitando-se das ruínas da antiga fábrica e adaptando-as continuamente para fins de moradia. Também foi foco na análise os atores sociais e suas articulações, na medida em que constroem formas de ordenamentos e governanças.

O primeiro capítulo apresenta os contornos da pesquisa a partir de dois momentos de entrada na região onde foi desenvolvido o trabalho de campo e destaca também o recorte da pesquisa, sobre a experiência das mulheres na precariedade.

O capítulo dois serve a contextualização e os dados do Complexo de Acari, resgatando a história do desenvolvimento populacional da área e a breve trajetória do Distrito Industrial da Fazenda Botafogo. Os efeitos de uma sucessão de eventos relacionados ao terreno industrial, possibilitam destacar categorias classificatórias, práticas e discursos sobre o território que fomentam projetos relacionados a diferentes racionalidades em disputa pelo Estado.

No plano da micro-política do cotidiano, desenvolvo no capítulo três as estratégias e práticas na produção da casa, a partir dos relatos de moradoras sobre a construção da “casa digna”, a apropriação da infraestrutura da materialidade da ruína fabril, suas estratégias de trabalho informal e a construção de redes de apoio. Mostro como moradores e outros atores sociais também participam deste processo, construindo sua presença e atuação na área. As trajetórias dos moradores desde o processo de invasão e suas reflexões sobre o habitar passam

assim a ser eixos de reflexão possíveis sobre a temporalidade do habitar, pois apresentam escolhas, circunstâncias e considerações bem elaboradas em torno de seus projetos.

As imbricações entre práticas estatais, atores locais e moradores explicitam tramas locais recentes e evidenciam como a precariedade é produzida. No capítulo quatro analiso como tal precariedade conecta a produção de uma infraestrutura a partir da materialidade da ruína fabril, a autoconstrução, os projetos de verticalização das moradias, as práticas de ordenamento e vigilância de espaço, os rumores da remoção e as governanças sobrepostas de leis, decretos e programas estatais.

1 ENTRE PAUSAS E RETOMADAS: TRILHANDO A PESQUISA

Esse capítulo apresenta um panorama da construção da questão de pesquisa a partir de duas circunstâncias diferentes. A primeira, da minha entrada no território onde fui contratada para desenvolver um trabalho de campo e a segunda entrada no campo, no contexto da pesquisa do mestrado, na qual explicito como as mulheres, no plano da micro-política local e cotidiana conduziram e construíram o foco analítico da pesquisa aqui apresentada.

A partir desse quadro empírico, apresento em seguida o quadro teórico que orienta a pesquisa, através da categoria analítica de precariedade e da categoria nativa de invasão de moradia.

1.1 Caminhos da pesquisa e entrada no campo

O percurso dessa pesquisa iniciou-se numa outra experiência de pesquisa que realizei no território. Ao concluir a graduação em Ciências Sociais, tive a oportunidade de ingressar numa pesquisa¹ sobre infraestrutura de água e esgoto e produção do espaço de moradia em favelas no Rio de Janeiro. Meu trabalho de campo concentrou-se na área conhecida como *Parmalat*, uma invasão de moradia localizada num terreno fabril desativado entre as margens do Rio Acari e a favela de Parque Acari, no Complexo de Favelas de Acari, no bairro de mesmo nome. A “Parmalat”, como assim é conhecida, por seus moradores e por pessoas do entorno, é um antigo terreno fabril² da Yolat Indústria e Comércio de Laticínios LTDA., desativado no final dos anos 90 e onde sucedeu o processo de conversão em espaço de moradia em meados de 2000. Meu objetivo nesta pesquisa, realizada entre 2013 e 2014, foi construir indicadores qualitativos para análise de implantação, operação e manutenção de redes de infraestrutura (água, esgoto e coleta de lixo) existentes, uma vez que todas elas foram

¹ A pesquisa foi realizada no Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ), na linha de pesquisa “Análise da efetividade social das obras de redes de água e esgoto nas favelas do Rio de Janeiro e seus impactos na tipologia do espaço privado dos domicílios e rotinas dos moradores”, sob coordenação do Prof. Mauro Kleiman. O estudo, de caráter comparativo, foi realizado em algumas favelas da cidade e tinha como objetivo examinar sob o ponto de vista da arquitetura do espaço domiciliar os arranjos internos das moradias em face de sua articulação ou não com infraestrutura básica para a vida urbana e sua relação com o espaço público.

² O terreno fabril da Yolat é considerado um dos maiores terrenos fabris existentes na Zona Norte que foram criados no decorrer da déc. de 1980. Sua área é de aproximadamente 40.000 m².

aproveitadas da antiga estrutura da fábrica e reformuladas, adaptadas e/ou construídas pelos moradores que organizaram sua moradia nesses espaços.

Em relação às práticas de pesquisa desse momento, creio ser pertinente explicitá-las, pois elas impactaram no meu processo de retorno ao campo durante a pesquisa de mestrado. Dentro do grupo de pesquisa do qual fazia parte, realizei entrevistas fechadas com moradores, a fim de descrever as estratégias particulares e coletivas utilizadas na manutenção da infraestrutura de água e esgoto. Outro foco era compreender a percepção³ sobre a infraestrutura existente e o impacto nos sintomas das enfermidades que os acometiam, como os casos de doenças de pele, infecções e doenças respiratórias. Para além disso, outras assistentes de pesquisa analisavam os arranjos internos e externos das residências face ao aproveitamento da infraestrutura da antiga fábrica.

Ainda que eu me apresentasse como uma assistente de pesquisa de uma universidade pública, era comum que os moradores pensassem que eu fosse representante do Estado, vinculada à área da assistência social ou saúde pública. Em um determinado momento, deixei então as pessoas continuarem com suas percepções, percebendo o quão desgastante era eu – como pesquisadora – explicar e “consertar” suas percepções sobre minha presença na região.

Durante o tempo de trabalho de apoio técnico nessa pesquisa, me interessei pelas trajetórias de vida e habitacionais das pessoas. A minha percepção inicial era a de que elas não tinham nenhuma forma de moradia – isto é, viviam na casa de parentes ou moravam nas ruas - e por isso “invadiram” o terreno. Bem diferente dessa minha percepção inicial, em algumas famílias era comum o trânsito por favelas no Rio de Janeiro ou até mesmo no interior do próprio Complexo de Acari. Na primeira entrada no campo, tinha a ideia de que o Estado⁴ não era presente na área, pela situação de pobreza das pessoas, quanto pela situação de violência em virtude das constantes operações policiais na região. Contudo, uma situação no decorrer do campo me fez ver de outra forma o território onde eu estava desenvolvendo o trabalho de pesquisa.

³ Naquele momento, as questões da entrevista fechada implicaram um direcionamento de suas falas em torno da relação entre a infraestrutura, saneamento básico e subjetividades atravessadas pela pobreza e a percepção do corpo, sintomas e doenças dos residentes.

⁴ Há um debate consolidado nas ciências sociais em torno do Estado e sua presença em regiões consideradas pobres e precárias. Veena Das e Poole (2008) propõem uma Antropologia do Estado onde o ponto de partida é pensar a noção de estado-moderno e suas configurações práticas políticas de regulação e disciplinamento que ocorre desde suas margens. Há uma atualização das bases do controle social, na qual o Estado – ainda que negligente quanto a garantia de direitos sociais - atua nessa margem se ramificando em suas práticas, linguagens e atitudes, ocasionando uma ordenação própria da realidade por meios legais e extra-legais.

No final de dezembro de 2013, os bairros de Acari e Fazenda Botafogo sofreram uma catastrófica enchente por conta de chuvas que atingiram fortemente a região⁵. A situação mais dramática dessa enchente foi na Parmalat, localizada às margens do Rio Acari⁶, pois as casas do terreno da fábrica ficaram completamente submersas⁷. Nesse episódio, a Defesa Civil, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) e Secretaria de Assistência Social se articularam e “entraram” na Parmalat de forma a realizar uma assistência emergencial frente a essa tragédia. Vários moradores adoeceram, perderem seus bens pessoais e móveis das casas. Moradores do Complexo organizaram-se em mutirões para ajudar a controlar os efeitos pós-enchente, varrendo as ruas e retirando móveis estragados. As associações de moradores do Complexo de Acari, da qual inclui-se a da Parmalat, também se tornaram um ponto de doações de itens de higiene e limpeza, cestas básicas e distribuição de remédios, com o apoio dos agentes comunitários de saúde.

Alguns dias depois da tragédia, recolhi junto com as estudantes que realizavam a pesquisa junto comigo, mantimentos, produtos de higiene e limpeza para doar para a Associação de Moradores da Parmalat. Após esse episódio, a recepção das pessoas comigo melhorou e passamos a ter uma maior proximidade, estreitando assim meus laços com parte da população local, sobretudo as mulheres. Nas idas seguintes a campo, os homens associados ao tráfico de drogas – descritos pelos moradores como os que “*tomam conta do movimento*” - também passaram a me cumprimentar e me desejar “bom trabalho”.

Conforme fui me aproximando dos moradores, percebi uma configuração bastante diferente do imaginário sobre a suposta não presença do Estado e do discurso dos moradores em relação ao “porquê habitar” ali. Neste primeiro trabalho de campo, pude perceber a presença de representantes institucionais de diferentes esferas do Estado mobilizados na situação de enchente, que, de fato, não consegui reconhecer num primeiro momento. Na mobilização de moradores, representantes da Defesa Civil, COMLURB, Igrejas, representantes da subprefeitura da região e associação de moradores, a presença de diversos atores sociais na situação “extraordinária” da enchente, permitiu observar que, conforme

⁵ “Cabral culpa 'décadas de abandono' por enchentes e mortes no Rio.” – Jornal O Estado de SP 12/12/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cabral-culpa-decadas-de-abandono-por-enchentes-e-mortes-no-rio,1107748>>. Acesso em: 10/08/2016

⁶ “Morador usa jet ski para resgatar vizinhos em Fazenda Botafogo – Jornal O Globo 11/12/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/morador-usa-jet-ski-para-resgatar-vizinhos-em-fazenda-botafogo-11035726>>. Acesso em: 10/08/2016

⁷ “Enchente em Acari 11 de Dezembro de 2013”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5Q5h8UJh0Vg&list=FLMxnfIZdCDYZ-2wtIgDRNuA&index=3>>. Acesso em: 10/08/2016

alguns autores têm demonstrado, não há um “vazio institucional” em espaços de moradia precários ou na margem (DAS e POOLE, 2008).

Em relação aos moradores, a garantia de permanência na invasão de uma ruína fabril localizada no interior de um complexo de favelas era desestabilizada pela ameaça da remoção e as constantes notícias veiculadas na mídia e nos jornais acerca das remoções das invasões de moradia⁸, o que chamou minha atenção na época. Anotava essas questões no meu caderno de campo, com o intuito de trabalhá-las futuramente numa pesquisa própria.

Quando saí desse trabalho de pesquisa, fiz questão de informar aos meus interlocutores principais sobre minha saída do campo. O representante da Associação de Moradores da Parmalat agradeceu a gentileza e a solidariedade no momento da enchente. Em 2015, já no mestrado, durante pesquisa sobre documentos, dados e notícias sobre a Parmalat, descobri que desde 2014, a área foi intitulada como Comunidade Vida-Nova.

De acordo com publicação no Diário Oficial em outubro de 2014⁹, a “*ocupação já existente*” foi reconhecida como Área de Especial Interesse Social¹⁰ (AEIS), para fins de inclusão em programas de urbanização e regularização, sendo então nomeada como Comunidade Vida-Nova. O território passa a ser classificado como *comunidade*, integrado ao Complexo de Favelas de Acari¹¹. Em termos de efeitos práticos, uma série de obras de infraestrutura urbana começam a ser realizadas no território, no âmbito do programa Morar Carioca¹².

A entrada em um território em dois momentos distintos foi importante para a pesquisa, uma vez que observei esses dois momentos. A partir desta notícia, retornei para esta localidade para fazer trabalho de campo, de forma a construí-la efetivamente como objeto de pesquisa no mestrado. A produção e análise dos dados da pesquisa buscou privilegiar os moradores dessa área, a partir de suas trajetórias e experiências, no sentido de investigar como eles constroem, desenvolvem e aprimoram suas formas de habitar na cidade em territórios periféricos. Tais configurações locais e da experiência de habitar dessas pessoas engendram-se com projetos e políticas públicas que têm como propósito fazer uma gestão e governança

⁸ As notícias veiculadas, a construção dos rumores e as narrativas discursivas em torno da tipologia de favela, invasão e ocupação de moradia são abordadas no capítulo 2 e 4.

⁹ Ver anexo – Publicação no Diário Oficial.

¹⁰ AEIS é uma área destinada a Programas Habitacionais de Interesse Social – HIS, para famílias de renda igual ou inferior a seis salários mínimos, de promoção pública ou a ela vinculada, admitindo-se usos de caráter local complementares ao residencial, tais como comércio, equipamentos comunitários de educação e saúde e áreas de esporte e lazer.

¹¹ O enquadramento como “comunidade” garante o acesso a programas urbanísticos, no escopo da legislação adequada para cada caso.

¹² O programa Morar Carioca consistiu em um programa de urbanização de comunidades da cidade do Rio de Janeiro, executado nos dois mandatos de gestão do prefeito Eduardo Paes (2009-2016).

dessas áreas periféricas que se tornam espaços de moradias de populações mais pobres da cidade.

Embora o termo ocupação de moradia seja utilizado em uma série de reflexões acadêmicas sobre espaços desse tipo, neste trabalho não será utilizado a categoria “ocupação” como termo da pesquisa e palco de problematização.

O termo utilizado será o de “invasão de moradia”, de acordo com a aceção e definição dos meus interlocutores de campo e moradores da Parmalat. Com isso, a atenção também será dedicada ao leque de categorias mobilizadas – risco, favela, ruína fabril, degradação ambiental, vazios urbanos e invasão de moradia – pelos representantes do poder público e a população local, explicitando seus usos e sentidos nesse escopo de classificações que foram surgindo no decorrer da pesquisa.

É preciso então reconhecer as especificidades e nuances nessas formas de ordenamento urbano e estratégias discursivas, e visibilizá-las efetivamente como projetos de moradia, apontando as singularidades dos processos de produção dos espaços da casa e da área frente às suas configurações simbólicas e materiais.

A partir da noção de precariedade – como instrumento analítico de pesquisa - busco refletir como a moradia e o habitar são produzidos empiricamente a partir de contextos caracterizados pela instabilidade e imprevisibilidade da moradia. Desta forma, a categoria precariedade envolve observar como as diversas questões como a de gênero, redes de apoio, os discursos técnicos sobre a área e as práticas de governanças locais, se constituem como um campo de tensão envolvendo moradores, agentes políticos, associação de moradores, traficantes, políticos locais, dentre outros.

O instrumento analítico “precário”, é mobilizado na pesquisa como conceito-chave importante para a construção da análise etnográfica. No percurso de construção etnográfica, o conceito de precariedade proposto por Judith Butler (2006; 2011) conduz a perspectiva analítica. A noção de precariedade perguntaria, antes, se as condições sociais de persistência e florescimento da vida foram atendidas (BUTLER, 2009, p. 16). A ideia de precariedade permitiria, assim, “reimaginar a possibilidade de uma comunidade sobre a base da vulnerabilidade e da perda” (Id., 2006, p. 44). A luz das contribuições em sua obra *Frames of war* (Id., 2009b), a transitividade dos afetos – na qual corpo e discurso estão imbrincados - operaria uma transformação possível de aproximar os seres vivos, movendo-os a romper, na identificação afetiva, com a espiral de violência e assim reinscrever no mundo, por meio de ações de solidariedade e redes de apoio.

Essa correlação é importante para pensar os projetos de vida das pessoas diante da experiência da precariedade. A criação de espaços a partir dos quais disposições afetivas surgem trata-se de um processo relacional e coletivo que não só demanda tempo, mas também é intensamente laborioso. É apenas no trabalho do tempo, juntando o que foi desmembrado e submetido pela violência ao apagamento, que se torna então possível estabelecer uma compreensão afetiva do quanto a própria experiência de vida está ligada, de maneira intrínseca, a uma dimensão sócio-histórica mais ampla.

As análises de Butler nortearam as reflexões sobre a política local e o que é se “fazer como pessoa” naquele contexto, num duplo registro do precário: enquanto condição humana e como processo de ordem política de desigualdade. A precariedade configura-se a partir do curso desses eventos extraordinários - como as enchentes - e como os moradores visibilizam e constroem estratégias para retomar o curso da vida e do habitar no cotidiano – mesmo que afetados pelos eventos ordinários relacionados à violência. Enquanto a casa não se estabiliza em suas formas materiais, é como se o extraordinário sempre estivesse presente no fluxo do cotidiano.

Ao abordar o tema social do sofrimento, Das aponta que é numa descida na vida cotidiana onde os discursos e as práticas são produzidos para lidar com a precariedade, pois a construção de si não está localizada na sombra de um passado, mas no contexto de tornar habitável o seu cotidiano (VEENA DAS, 2014). Dito de outra forma, como a construção de espaços sociais e o cotidiano pode ser analisado a partir da experiência vivida dessas pessoas?

Nessa linha, desenvolvo um destaque na análise para a dimensão relacional cotidiana que se constitui na tentativa de “reabitar o mundo” e, assim, é capaz de visibilizar como se geram predisposições afetivas através das redes de apoio e familiares.

O precário é tratado nesta pesquisa como uma dimensão conceitual e analítica, não apenas no sentido adjetivado de moradias precárias. Trato aqui de “vidas precárias” (BUTLER, 2009), corpos precários, trabalho precário, habitação precária - em suas condições materiais e de infraestrutura e política precária, ancorada em sobreposições de leis e ilegalismos. Há uma forma de habitar e produzir a cidade, por e através das múltiplas facetas ou camadas da produção da precariedade. Esse é então um dos desafios recentes de pensar uma cidade em transformação. As situações analisadas do precário podem ser lidas nos termos de como os moradores gerem seu cotidiano, a sua vida, o habitar, a sobrevivência em meio à vulnerabilidades, como publicizam necessidades e viabilizam projetos.

Uma série de estudos vêm revelando as transformações do horizonte das formas populares de moradia, a partir da qual as ocupações de moradia e invasões mostram-se como

formas de habitar a cidade (LOBO, 2015; FERNANDES, 2013). Fernandes, em sua tese de doutorado, qualifica a positividade da “vida precária” de acordo com seus interlocutores a partir da capacidade de circulação e mobilidade que morar nas ocupações do Centro da cidade permite a essas pessoas. Ao analisar os agenciamentos, isto é, as falas, estratégias, os discursos de caráter social e coletivo enunciados, a autora também aborda em sua tese as estratégias micropolíticas da “arte do contornamento” das populações das ocupações de moradia. Esses agenciamentos na “vida precária” envolvem as possibilidades de circulação e mobilidade dessas populações. A população moradora das habitações populares estudadas por Lobo (Ibid.), por sua vez, estabelecia arranjos familiares para passar de uma moradia a outra, em uma estratégia de mobilidade, a partir do arranjo familiar, acionando suas redes a partir dos contextos das políticas habitacionais em curso.

Dessa forma, meu interesse voltou-se a compreender essas relações entre moradores e atores sociais na produção desta territorialidade - contextos de invasão de moradia pouco visibilizados, localizadas no interior ou próximos a favelas - a partir do eixo analítico da precariedade, sobretudo porque, como aponta Veena Das (2008) e Fernandes (2013; Ibid.), no plano cotidiano e da vida prática é que se constituem os modos de viver desses grupos e suas relações com os atores sociais que possibilitam de diversas maneiras as negociações, agenciamentos e governanças possíveis.

1.2 **Observações, registros e a insegurança: dilemas éticos de pesquisa**

A realização do trabalho de campo em locais com tráfico de drogas em varejo, com conflitos armados, homens portando rádios-transmissores, fuzis, pistolas e uma circulação constante de motos nas vias de acesso ao território configuram o que Machado descreve como características visíveis da sociabilidade violenta (MACHADO, 2008) desses espaços, envolvendo uma outra interação de pesquisa, como já referido na literatura acadêmica (cf. LEITE, 2015; FELTRAN, 2010; MISSE, 2006; BIRMAN, FERNANDES & PIEROBON, 2014). Nesse sentido, etnografar e descrever também as condições de acesso ao campo e as condições de acesso ao material de dados – como entrevistas, conversas com os moradores, circulação pelo espaço, etc. – são relevantes, pois deixam claro como foi a dinâmica do campo e como se deu o processo de coleta de dados.

O processo de coleta de dados nesse caso foi afetado por uma situação peculiar: o evento crítico da enchente, que permitiu re-construir os meus vínculos como pesquisadora e com os interlocutores de pesquisa.

Inicialmente, meu intuito era construir uma etnografia a partir da observação do cotidiano local e da realização de entrevistas com moradores de diferentes perfis, tentando intercalar características como gênero e faixa etária, de modo a realizar uma abordagem sobre os diferentes pontos de vista de moradores de perfis distintos. Contudo, a realização de um trabalho de campo em áreas caracterizadas como territórios onde impera a “sociabilidade violenta”¹³ (MACHADO, 2014) extrapola ao uso das técnicas de coletas de dados e instrumentos de pesquisa mais eficientes e apurados, pois tanto pesquisador quanto o pesquisado estão envolvidos em contextos de inseguranças.

Como aponta Veena Das (2008, pg.149), geralmente quando se está localizado em locais de intenso conflito e situações diversas de violência, a *camuflagem* opera como uma estratégia para que o pesquisador entre no campo de seu objeto. Com isso, os atores da violência não têm claro qual é a posição e o objeto de pesquisa do pesquisador. Minha estratégia de campo inicial foi deixar com que meus interlocutores de pesquisa me vissem como alguém ligado ao Estado, particularmente a área da assistência social. Em razão da minha primeira entrada no campo, tal noção persistiu durante um bom tempo, mesmo quando retomei as idas a região para desenvolver o trabalho de campo no mestrado.

Na prática da pesquisa etnográfica, o nosso posicionamento enquanto pessoa e pesquisador afetam a forma como nos relacionamos no campo com nossos interlocutores e acabam por direcionar, limitar e abrir outras brechas de diálogo não previstas. Das pessoas acompanhadas no curso da pesquisa, alguns moradores eu já conhecia superficialmente em 2013 e, retornando à Parmalat, já em 2015, fiquei mais próxima de algumas das pessoas com que já tinha tido um contato. Outros mudaram-se de sua residência, de modo que nunca mais obtive notícia deles.

Não menos importante é a relação estabelecida com o espaço, na medida em que fui aprendendo a captar o clima e a dinâmica deste. O “espaço-tempo” da experiência etnográfica afetou-me de uma forma que enquanto eu não conseguia ter uma compreensão coerente sobre como os objetos e materialidades denunciavam a rotina do local, sentia-me insegura no

¹³ O conceito de “sociabilidade violenta” aponta para a coexistência de dois padrões de sociabilidade: o primeiro, o da ordem da “violência urbana”, é estruturado no recurso à força física como preceito das relações sociais, diluindo as fronteiras entre os mundos político, econômico e moral. O segundo, o da ordem “institucional-legal”, é centrado no apaziguamento dos conflitos sociais através do monopólio Estatal da violência, sendo a força física do crime enquadrada em categorias jurídico-formais e nos termos da restauração da ordem pública.

trabalho de campo. Isso acontece sobretudo porque chego a região em períodos diferentes, e as transformações nas dinâmicas espaciais dessas áreas são rápidas. Em 2015, uma cancela havia sido instalada na rua de acesso à Parmalat, de forma que para entrar era necessário passar por uma calçada estreita, sendo necessário um esforço físico considerável, pois como a cancela era “alta”, era necessário desviá-la. Já em 2016, as barreiras materiais são substituídas por um alto fluxo de homens. Eles, que identifico como vigias do tráfico, embora atentos as suas atividades – como jogar cartas, ouvir funks, conversar e tomar cerveja – passaram a ser a própria barreira de vigilância do espaço, observando atentamente quem entrava e saía, bem como averiguando os carros desconhecidos que entravam na área.

Como a Associação de Moradores está localizada bem no acesso principal a Parmalat, todas as vezes em que chegava no campo eu passava lá para cumprimentar dois moradores que trabalham na Associação e saber como eles estavam. Já no interior da Parmalat nem sempre havia muitas pessoas circulando pelo local, talvez devido ao sol forte. As pessoas só costumavam aparecer mais nas calçadas no fim da tarde, quando havia mais áreas comuns com sombra nas ruas e vielas, as crianças retornavam da escola e os adultos de seus trabalhos. Minha estratégia de *camuflagem* para que a sensação de se sentir observada fosse minimizada foi ir diretamente à casa de algumas interlocutoras de pesquisa com as quais estava tendo um contato mais frequente ou passar algumas tardes com Lourdes, que trabalhava na Associação de Moradores. Tal estratégia acabou por projetar o trabalho de campo com as mulheres moradoras. A seguir, desenvolvo sobre a escolha de tal recorte, acerca da construção da minha relação com as mulheres e os motivos pelos quais a perspectiva delas mostraram-se importantes para a pesquisa.

1.3 Entre o cotidiano das mulheres e o andar da pesquisa

O meu acesso ao campo inicialmente ocorreu mediado pela Associação de Moradores, associada à figura do presidente da Associação. A princípio, meu interesse com esse contato foi o de compreender as articulações locais em espaços como esse, na medida em que tal mediação poderia me ajudar a identificar esses atores mais rapidamente. Paralelo a isso, fiz algumas pesquisas na Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), com o objetivo de

encontrar dados e estudos sobre a área, de forma a munir o material de pesquisa com mais informações¹⁴.

Ainda que meu objetivo inicial fosse acessar os atores locais via Associação de Moradores e moradores de diferentes perfis, no curso do trabalho de campo todas as peculiaridades do trabalho de pesquisa mostravam-se a partir das mulheres com quem dialogava e a ideia de construir o trabalho de campo a partir da Associação de Moradores foi perdendo sentido. Como muitos deles consideravam que eu fazia uma pesquisa na área de assistência social, meus interlocutores questionavam-me se nossa conversa era para “passar o tempo”, enquanto não conseguia ser atendida pelo presidente da Associação. A conversa despojada, sem um clima de investigação de pesquisa – como um pesquisador com uma prancheta, fazendo anotações ou gravando as falas – facilitou os diálogos estabelecidos.

Como era inviável utilizar celular ou gravador enquanto circulava pela área, a estratégia de registro de dados baseou-se em notas de campo, feitas logo que saía do território. Com algumas interlocutoras foi possível registrar suas falas, pois nossas conversas foram realizadas em locais fechados, na maioria das vezes em suas residências. As conversas eram orientadas pelos temas pertinentes à pesquisa e não eram delimitadas por um roteiro estruturado de entrevista. Nos diálogos em que foi possível gravar e transcrever o áudio das interlocutoras, algumas de suas falas foram incorporadas a etnografia.

Junto a essa contextualização das circunstâncias iniciais de diálogo, a visão deles sobre minha suposta atuação – conforme explicitado anteriormente – fez com que determinados assuntos “não-ditos” fossem tratados com um clima de descontração e bate-papo. Relatos sobre crimes, conflitos, parentes, vizinhos e problemas familiares eram pautas de vários desses “bate-papos”.

Assim, a dinâmica do meu trabalho de campo foi se modificando. Antes, o trabalho de campo se limitava a minha presença na associação de moradores ou a minha circulação mediada pelo presidente da associação. Contudo, meu interesse consistia em dialogar com moradores, desassociando minha imagem a do presidente da associação de moradores e suas indicações de contato. Com isso, passei a fazer contato direto com os moradores e a interlocução da pesquisa passou a se dar principalmente com as mulheres. Aproximar-me das mulheres sem dúvida foi mais fácil, enquanto minha condição de pesquisadora e mulher dificultava o meu diálogo com outros moradores, como homens e pessoas mais velhas. A construção da proximidade e do diálogo se deu a partir das conversas sobre o cotidiano, onde

¹⁴ Tais materiais serão trabalhados no capítulo dois da dissertação.

eu expunha minha rotina diária e pequenas situações familiares, dando abertura para que as pessoas falassem das mesmas temáticas. A circulação na cidade, os bairros ao redor de Acari, as áreas de comércio popular, os hospitais, também nortearam o diálogo com essas pessoas.

A cada ida a campo, percebia uma aproximação com as mulheres, mas a premissa era entrevistá-las pelo fato de serem moradoras da Parmalat. Com o interesse na dinâmica do cotidiano local, acabei me aproximando de tais mulheres, a ponto de acompanhá-las em algumas de suas dinâmicas da moradia e do território à luz de suas percepções. Alguns de nossos encontros incluíam lanches, circulação pela área, visitas a igreja. Em outras situações, as acompanhava no trajeto do trabalho ou com seus filhos no posto de saúde e na escola.

Dessa forma, o trabalho de campo passou a se dar pela visão das mulheres que se constituíram como minhas principais interlocutoras de pesquisa, a ponto de assumir definitivamente tal perspectiva de gênero como norteadora de minhas reflexões. Com o tempo, fui me interessando em analisar essa experiência de habitação não apenas de minhas interlocutoras enquanto residentes da área, mas sobretudo, enquanto mulheres, atentando-me sempre as suas particularidades em relação ao gênero. Mais ainda, me interessou compreender como a experiência feminina na precariedade se construía.

A experiência feminina na precariedade é parte das contribuições de inúmeros estudos que apontam como a interface entre gênero, diferença e poder afeta as mulheres (PISCITELLI, 2008). Ao longo do trabalho de campo, fui observando como a tessitura das relações sociais de gênero das minhas interlocutoras de campo construía os quadros a partir do qual elas explicitavam suas trajetórias. Piscitelli destaca como as categorias de diferenciação como raça, classe, religião, gênero e sexualidade oferecerem “*ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades*” (Ibid, p. 266). Mais ainda, a autora destaca como elas nos permitem atentar para as interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos e como os sujeitos tem possibilidades de agir socialmente em determinados contextos. A leitura da dimensão do gênero, a partir dos relatos dessas interlocutoras, mostrou-se pertinente para analisar o cruzamento entre essas diversas categorias e atentar para a contextualização de suas experiências.

A orientação do foco de análise da pesquisa para as mulheres também se mostrou interessante em relação aos pontos de observação do campo, especialmente em relação aos projetos de permanência no espaço. Se, quando cheguei a campo, em minha visão havia uma concepção linear da trajetória dos moradores, ao dialogar com as mulheres pude perceber que minhas interlocutoras de pesquisa tinham trajetórias habitacionais completamente diferentes em relação a suas origens, trânsitos pela cidade, dentre outros. Sobretudo porque através dos

relatos sobre suas trajetórias habitacionais, era possível perceber como as redes sociais dessas mulheres foram e estão sendo acionadas, construídas e reformuladas continuamente pela dinâmica da maternidade, trabalho, das estratégias de obtenção de renda informal, das relações afetivas e da ruptura destas. Nesses conflitos, pontos de resistência e recursos que possibilitam a ação é que busco visibilizar o quanto as desigualdades e a precariedade produz sujeitos (PISCITELLI, op. cit, p.267).

Nesse sentido, a partir de suas descrições sobre seus projetos de moradia e vínculos estabelecidos, acabo por mostrar como o aspecto do gênero das mulheres pobres desenha e redesenha projetos, escolhas, explícitas no curso do cotidiano e do habitar. A pesquisa é atravessada pelo gênero feminino, e tal aspecto não deve ser obscurecido, mas tratado como uma visão específica do diálogo construído com as mulheres que residem na Parmalat.

2 DAS RUÍNAS FABRIS: INTERVENÇÕES E PRÁTICAS

Neste capítulo construo um panorama sobre o Complexo de Acari. Por meio de arquivos e documentos coletados durante trabalho de campo na Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), retomo as intervenções e práticas estatais e privadas desde o início da constituição do polo industrial da Fazenda Botafogo, a partir do qual se origina a unidade fabril da Parmalat, na década de 90.

A arte de governar do Estado, como definida por Foucault (1978), são campos de disputa em torno de saberes e racionalidades convertidos em estratégias de controle da população. Examinoo como o Estado vai produzindo a área, através da análise discursiva das governamentalidades estatais – e as práticas de governança no território em diversos momentos. A governamentalidade, como definido por Foucault (2008), aborda agentes e instituições do Estado, que possuem determinada influência discursiva e prática em um contexto social.

No conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões e táticas de governo, é possível observar o que é discursivamente mobilizado como o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que demanda ou não programas e políticas públicas estatais. Para isso, analiso os discursos elaborados pelos diferentes atores sociais para explicitar as razões em torno da desativação da fábrica, do fenômeno das ruínas fabris da zona norte e da invasão de moradia em espaços desse tipo.

Em torno da análise de categorias classificatórias do Estado sobre a área, procuro demonstrar como a percepção sobre os usos e sentidos do espaço envolve nas práticas estatais a sobreposição de leis, decretos, programas e estudos como constitutivas desse modo de governamentalidade em territorialidades periféricas.

2.1 Das dinâmicas do Complexo de Acari

Para compreender os limites físicos e simbólicos do espaço, é necessário resgatar um pouco sobre a dinâmica e a configuração do Complexo de Acari.

A história do desenvolvimento populacional de Acari remonta à década de 1960. Diversos trabalhos (ALVITO, 2001; CUNHA, 2009) destacaram que uma grande maioria de

nordestinos, num movimento migratório para as metrópoles brasileiras em crescimento, migraram nesse período para a região que hoje corresponde ao bairro Acari. Não apenas esta favela, mas outras localizadas nos acessos de importantes vias, como a Avenida Brasil, tiveram um vertiginoso aumento populacional, por conta do desenvolvimento de núcleos urbanos ao longo dessas avenidas. Os núcleos urbanos eram formados a partir das áreas de zonas industriais e algumas áreas especificamente residenciais, através de programas de moradias populares do governo federal (ABREU, 1987), como o Conjunto habitacional Residencial Amarelinho, localizado às margens da avenida Brasil¹⁵.

O nome do bairro Acari, criado em 1981, tem origem no nome do Rio Acari, que atravessa a região. O bairro, localizado na área de Planejamento 3 / Região Administrativa da Pavuna - uma divisão estabelecida pela Prefeitura do Rio de Janeiro para agrupar administrativamente os bairros - apresenta visual contrastante: as ruas planejadas, caracterizadas por casas com muros baixos, quintal e garagem, imbrincadas com os limites das favelas existentes no bairro.

O Complexo de Acari refere-se ao conjunto de sete favelas: Parque Proletário Acari, Vila Rica ou Coroado, Vila Esperança, Fim do Mundo, Beira Rio, Parmalat, Parque Columbia e Conjunto Habitacional Amarelinho. Situado na zona norte do Rio de Janeiro, os limites do Complexo estão entre as margens da Av. Brasil e da linha 2 do metrô, na Avenida Pastor Martin Luther King, antiga Estrada de Ferro Rio d'Ouro. Na avenida onde está localizado o metrô há o Hospital de Acari¹⁶. Do outro lado da via do metrô, há um conjunto de edifícios habitacionais residenciais populares, no Bairro Fazenda Botafogo.

As estatísticas do Censo de 2010 do IBGE apontam que a população no bairro Acari seja em torno de 27.000 habitantes. O Complexo de Acari é uma das dez maiores favelas do

¹⁵ O Conjunto Residencial Areal ou Amarelinho foi construído no final dos anos 50, no âmbito da política habitacional subsidiada pelos institutos de previdência, a fim de oferecer moradias populares para trabalhadores assalariados de classe média e baixa.

¹⁶ O Hospital de Acari está localizado no terreno onde antes existia a antiga Fábrica da Esperança, que na década de 90 transformou-se numa das mais importantes Organizações Não-Governamentais (ONGs) do país. A Fábrica da Esperança foi um projeto social que funcionou de 1994 a 1999 pelo Pastor Caio Fábio D'Araújo Filho, num prédio da antiga fábrica Formitex, no bairro de Acari. Entre cursos profissionalizantes, creche e atendimento médico, mais de 50 projetos sociais foram realizados a partir das parcerias entre governo, empresários e outras entidades. Entre 1995 e 1996, a Polícia Militar encontrou grande quantidade de papéletes de cocaína nas dependências da "Fábrica". O fundador da Fábrica da Esperança alega, em vídeos, que as drogas foram "plantadas" na fábrica. O então governador do Rio de Janeiro na época, Marcello Alencar, acusou os funcionários da "Fábrica" de conivência com o narcotráfico comandado do Complexo do Acari, porém nada foi provado. Além disso, o fundador do projeto social foi acusado de divulgar um dossiê de contas bancárias ilegais de políticos ligados ao PSDB. Como o pastor renunciou à presidência da fábrica, a organização perdeu patrocinadores e parceiros. A entidade foi desapropriada pelo governo estadual e o prédio foi implodido em março de 2002, para a construção do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, inaugurado em 2008 na gestão do Prefeito Cesar Maia.

caminho dos fundos da Parmalat utilizada para cortar caminho para a Praça Roberto Carlos – e a região chamada de Fim do Mundo, onde ainda há casas de madeira, alta concentração de lixo, famílias de catadores de lixo, e a presença de porcos, patos e animais de rua.

A Parmalat ou Vida-Nova apresenta uma peculiaridade se observada do ponto de vista geográfico em relação ao Complexo de favelas de Acari. O mapa acima ilustra que ela se encontra relativamente afastada das demais favelas do Complexo. O limite com o Rio Acari e o seu entorno com urbanização residencial – ruas largas de mão-dupla, casas de um andar com muros baixos, quintal e garagem - bem como a mata aos fundos, fazem com que o trajeto para chegar a essa área apresente na sua paisagem uma série de contrastes visuais, pois os moradores atravessam uma área residencial da zona norte para chegar a Parmalat, que ainda apresenta traços de ruínas fabris.

Figura 3 – Casas e mata aos fundos.



Fotografia: Flávia Casciano.

O censo de 2010 do IBGE contabiliza 793 pessoas residentes na Parmalat e 227 domicílios. De acordo com os dados de cadastro da Clínica da Família, coletados em 2010, na Parmalat há 3.680 pessoas cadastradas e quase 2.000 famílias. Já a associação de moradores da Parmalat estima sua população em torno de 5.000 pessoas e 1.300 domicílios. A estimativa é baseada nas correspondências chegadas na Associação de Moradores da Parmalat, uma vez que o Código de Endereço Postal (CEP) oficial é o da Associação de Moradores. Segundo a Associação de Moradores, os agentes censitários durante o Censo de 2010 não visitaram todas as residências da área, restringindo-se aos limites do terreno fabril, seguindo a configuração anterior a sua ocupação, indicando a disparidade dos números informados sobre a população residente no território.

No caso da Parmalat, as fronteiras simbólicas que demarcam os limites tênues da área se dão sobretudo a partir dos homens presentes nos seus acessos e que circulam nas fronteiras da área. Uma vez que suas ruas de acesso são urbanizadas e residenciais, quem é de fora sequer imagina que ao fim da rua encontrará uma região densamente habitada, com bastante movimento e com resquícios de uma antiga fábrica. Essa fábrica surgiu no contexto da criação de distritos industriais na zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

Se destacamos como o incremento populacional da região de Acari iniciou-se na década de 60, a ocupação industrial da região de Acari/ Fazenda Botafogo começou na década de 80, a partir da criação da Portaria n.º 176 de 21/02/83 do Distrito Industrial¹⁹ da Fazenda Botafogo. O Distrito abrigava cerca de quarenta terrenos industriais, situados na região administrativa da Pavuna, onde está localizado o bairro Acari. Essa ocupação industrial ocorreu na mesma década de criação do bairro e quando o Complexo de Acari já estava com uma população significativa de moradores.

Em 1986 foi elaborado um projeto municipal para os Polos Industriais que visava à descentralização das atividades econômicas, a concentração de indústrias poluidoras em áreas mais longínquas do eixo central da cidade e a expansão das áreas industriais. Estes polos industriais, concebidos para atender as pequenas empresas, contavam com a participação efetiva da iniciativa privada em quase todos os passos da implantação do projeto, fortalecido a

¹⁹ Na década de 70, o governo do Estado criou distritos industriais ao longo da Avenida Brasil, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN) que adquiria os terrenos, urbanizava as áreas e negociava os lotes com os empresários interessados. Quatro destes distritos estavam localizados na AP-5 (Campo Grande, Palmares Santa Cruz e Paciência) e um deles na AP-3 (Fazenda Botafogo). O Decreto Municipal 322/76 aprovou o regulamento de Zoneamento do Município, definindo e classificando as zonas industriais em ZI-1 e ZI-2, conforme o porte e as tipologias das unidades fabris. Na Área de Planejamento 3 (AP-3), Zona Norte, estava o Distrito Industrial de Fazenda Botafogo

partir da criação da Associação das Indústrias do Distrito Industrial da Fazenda Botafogo²⁰ (ASDIN).

A criação dos terrenos industriais ocorriam da seguinte forma: a associação dos empresários de cada categoria do polo fazia a escolha do terreno, elaborava o projeto de loteamento e era responsável pela construção dos equipamentos comuns e administração do polo. Apesar da boa comercialização dos lotes, a taxa de ocupação efetiva foi baixa.

A Zona Industrial localizada na Fazenda Botafogo acolheu indústrias de diferentes gêneros, como químico, metalúrgico, mecânico, produtos alimentares, bebidas, dentre outros. Surge a partir daí, na sua breve história fabril, a unidade Maturá no bairro de Acari (RJ) da empresa Yolat Indústria e Comércio de Laticínios²¹. O centro de distribuição da Parmalat S.A em Acari (Unidade Maturá) era o único da empresa localizado no Rio de Janeiro. Com aproximadamente 400 trabalhadores, funcionou de 1993 a 1997, como indústria de beneficiamento de leite e derivados.

As empresas estrangeiras, ao instalarem unidades produtivas brasileiras na capital do Rio de Janeiro, estabeleciam novas formas de gestão a partir da realocação e da precarização das formas de trabalho para diminuir custos (ABREU, 1987). As produtoras de bens industriais alimentícios e de consumo estavam alocadas nas regiões da zona norte da cidade, para melhor distribuição do mercado interno e redução dos custos.

Em 1997, a Yolat virou Parmalat e todas as operações da empresa na unidade Maturá foram definitivamente transferidas para o município de Nova Iguaçu. A justificativa oficial da Parmalat para o fechamento da unidade Maturá é que, em 1998, toda a estrutura interna de logística foi reformulada para a empresa auferir ganhos de eficiência e redução de custos.

Assim, em 2000, a Parmalat abandonou a estratégia de distribuição pulverizada - em várias regiões do Brasil - dos centros de distribuição. De uma estrutura baseada em um número grande de pontos de distribuição próximos às unidades produtivas, a Parmalat inicia "*um novo conceito de logística*", cujo objetivo é promover "*uma forte centralização da estrutura em poucos e grandes pontos regionais*", os conhecidos CEDIs, ou simplesmente

²⁰ A Associação das Indústrias do Distrito Industrial da Fazenda Botafogo (ASDIN) existe até o momento presente e possui sede no bairro de Coelho Neto. Em suas comunicações oficiais, uma pauta frequente refere-se a segurança pública do entorno dos terrenos industriais que compõem o Distrito Industrial da Fazenda Botafogo e as articulações para alertar os constantes saques, roubos e invasões aos terrenos fabris da região. Esse fenômeno, bem como esse ator social será abordado também nos capítulos três e quatro.

²¹ No Brasil, a multinacional italiana no setor de alimentos Parmalat fundou a empresa brasileira Yolat Indústria e Comércio de Laticínios Ltda. em 1977, o que marca o início oficial da atuação da Parmalat no Brasil. Trata-se de uma empresa com grande presença no mercado de leite longa vida (UHT), que se expandiu no Brasil a partir do início dos anos 90 através de uma agressiva política de aquisições.

Centros de Distribuição que passaram a se concentrar no sul do Brasil²². Muitas unidades da empresa foram fechadas nesse período, como Acari (RJ), Lajeado (RS), Feliz (RS) e Salvador (BA). Essas unidades, segundo o relatório geral de atuação da Parmalat, elaborado pela ONG Observatório Social (2001), “*não tinham condições de ganho de escala, estavam distantes demais dos centros consumidores ou estavam ainda mal posicionadas em relação à bacia leiteira do estado/região*”. Paralelo a essa justificativa de fechamento da unidade em Acari, o relatório²³ descreveu como o centro de distribuição de Acari era “*palco de violação aos trabalhadores, com irregularidades trabalhistas bem como constantes desvios de carga pelos gerentes de vendas*”.

No início dos anos 2000, a quantidade de terrenos fabris desativados na cidade do Rio de Janeiro era expressiva. Souza (2014, pg.17) aponta que somente na zona norte da cidade, haviam 17 terrenos correspondentes a esse perfil. As causas e efeitos desse fenômeno são diversos. Alguns trabalhos (SILVA, H. N. 2008; SOUZA, op. Cit.; ABREU, 1987) apontam que o projeto de cidade com potencial industrial se desmanchou, havendo uma sucessão de desastres ambientais, o progressivo aumento da desigualdade social, da violência e a ampliação de territórios habitados por pessoas em situação de pobreza.

Para esses autores, a retirada das fábricas do entorno da região de Fazenda Botafogo relaciona-se a dois processos: os projetos políticos de expansão de fábricas para a Baixada Fluminense do Rio de Janeiro - através de uma política de incentivos fiscais para a instalação de empresas nessas áreas- e o crescimento da criminalidade violenta, ou seja, a violência advinda do tráfico de drogas no local.

²² A Parmalat S.A. Indústria de Alimentos acompanha, parcialmente, o processo de reespecialização da produção de laticínios no Rio de Janeiro. Além disso, a queda no emprego no Rio de Janeiro nas atividades industriais ocorre no mesmo período de fechamento da fábrica de Acari.

²³ Um relatório de pesquisa elaborado pela ONG Observatório Social em 2001, em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação (Contac) e apoiado pela FNV Mondiaal (Holanda), apresentou uma pesquisa sobre a atuação da Parmalat S.A Indústria de alimentos no Brasil. O objetivo da pesquisa foi verificar a atuação da empresa no que diz respeito à promoção dos direitos fundamentais do trabalho, bem como em relação ao meio ambiente e saúde e segurança no trabalho, segundo as Convenções e as Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, o relatório tinha como foco subsidiar e fortalecer as ações sindicais dos trabalhadores das fábricas de laticínios da região.

* * *

A escassez de materiais sobre o histórico das fábricas da região da zona norte me levou a realizar uma pesquisa de materiais, dados e estudos técnicos no setor público. Solicitei atendimento na Central Única de Atendimento 1746, que integra todos os serviços de atendimento telefônico e virtual para a população carioca e ouvidorias da Prefeitura do Rio. Isso dificultou bastante o acesso a SMU, pois o atendimento ao público para acessar estudos e materiais internos estava condicionado ao protocolo de atendimento e autorização da Central Única de Atendimento 1746. Após ter três pedidos negados, registrei uma reclamação na Ouvidoria da Prefeitura.

No atendimento ao balcão, a atendente da Ouvidoria pediu esclarecimentos: se o acesso seria direcionado a um imóvel de minha propriedade ou a outro problema. Como expliquei que eram interesses estritamente acadêmicos e não envolviam a minha pessoa física ou bens familiares, ela rapidamente fez um telefonema de dois minutos e autorizou meu acesso à Coordenadoria de Planejamento Local da SMU. Ao chegar no setor de Coordenadoria de Planejamento Local, uma das funcionárias da recepção do setor pediu explicações quanto à minha presença. Quando expliquei que estudava uma invasão de moradia em Acari, ela teve uma reação negativa. Percebendo sua reação, passei a me apresentar como alguém pesquisando os “vazios urbanos na zona norte”, e que os estudos técnicos produzidos sob esse fenômeno seriam de extrema importância para minha pesquisa.

A partir disso, minha pesquisa nessas instituições se deu através da mobilização da categoria *vazios urbanos*, isto é, a forma como essas instituições classificam o fenômeno de *indústrias e terrenos desativados*. Ao mobilizar o linguajar técnico dos funcionários da área, consegui realizar meu trabalho de campo na SMU. Meu intuito era contatar algum funcionário atuante na área correspondente à zona norte, a fim de que me orientasse em relação às informações sobre a fábrica da Parmalat. Nesse momento, o contato se deu através da Coordenadora de Planejamento Local da Área de Planejamento Três (AP-3) da SMU, correspondente à região da Zona Norte da cidade. Com a autorização dela, pude dar prosseguimento a pesquisa na SMU, realizada nos meses de fevereiro, abril e maio de 2016.

Contudo, vale ressaltar que não obtive autorização para realizar fotocópias do material. Dessa forma, realizei algumas visitas onde levava um caderno e um *tablet* para fazer anotações. A coordenadora também autorizou o registro com fotos da câmera do celular, mas ressaltou que elas não poderiam ser utilizadas e anexadas na escrita da minha dissertação, somente utilizadas como referência bibliográfica final. De acordo com suas condições, ela me

esclareceu diversas dúvidas quanto aos terrenos fabris desativados da zona norte da cidade. Apresento, nas linhas seguintes o resultado desse trabalho de campo, a partir da interlocução com a arquiteta da coordenadoria de planejamento local urbano e com a análise dos documentos e estudos técnicos obtidos.

Quando realizei a pesquisa de dados, matérias oficiais e estudos sobre o território na SMU, assim que citei a área onde desenvolvia minha pesquisa de campo para a Coordenadora de Planejamento Local, ela reagiu assustada:

Aquele local é problemático em tantos sentidos, você sabia que ali houve um crime ambiental por causa do abandono da indústria. A FEEMA recebeu uma denúncia e fez um trabalho lá, a situação é séria. Só vi casos assim em São Paulo e as pessoas estão lá morando né, naquela degradação?! (Funcionária da SMU. Entrevista realizada em Abril -2016)

A funcionária se comprometeu a resgatar o estudo da FEEMA, elaborado em forma de CD-ROM, e disponibilizá-lo para minha consulta. Tal estudo tratava de *crimes ambientais* no Estado do Rio de Janeiro e poderia esclarecer outros detalhes acerca do processo de desativação da fábrica e evidenciar alguns aspectos sobre como ocorreu naquele momento a articulação entre Estado, órgãos de fiscalização e a indústria.

O relatório da FEEMA²⁴, intitulado *Mapa dos Conflitos Ambientais*, foi fruto do levantamento de *crimes ambientais* ocorridos ao longo da década de 90, elaborado pelas instituições públicas Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), Ministério Público Estadual (MPE) e o Ministério Público Federal (MPF), com o intuito de identificar os chamados *conflitos ambientais*, nos quais estavam envolvidas as parcelas mais pobres da população fluminense. O estudo teve caráter qualitativo²⁵ e visou identificar “o modo como as agressões ambientais afetam as populações de menor renda”. Ao buscar o registro das denúncias, o levantamento pretendeu dar visibilidade à questão ambiental que atinge especificamente os que, correntemente, têm menos condições de se fazer ouvir no espaço público. Foi selecionado, em registros públicos, uma amostra de casos em que alguma mobilização da população habitante das áreas residenciais de baixa renda esteve na origem das denúncias. Foram considerados de caráter ambiental os conflitos desencadeados quando certas atividades ou instalações afetam a estabilidade de outras formas de ocupação em

²⁴ Em 2009, os três órgãos: FEEMA, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) foram oficialmente extintos e fundidos. O Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, criado em 2008, assumiu definitivamente suas atribuições.

²⁵ Os casos levantados foram organizados em fichas que identificam os atores envolvidos, a data das denúncias, os denunciadores, o histórico dos eventos, assim como os documentos que serviram de fonte das informações. O levantamento foi sistematizado em CD ROM que contém vídeos e fotografias ilustrativas os quais tive acesso durante trabalho de campo na SMU. Esse relatório foi divulgado em 2002 em audiência pública.

espaços conexos, sejam estes ambientes residenciais ou de trabalho, mediante impactos indesejáveis transmitidos pelo ar, pela água ou pelo solo.

Referente ao período de 1992 a 2002, o levantamento resultou nos seguintes dados:

Foram identificados de uma amostra de 251 situações-problema localizadas em 49 municípios do estado. Disposição inadequada e lançamento clandestino de resíduos tóxicos, poluição do solo, ar e água, convivência de pessoas com valões, lixões e enchentes, implantação de loteamentos em áreas inadequadas, comprometimento da pesca artesanal pela atividade sísmica da prospecção de petróleo no mar, deslocamento de populações devido à poluição industrial ou à instalação de resorts, danos provocados por atividade mineradora, vazamento de óleo, privatização indevida de recursos hídricos, entre outras situações, foram analisados e listados neste relatório. (FEEMA. Crimes ambientais- Transcrição de apresentação em DVD)

O caso da Parmalat, datado de 1996, está enquadrado dentro dos casos referentes a *Atividades Industriais*. O conflito está especificado como *Poluição do solo/ Poluição de corpo hídrico*. O caso foi descrito como “*Contaminação em terreno da Parmalat (rua Maturá, 411 – Acari)*”. Os atores envolvidos foram: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), Ministério Público Estadual (MPE), Parmalat Brasil S/A – Indústria de Alimentos e comunidade local. O evento foi descrito da seguinte forma no relatório:

A unidade Maturá da empresa Yolat funcionou, de 1993 a 1997, como indústria de beneficiamento de leite e derivados; utilizava amônia líquida para refrigeração das câmaras frias e óleo BPF para movimentar as máquinas. A FEEMA esteve no local em julho de 1996, devido a um vazamento de amônia. Em novembro do mesmo ano, técnicos do órgão ambiental retornaram à Yolat, como o intuito de verificar o sistema de tratamento de efluentes industriais em operação. Ainda no final de 1996, a Divisão de Controle Industrial (DICIN/FEEMA) intimou a empresa a construir um dique de contenção na área dos tanques de óleo BPF, sugeriu a mudança do combustível utilizado, de BPF para gás, e a realização de uma análise de risco da unidade de refrigeração por amônia. (FEEMA. Crimes ambientais- Transcrição de apresentação em DVD)

Em uma parte seguinte do relatório, o mesmo descreve de forma detalhada o *crime ambiental* cometido pela indústria ali instalada:

[Em relação a amônia líquida utilizada para refrigeração das câmaras frias e o uso de óleo BPF] A Divisão de Operações do Campo (DIVOC/FEEMA) intimou a Parmalat [em 2001] a apresentar um plano de remoção dos resíduos e a retirar a amônia. A equipe do PDBG solicitou a análise do passivo ambiental da empresa. Em janeiro de 2001, a Parmalat informou à FEEMA que os vazamentos estavam solucionados, que a amônia já havia sido retirada pela empresa Amonex e que os resíduos contaminados por óleo BPF seriam removidos pela COMTECOM. Em fevereiro de 2001, a FEEMA notificou mais uma vez a empresa a apresentar uma avaliação de seu passivo ambiental, em que constasse o grau de contaminação do solo e águas subterrâneas, como também um cronograma para mitigação dos problemas porventura identificados. A investigação geoambiental trouxe resultados surpreendentes: constatou a contaminação do solo por mercúrio e cromo, e das águas subterrâneas por cromo, chumbo e níquel. (FEEMA. Crimes ambientais- Transcrição de apresentação em DVD)

Em 1997, a Yolat virou Parmalat e as atividades produtivas da unidade Maturá foram transferidas para o município de Nova Iguaçu. As instalações da rua Maturá tornaram-se um grande depósito de produtos refrigerados. Em abril de 1997, a FEEMA notificou a Parmalat a informar quais investimentos ambientais tinham sido feitos com a mudança do contrato social da empresa – de Yolat Indústria e Comércio de Laticínios LTDA. para Parmalat S.A do Brasil. A equipe do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara solicitou um relatório sobre os efluentes gerados na unidade Maturá. Em relação às notificações recebidas, a empresa respondeu à FEEMA que, por estar desativada desde o início do ano de 1997, a unidade não gerava mais efluentes industriais. Contudo, de acordo com o relatório da FEEMA:

Todas as operações da empresa foram definitivamente transferidas para Nova Iguaçu apenas em dezembro de 2000, mas cerca de uma tonelada de amônia permaneceu nas instalações desativadas. Nos meses subsequentes, ocorreram diversos vazamentos do produto. (FEEMA. Crimes ambientais- Transcrição de apresentação em DVD)

Em contraste com as informações dadas pela indústria, a FEEMA averiguou que o terreno fabril da unidade de distribuição da Rua Maturá em Acari foi completamente desativado no ano de 2000. Nesse mesmo ano, uma empresa de auditoria reconhecia que a Parmalat não tinha ainda definido o que fazer com as unidades fabris desativadas ou em fase de descontinuação. Paralelamente, a indústria passa a responsabilizar os saques das câmaras frigoríficas – feito pelos moradores das áreas adjacentes - pelo crime ambiental. O relatório da FEEMA cita esse episódio:

A diretoria da Parmalat afirmou que a equipe de segurança, contratada para proteger os equipamentos, não evitou que o prédio sofresse invasões por parte dos moradores das comunidades adjacentes. Segundo os representantes da Parmalat, os invasores teriam depredado móveis e saqueado os equipamentos das câmaras frigoríficas, causando os vazamentos. (FEEMA. Crimes ambientais- Transcrição de apresentação em DVD)

No desenrolar do processo do *crime ambiental*, a conversão do terreno fabril como espaço de moradia acontecia.

Em setembro de 2001, a Parmalat decidiu ceder o terreno da Unidade Maturá para a instalação de um Centro Cultural para as comunidades do Acari e Coelho Neto. Uma analista ambiental da FEEMA advertiu que a sondagem realizada pela empresa foi insuficiente mesmo para uma avaliação preliminar sobre a contaminação por metais e os riscos para a saúde humana. O órgão ambiental notificou a empresa a ampliar as investigações antes da cessão do terreno, que já vinha sendo ocupado pela população para atividades de lazer. Em agosto de 2002, a Divisão de Controle Industrial estabeleceu o dia 26.10.2002 como data limite para entrega dos estudos geoambientais complementares. Segundo a Parmalat, a contaminação de sua planta industrial se deve ao fato do terreno onde estão as ruínas da empresa ter sido, no passado, um lixão. (Caso: Parmalat. Atividades industriais. Processo DICIN/FEEMA nº 07/200791/96. FEEMA –RJ)

O crime ambiental, embora investigado e comprovado, não reverberou em nenhuma sanção à indústria ou a instalação do centro cultural proposto. Após dívidas e impostos acumulados ao longo dos anos, junto a falência dessa indústria, o município “tomou o terreno”, nas palavras da coordenadora de planejamento local da AP-3.

Esse caso mostra um outro lado das estratégias de atores sociais envolvidos na apropriação conflitiva dessas ruínas fabris, que viraram alvo de disputa. A história do *crime ambiental* é reveladora dos argumentos utilizados pelos representantes da fábrica de laticínios e suas estratégias de envolver outros atores sociais – neste caso moradores – na responsabilização das práticas realizadas naquele período.

2.2 As invasões de moradia em ruínas fabris na zona norte da cidade do Rio de Janeiro

O termo “vazios urbanos” (MENEGUELLO, 2009) costuma ser utilizado, no Brasil, sobretudo na área de planejamento urbano, arquitetura e georreferenciamento, para referir-se aos chamados na Europa de *friches industrielles* (MENDONÇA, 2003) ou *brownfields* no debate anglo-saxão (PAGANO E BOWMAN, 2000). Tais termos referem-se a uma multiplicidade de configurações espaciais, desde galpões, grandes terrenos, estabelecimentos abandonados a edificações em ruínas. Essas configurações espaciais colocam-se como uma questão problemática para o debate urbanístico e arquitetônico das cidades pós-industriais.

Em relação a esse fenômeno nos países subdesenvolvidos ou “países do sul global”, Cavalcanti & Fontes (2011, p.13) ressaltam a necessidade de se aprofundar sobre os efeitos da desindustrialização²⁶ em contextos sociais como no Brasil, tanto no aspecto da paisagem urbana da cidade como nos efeitos em torno da segregação e desigualdade no acesso do espaço urbano, uma vez que as relações entre desindustrialização e o crescimento da criminalidade, das desigualdades sociais, da “degradação” urbana e da conversão desses espaços é pouco estudada.

No caso do Rio de Janeiro, as propostas de suposta revitalização da região portuária, das áreas ferroviárias e de antigos subúrbios industriais necessariamente acabam por encerrar o

²⁶ A literatura acadêmica sobre a desindustrialização, também aponta que a desativação do centro de distribuição seja reflexo de uma reorganização produtiva dos laticínios no estado do Rio de Janeiro ocorrido no final da década de 90 e início dos anos 2000, em que um dos fatores agravantes era a localização dos centros de distribuição de laticínios em áreas consideradas de risco (Cavalcanti, 2013), (Souza, 2014).

problema do destino de antigos galpões e fábricas abandonadas ou em ruínas que dominam grande parte do cenário urbano em várias regiões da cidade.

É nessa lógica de gestão e planejamento urbano que o estudo “Imóveis em Estado de abandono” foi realizado. Como demanda do Decreto 26.610 de 05 de junho de 2006 - na época tendo César Maia (PFL)²⁷ prefeito da cidade - este trabalho, descrito no texto do decreto como “*pioneiro*” na investigação de *vazios urbanos* na zona norte da cidade, foi realizado *in loco* por uma equipe *macrofuncional*²⁸. Considerando o abandono de diversos galpões e suas consequências, e o fato de que o desenho original de várias ruas na cidade levava em conta galpões anteriormente construídos e hoje abandonados, o decreto visou estimular o desenho de ações voltadas para a reconversão de áreas da Cidade. Tal iniciativa de identificação, a partir desse estudo, priorizava o desenvolvimento de atividades de interesse para a população local. Seu objetivo consistia em:

Identificar edificações em estado de abandono com vistas a propor medidas que qualificassem urbanisticamente a área, sejam elas de simples demolição com construção de espaços públicos, como praças, novas vias que facilitem a mobilidade, áreas de esporte, escolas, equipamentos culturais ou mesmo reurbanização com vistas a atrair o interesse privado. (Art. 1º- Decreto Municipal 26.610/2006)

Durante a pesquisa de campo na SMU, tive acesso ao estudo “Imóveis em estado de abandono” (2006), realizado pela Coordenadoria de Planejamento Local da AP-3, no âmbito desse decreto. O estudo teve como objetivo desenhar ações que impulsionassem a “requalificação” urbanística da área do terreno. A “requalificação” é definida nesse estudo com a reutilização dos imóveis já existentes ou ocupados para outras atividades comerciais, comunitárias ou para construção de equipamento público. A partir da identificação de 17 imóveis desativados na área da AP-3, correspondente à zona norte da cidade²⁹, alguns *vazios urbanos* ou *imóveis em estado de abandono*³⁰ foram descritos como *objeto de ocupações irregulares* - quando convertidos em moradia popular através de invasão.

Para os *imóveis em estado de abandono* localizados em áreas de uso residencial, a priorização seria a construção de equipamentos públicos (postos de saúde, creches, escolas, centros de capacitação), de acordo com as carências da região, ou a construção de novas vias, para melhorar a acessibilidade das áreas. Para os *vazios urbanos* localizados ao longo da Av.

²⁷ Esse partido político deixa de existir e passa a assumir uma nova legenda: Democratas (DEM).

²⁸ A equipe contava com funcionários em cargos de gestão e coordenação das secretarias de obras, urbanismo, habitação, Instituto Pereira Passos e CET-Rio.

²⁹ De acordo com o estudo, a área de planejamento 3 (AP-3), que corresponde à Zona Norte, apresenta o pior quadro de abandono de imóveis industriais. Caracterizados pelo abandono, perceptíveis pelas condições deterioradas de suas estruturas e por ocuparem extensos terrenos em áreas da zona norte, muitos galpões e estruturas fabris são bastante característicos da paisagem urbana dessas áreas.

³⁰ No decorrer do estudo ambas as categorias “vazios urbanos” e “imóveis em estado de abandono” são mobilizadas como sinônimos, não havendo nenhuma diferenciação quanto a mobilização deste ou aquela.

Brasil, a construção de mercados populares e bosques verdes seria uma das propostas. Além disso, dentre os casos de *vazios urbanos* ou *imóveis em estado de abandono* citados no estudo, vários terrenos industriais foram diagnosticados com contaminação do solo por resíduos de atividades industriais anteriormente desenvolvidas.

Nesse estudo técnico, a Parmalat é descrita como: “*Indústria desativada, em área de influência da bacia do Rio Acari; Situação do solo: o imóvel encontra-se contaminado*”. O relatório também indica que “*por ser área confinada, rodeada por favelas e por uma gleba vazia, as condições de acesso são limitadas*”.

A proposta sugerida para a Parmalat seria uma nova ligação entre a Avenida Brasil e a via Canal do Rio Acari. Este novo logradouro seria uma nova opção de ligação entre a Avenida Brasil e a Rodovia Presidente Dutra. A indicação de uso sugeria que “*com o tratamento do solo indicado pelo órgão competente e a retirada dos invasores, a área poderá abrigar equipamento de apoio social e praça em prol da comunidade, com atividades culturais e de lazer, já existindo projeto para implantação de uma área voltada para prática de esportes*”.

Durante o trabalho de pesquisa na SMU, a funcionária confrontou essa informação, alegando que a Parmalat possui dívidas ativas de IPTU, as quais provavelmente a indústria não tinha interesse em pagar. A informação relativa à sugestão de tratamento do solo contaminado também foi confrontada pela funcionária, que explicou que, devido a seus conhecimentos na área de arquitetura e planejamento urbano, considera inviável até mesmo o uso residencial de baixa densidade, desde aquela época até o momento atual.

Segundo a arquiteta, o tratamento do solo contaminado por determinados tipos de resíduos tóxicos, como é o caso da Parmalat, “*é altamente custoso e demanda anos de isolamento da área, algo impossível por conta do tráfego de drogas local*”, que utiliza a “*mata dos fundos*” do fim do terreno da Parmalat para fazer “*aquelas coisas que as pessoas já sabem*” e também porque “*a prefeitura não teria disposição para arcar com o custo real da descontaminação numa área desse tipo*”.

Embora o estudo técnico tenha sido realizado, este não se converteu em nenhuma ação concreta dentro das propostas criadas, dentro de um projeto de “requalificação” dos “vazios urbanos” da zona norte. Porém, o suposto esvaziamento de qualquer ação implementada no território é apenas uma visão distanciada, se analisarmos as práticas políticas e de gestão de território mais de perto, pois a própria categoria vazio urbano ao ser mobilizada pelo Estado, constrói-se como um mecanismo que permite uma série de ações e intervenções, o que será apresentado a seguir.

* * *

A problemática do termo “vazios urbanos” é que o mesmo não leva em consideração outras formas recentes do espaço, uma vez que o uso se configura distinto de sua função primeira, originária. Por isso, a noção de ruína fabril propicia mais o debate no trabalho, permitindo atentar para a produção das representações, discursos e distintas apropriações sobre o espaço. A relevância dessa temática para o campo dos estudos urbanos deve-se à atualidade das discussões antropológicas sobre a produção de territorialidades periféricas, a questão habitacional, da moradia e as novas formas de segregação espacial e social nas cidades.

O processo de conversão de ruínas fabris como espaços de moradia, passa a se construir como objeto dos estudos urbanos, a partir de um olhar que visa captar que formas novas e complexas são essas de “fazer a cidade” e do entendimento de que espaços desse tipo não existem como um fenômeno isolado da dinâmica da cidade. Com isso, busco contribuir na elaboração de mais estudos a partir desse fenômeno social recente, a saber, conversão de ruínas fabris para fins de moradia popular. Na cidade do Rio de Janeiro, ruínas fabris vêm sendo gradativamente ocupados pela população de baixa renda por meio da adaptação de fábricas abandonadas para fins de moradia.

No caso desse estudo, ora são mobilizadas pelos interlocutores do Estado as categorias “*imóveis em estado de abandono*” e de “*vazios urbanos*”. Nessas instituições, o processo de identificação de terrenos fabris invadidos – isto é, que são “*objeto de ocupações irregulares*” - e convertidos em espaços de moradia em favelas, é iniciado a partir do georreferenciamento³¹. Essas áreas são denominadas pelos institutos responsáveis da gestão das informações urbanas e geográficas da cidade como *invasões*.

O que ocorre, em geral, é que nas invasões das indústrias e galpões mais consolidados, após a ocupação se segue a remoção dos telhados, a retirada das estruturas internas fabris e o fracionamento do espaço para definir os limites e contornos das moradias. As imagens do tipo *orto-fotos* permitem, ao longo dos anos, estimar, a partir de uma sequência de fotos periódicas do terreno, há quanto tempo a invasão de moradia existe. A análise das imagens é a comprovação concreta da existência da invasão em sua forma consolidada no solo urbano. Se observado essa consolidação da ruína fabril convertida em moradia, um trabalho de *investigação de campo* é solicitado com uma equipe técnica, envolvendo representantes de algumas secretarias. De acordo com a Gerente de Planejamento Local da AP-3 entrevistada,

³¹ O georreferenciamento consiste na determinação dos limites do imóvel através de coordenadas georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, utilizando mapas, ortofotos e fotos de satélite para delimitação e acompanhamento do terreno ou imóvel.

esse processo foi realizado em todas as invasões a ruínas fabris descritas no estudo técnico anteriormente citado. O emprego de novas tecnologias de vigilância, como o georreferenciamento, permite fazer esse acompanhamento dos deslocamentos e adensamentos populacionais. A partir dessa identificação, pode-se futuramente reconhecê-las como *favelas*.

Para serem reconhecidas como *favelas*, é feita a identificação do *assentamento informal*, fruto da *invasão*, a partir de características possíveis de se verificar pelas imagens de satélite, para em seguida se realizar um trabalho de campo nessas áreas para se confirmar ou não que se trata de uma *favela*, a partir de critérios pré-estabelecidos.

Vale ressaltar que o próprio conceito de *favela*, no caso da cidade do Rio de Janeiro, é caracterizado por outros aspectos para além da definição do IBGE³². As características consideradas para definir uma área como favela, de acordo com o IPP, são: 1) ocupação irregular da terra; 2) falta de títulos de propriedade formais, o que não significa que a ocupação seja ilegal; 3) tecido urbano disposto de forma irregular; 4) lotes pequenos e indefinidos; 5) vias estreitas; 6) infraestrutura de saneamento precária; 7) equipamentos sociais inexistentes ou insuficientes; 8) habitações precárias em desacordo com as normas; 9) inexistência de normas urbanísticas especiais.

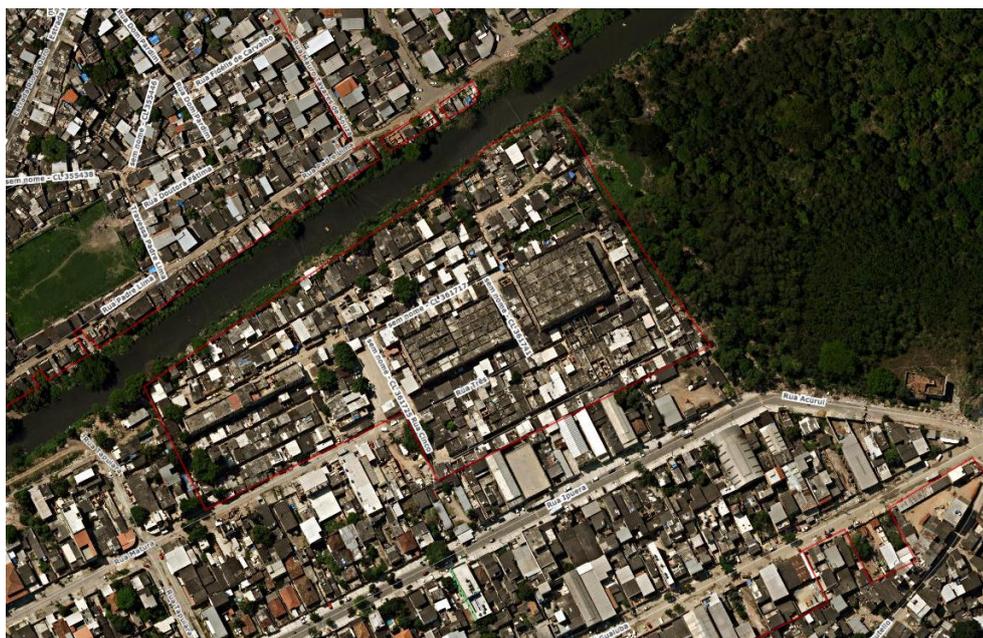
Figura 4 – Foto aérea da Parmalat no ano de 2003.



Fonte: www.googleearth.com.

³² O IBGE tratava a categoria de favelas dentro do conceito de aglomerados subnormais. O IBGE considera aglomerado subnormal como “conjunto constituído de, no mínimo, cinquenta e uma unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.”

Figura 5 – Mapa – Foto aérea da Comunidade Vida-Nova 2017.



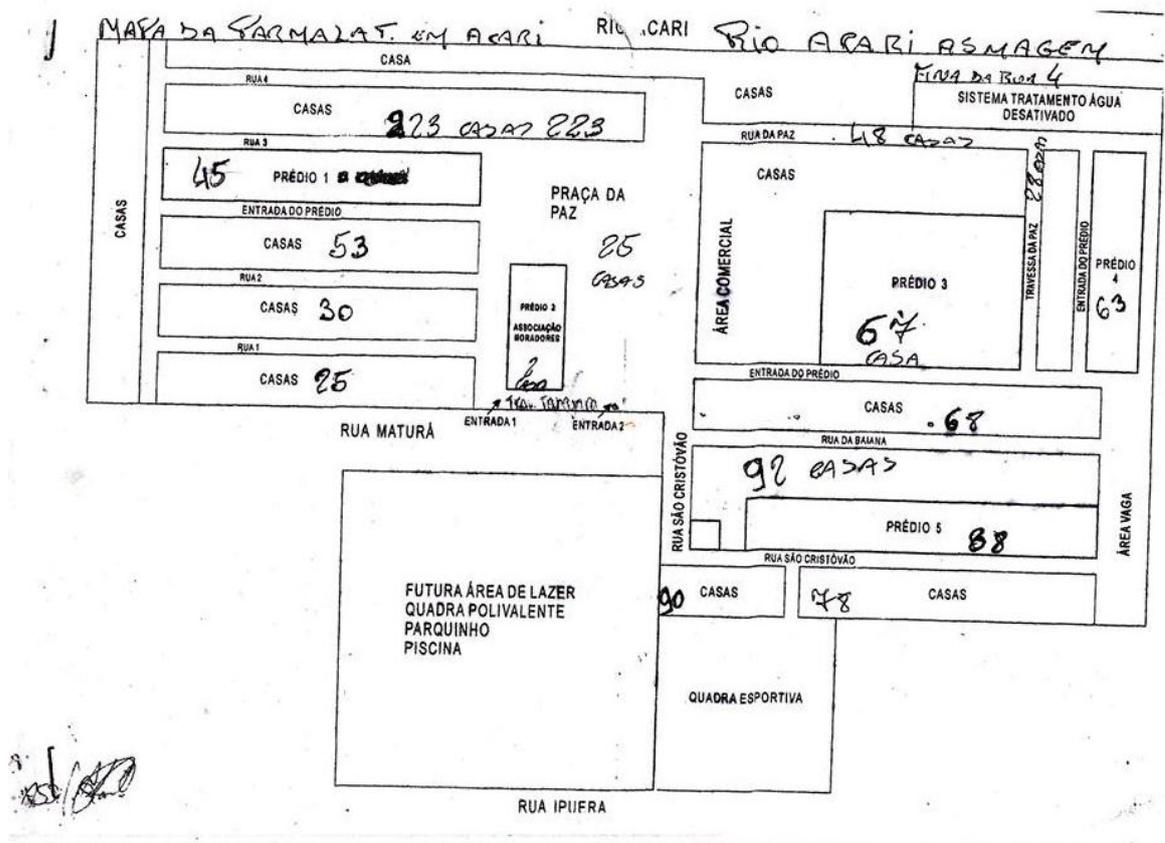
Fonte: <http://pcrj.maps.arcgis.com/>

No curso do processo de conversão de prédios fabris e terrenos abandonados em invasões de moradia por parte das populações de áreas periféricas, algumas ocupações de moradia em antigos terrenos fabris e prédios industriais se localizam próximos ou até mesmo no interior de favelas. No Rio de Janeiro, duas comunidades na zona norte da cidade - Comunidade do Crefisa e Comunidade do Pedrosa, ambas localizadas no bairro de Del Castilho - foram originárias de invasões a ruínas fabris e já são reconhecidas como favelas. Contudo um dado importante referente à *Parmalat*, tomado como objeto de estudo, é que, embora outras invasões a terrenos fabris já tenham sido reconhecidas como *comunidade*, como é o caso das duas citadas anteriormente, o território onde desenvolvi o trabalho de campo não teve a derrubada da estrutura fabril dos prédios. A peculiaridade desse território consiste em ainda preservar até o momento presente as configurações internas e externas do terreno fabril, preservando ainda em sua estrutura, elementos configurando o espaço de moradia também como uma ruína fabril.

No caso da Parmalat, com a conversão das ruínas fabris em moradia, foi criada uma Associação de Moradores e paralelo a inauguração do Hospital de Acari, uma clínica da Família foi inaugurada um tempo depois, em 2011. A interlocução da Associação de Moradores da Parmalat com os agentes comunitários de saúde foi estabelecida e a invasão de moradia da Parmalat passou a ser fruto de um regime de governamentalidade por parte do Estado, através da presença dos agentes comunitários de saúde e seu papel na gestão do

território, a partir do viés da saúde e do controle epidemiológico por meio das estatísticas de famílias e residentes. A equipe de agentes comunitários da Parmalat elaborou o primeiro mapa, delimitando as ruas e seus respectivos nomes, fazendo a contagem das casas para cadastro no SUS. Esse processo ocorreu com a mediação da Associação de Moradores, através do qual obtive o primeiro mapa da área.

Figura 6 – Mapa da Parmalat elaborado pelos Agentes Comunitários de Saúde (Ano de elaboração: 2011)



As diversas “racionalidades” do corpo técnico e político do Estado aparecem nessa situação em clara disputa. As visitas de campo feitas na SMU na busca por dados e estudos sobre a área correspondem a materiais produzidos em diferentes temporalidades e há uma sobreposição de propostas e ações desenvolvidas para a região, bem como o emprego de diversas categorias.

É importante destacar as governamentalidades que aparecem no momento do início da invasão. As tecnologias de georreferenciamento surgem como uma estratégia de “acompanhamento” do desenvolvimento do que intitulam como “ocupação irregular” ou “invasão”. Os estudos da área de planejamento urbano desenharam projetos e soluções específicas levando em conta as particularidades da ruína fabril, e o trabalho pela área da

saúde aponta para uma gestão e inclusão dessa população nos serviços de saúde pública, a partir da qual eles criam estatísticas das famílias, das doenças, e das condições de saúde dos moradores.

Há também, no contexto mais recente da invasão de moradia, a existência de outras práticas de governanças estatais. A realização de outros projetos políticos na área, o reconhecimento da invasão de moradia como Área de Especial Interesse Social (AEIS), sua titulação como Comunidade Vida-Nova e a implementação do programa Morar Carioca, que serão apresentados a seguir.

O Estatuto da Cidade atribuiu aos municípios à implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

O Plano Diretor de um município, por sua vez, é um instrumento legal que propõe uma política de desenvolvimento urbano e orienta o processo de planejamento do município. Ele estabelece uma série de diretrizes a serem seguidas, além de normas e procedimentos para a realização da política preconizada. Esta política urbana é, também, detalhada em políticas públicas setoriais: de meio ambiente, patrimônio cultural, transporte, habitação e regularização urbanística, saneamento ambiental, entre outras. No Rio de Janeiro, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, através da lei complementar municipal nº 111/2013, que define as AEIS, visa promover as ações necessárias à titulação dos moradores através dos instrumentos de regularização fundiária estabelecidos pelo Estatuto da Cidade.

Em 2010, o Morar Carioca, da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), foi divulgado pela prefeitura como o maior programa de urbanização de comunidades da história do país³³. O programa, tinha como meta de 2010 até 2020, urbanizar em torno de 800 favelas da cidade. Este programa contou com a verba de empréstimo do BID, com parcerias público-privadas, com verba do governo federal, do município e do estado.

Como parte do Plano Estratégico 2013-2016 da Prefeitura do Rio de Janeiro, o foco do programa Morar Carioca foi em 17 comunidades da Zona Norte, com investimento de R\$ 256,2 milhões, provenientes de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que garantiram a continuidade do programa. Na Pavuna, as obras do Morar Carioca foram realizadas nas comunidades Fim do Mundo - com 1.702 pessoas e 460 domicílios - e

³³ Texto de divulgação do Morar Carioca. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>>. Acesso em: 30/06/2017

Parque Unidos de Acari - com 2.048 pessoas em 604 domicílios. Entre essas duas comunidades, está a Parmalat, que em 2014 foi intitulada como Comunidade Vida-Nova e também foi alvo das obras desse programa.

Em 2014, a favela da Parmalat foi incluída na lista de comunidades a serem classificadas como AEIS e reconhecida como comunidade, através do Decreto no Diário Oficial em outubro de 2014, a partir do Projeto de Lei nº 904/2014 do vereador Jorge Felipe (PMDB). De acordo com a justificativa do Projeto de Lei nº 904/2014:

A criação das Áreas de Especial Interesse Social são necessárias à implantação de programas da política habitacional, especificamente aqueles destinados à urbanização e regularização fundiária de favelas. Declaradas como tal, estas áreas passam a ser reguladas por uma legislação que estabelece padrões especiais de urbanização, parcelamento da terra, uso e ocupação do solo, permitindo a regularização urbanística e fundiária, de forma a possibilitar a titulação dos moradores de baixa renda.

Assim, buscasse implantar uma efetiva política habitacional municipal, contribuindo para ampliar os direitos de cidadania dessa população. Além disso, tem-se por finalidade melhorar as condições de habitabilidade, caracterizar a distinção entre espaços públicos e privados, evitar o uso inadequado de áreas de risco e proteger o meio ambiente. (Justificativa P.L 904/2014)

A Lei que declara como AEIS a área intitulada Comunidade Vida-Nova veio a partir da localização dessa área dentro do Complexo de Acari. Como a área fazia parte do escopo de trabalhos do Programa Morar Carioca³⁴, ela seria objeto de urbanização e regularização. Uma série de obras de urbanização e saneamento básico foram realizados a partir de então, como a instalação de tubulações de esgotamento sanitário, drenagem urbana e alargamento das vias de acesso a Parmalat.

Algumas áreas do Complexo de Acari já haviam sido alvo das obras do programa Favela-Bairro, realizado em meados da década de 1990. O programa Morar Carioca foi formalmente entendido, até mesmo pelas agências financiadoras, como uma continuação do programa Favela-Bairro.

De acordo com Leitão & Delecave (2013) as diferenças do programa antecessor para o atual estariam no fato de que este último atuaria numa escala operacional maior, articulando um corpo técnico privado de um conjunto de escritórios de arquitetura com a SMH, enfatizando a urbanização em escala mais ampla, com obras públicas, melhoria dos serviços de água e esgoto, sistemas de drenagem, iluminação pública, áreas de lazer e construção de equipamentos sociais). Já o primeiro, buscou alterar o mínimo possível a estrutura espacial da

³⁴ Sobre as controvérsias do Programa Morar Carioca enquanto política habitacional para favelas no Rio de Janeiro, ver a tese de doutorado de Daniella Guedes Rocha “Da favela ao conjunto: a trajetória da CCPL entre o abandono, a remoção e a urbanização” (2016).

favela, estava com a coordenação e implementação restrito as secretarias do município e não contou efetivamente com a participação comunitária.

A estratégia do programa foi contratar escritórios de arquitetura por meio de concurso, organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil. O programa parte de um pressuposto de que a favela é um ambiente de moradia que faz parte da cidade, e devido a grande extensão de áreas desse tipo na cidade, deve ser alvo de projetos urbanísticos e de melhorias de serviços públicos, desenvolvidos a partir de diagnósticos sociais participativos com a comunidade local.

Uma das propostas do programa Morar Carioca era que *“os moradores recebam título de propriedade juridicamente reconhecido para seus imóveis, eliminando uma fonte de preocupação permanente para milhares de famílias: a posse oficial da moradia”*. O desmantelamento do programa pode ser interpretado a partir de questões eleitorais, agenda política, suspensão de contratos com as ONG's e escritórios de arquitetura contratados e o foco nos Jogos Olímpicos realizados em 2016 no Rio de Janeiro.

Os títulos de propriedade consistiram na etapa final do Programa, todavia apenas 12 comunidades tiveram domicílios em processo de regularização³⁵. As entidades parceiras destacavam de forma crítica que o programa foi cooptado para outros fins políticos, e que a maioria das obras realizadas nas favelas, foram designadas como pertencentes ao programa Morar Carioca, mesmo que não fizessem parte do ciclo de implementação do projeto.

A controvérsia nesse caso está nas diversas narrativas e posicionamento dos atores do Estado. Enquanto os discursos de corpo técnico da área de arquitetura e urbanismo destacam sobre o vazio institucional ocorrido com a saída da fábrica e a não-resolução do crime ambiental investigado pela FEEMA, a própria categoria “vazio urbano” se institui como uma forma de apagamento deixada pelos rastros da destruição ambiental ocasionada pela fábrica. A categoria de vazios urbanos, que permitiu acessar uma etapa do trabalho de campo, define espaços construídos que se encontram sem utilização atual, de acordo com seu fim primeiro, ou espaços subutilizados. Contudo, o caráter negativo do termo “vazio” não leva em consideração outras formas de uso que esses espaços possam vir a ter, como é o caso quando são utilizados por pessoas para fins de moradia.

Os materiais técnicos, como o estudo dos imóveis abandonados, pouco foi mobilizada, sendo então sobreposta as negociações e programas urbanísticos mobilizados por questões

³⁵ Regularização Fundiária: a tão sonhada propriedade do imóvel. Disponível em: <<https://medium.com/morar-carioca/regulariza%C3%A7%C3%A3o-fundi%C3%A1ria-a-t%C3%A3o-sonhada-propriedade-do-im%C3%B3vel-9225234798a2>> Acesso em: 30/06/2017

políticas, como o Morar Carioca, que fez com que a invasão do antigo terreno fabril da Parmalat fosse intitulada como Comunidade Vida-Nova e Área de Especial Interesse Social (AEIS), a fim de que fosse alvo das obras do programa.

A própria caracterização da invasão de moradia com os mesmos aspectos de uma favela e seu enquadramento nesse tipo, aponta nesse caso para um alargamento da própria noção de invasão de moradia e de favela. A classificação de favela adotada pelo IPP e utilizada no Programa Morar Carioca foi elaborada tendo em vista as políticas públicas de infra-estrutura nas favelas. Atas de reuniões do Conselho Estratégico de Informações da Cidade destacaram que a maior preocupação da prefeitura naquele momento era “classificar a enorme quantidade de favelas existentes no município para planejar uma política pública mais coerente e integrada” (Conselho Estratégico de Informações da Cidade, 2012; pg.4).

Os projetos em voga para os territórios periféricos e habitados, como é o caso dessa ruína fabril, não se deram a partir de um processo linear, articulando diferentes secretarias, mas foi construído a partir de circunstancialidades, como é o caso deste programa, vinculado a um Plano Estratégico da Prefeitura, a partir da qual complexos de favelas seriam alvos de obra de infraestrutura e regularização. As continuidades e rupturas de programas de cunho habitacional e urbanístico não indicam uma obscuridade em relação a essas configurações espaciais, mas uma sobreposição de planos, usos e formas de governança de diversos atores, resultando em suas configurações mais recentes.

A sobreposição de leis e decretos para urbanisticamente gerir o território também é um traço importante a ser destacado, pois tenciona e visibiliza os diferentes interesses do Estado em diversas épocas. Se num primeiro momento, há um anseio pela especificidade da ruína fabril e como ela pode ser gerida a partir das governamentalidades e práticas de governanças estatais, no momento atual a questão política e habitacional se destaca.

3 **ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS: PRODUZIR A MORADIA E CONSTRUIR LAÇOS**

A questão que norteia esse capítulo é: Como ler a produção dessas formas periféricas de habitação, senão a partir da análise da micro-política local das pessoas que o produzem?

O momento de desativação e abandono do terreno fabril abre espaço para outra lógica de produção do espaço. Essa lógica é encaminhada pelo tráfico de drogas local e moradores, a partir dos eventos da invasão ao terreno fabril. Em relação ao processo de invasão, há uma ambiguidade das datas de desativação da fábrica e da invasão, associadas a produção desse espaço.

Esse capítulo, portanto, está estruturado e dividido a partir de cada moradora analisada, buscando compreender como se constrói a temporalidade e a perspectiva do habitar sob o ponto de vista das moradoras, desde a sua chegada, o período de construção da casa e o momento mais recente.

Os relatos sobre as moradoras abaixo serão tratados como quadros etnográficos, mobilizando os fragmentos de vida representados por meus interlocutores de pesquisa ao expor suas trajetórias, onde busco construir discursivamente essa multiplicidade de experiências. No cruzamento da transformação desse espaço e nas tramas que perpassam a vida dessas pessoas, os projetos de moradia existem permeados por essa construção da micro-política do cotidiano.

Além de apontar como chegaram no espaço através de seus sucessivos deslocamentos, as relações estabelecidas com o entorno e a região, reflito como elas ajudam a desvendar a circulação nas áreas periféricas e a construção das experiências na precariedade.

Não foi possível elaborar, a partir das minhas interlocutoras de pesquisa, histórias de vida, e é importante ressaltar que partes das trajetórias explicitadas a seguir não buscam esse fim. O tempo de realização do trabalho de campo permitiu compreender as estratégias e soluções mobilizadas pelas moradoras, fenômenos esses explicitados conforme acompanhava o cotidiano dessas pessoas.

A escolha de tais interlocutoras para compor a dissertação deve-se sobretudo ao fato de terem destacado a Parmalat em diferentes momentos e relacionando-a a determinadas situações de suas vidas. Relacionar a experiência de habitar envolve seguir um pouco dessas temporalidades articuladas a partir dos diferentes relatos.

3.1 Entre a dinâmica de invadir e morar

As dinâmicas de produção do espaço da Parmalat, serão recontadas aqui não apenas como relatos de cunho histórico sobre o processo de invasão, mas atravessarão os deslocamentos e principalmente as experiências de construção de relações afetivas e familiares. Perpassadas pelo próprio modo de construir um espaço habitado ou cotidiano, isso é entendido, sob o ponto de vista dos meus interlocutores de pesquisa, como um modo digno de apreender, se reapropriar e viver a cidade e a região. Um primeiro ponto a destacar é acerca das dinâmicas da invasão a partir dos moradores.

Três interlocutoras que conheci no trabalho de campo, Albertina, Leandra e Lourdes, Edsvivenciaram a primeira invasão à Parmalat. É a partir da perspectiva de fragmentos da história de Leandra, Albertina, Lourdes, Marilena e Valmir³⁶ que foco suas tramas familiares e como elas se conectam com a dinâmica socioespacial do território sendo construído como espaço de moradia.

3.2 Leandra – O evento inaugural

Logo após a transferência das atividades da Parmalat de Acari para Nova Iguaçu e a interrupção das atividades do centro de distribuição, uma empresa de segurança particular ficou responsável por fazer a segurança do terreno após a desativação das atividades produtivas da fábrica. Em novembro de 1997, a Parmalat enviou um ofício à firma de vigilância e segurança privada contratada, suspendendo o contrato, pois registrou “*não ter mais interesse no aumento do quantitativo do Posto de Serviço*” da portaria do estabelecimento, por conta da interrupção das atividades e pelos eventos de invasão, descrito no relatório técnico da FEEMA como um evento onde os invasores teriam depredado móveis e saqueado os equipamentos das câmaras frigoríficas, causando os vazamentos do crime ambiental cometido pela fábrica.

³⁶ De forma a preservar a identidade e segurança dos moradores, os nomes dos interlocutores foram trocados.

Segundo Leandra³⁷, 32 anos e moradora da Parmalat, não há uma razão clara pela qual a fábrica foi desativada, pois em um uma determinada semana “*os funcionários estavam trabalhando e depois pararam de vir*”³⁸. Nessa época, ela morava na favela Beira-Rio, localizada do outro lado da margem do Rio Acari, e conseguia visualizar a fábrica em pleno funcionamento. Porém, não conhecia ninguém que trabalhava na fábrica.

Figura 7 – Margens do Rio Acari e ao fundo a Comunidade Parque Unidos de Acari.



Fotografia: Flávia Casciano.

Após o esvaziamento das atividades produtivas da fábrica, de acordo com Leandra, a notícia de que o tráfico tinha “*liberado a invasão*” foi bastante difundida dentro do Complexo de Acari, atraindo e estimulando moradores das favelas ao redor. A notícia da invasão foi um evento extraordinário, contou com uma quantidade significativa de moradores das favelas do entorno – especialmente Beira-Rio e Parque Acari. No evento da invasão, Leandra morava na favela Beira-Rio e também foi, curiosa com os objetos que poderia pegar.

³⁷ A primeira vez que vi Leandra, ela conversava em alto e bom som com outra senhora. O dilema em questão era se deixaria seu filho adolescente viajar ou não e no caso, quem daria dinheiro para ele viajar. Por ter passado perto do pátio e ter desviado sua atenção da discussão com seu filho, decidi ir conversar com ela. Ao informar sobre minha circulação pelo território e aguardando a abertura da Associação de Moradores – por volta das 14 horas -, perguntei se ela tinha visto o presidente da Associação pela área e ela respondeu que sim, bastando que eu o aguardasse. Ela me convidou a sentar num banco de tijolos, com vista para a praça da Parmalat e a entrada de sua casa, pela área de serviço. Enquanto finalizava o estender das suas roupas, começou a puxar assunto comigo. Descrevi que estava realizando uma pesquisa histórica sobre a antiga fábrica, e a perguntei se teria mais informações sobre o passado da área.

³⁸ As citações entre aspas e em itálico referem-se a termos e falas dos interlocutores da pesquisa.

De acordo com Leandra, os moradores foram para lá e saquearam a antiga fábrica: “*pegaram tudo*” do seu interior. Quando questionei a Leandra sobre o que seria esse “*tudo*”, ela explicou que eram os mobiliários e equipamentos da própria fábrica, tais como mesas, balcões, armários, refrigeradores e objetos passíveis de serem carregados por uma ou mais pessoas.

Ela recordou-se que pessoas participantes desse episódio estavam bastante surpresas, pois os materiais industriais, suprimentos da fábrica e laticínios foram “*largados na fábrica e estavam tudo em boa condição*”. Os moradores das áreas próximas saquearam “*tudo que poderia imaginar*”, e esse “*tudo*” ela fazia questão de reforçar durante nossa conversa. Conforme ia me relatando o episódio, Leandra gesticulava e apontava para áreas específicas das edificações, como as portas, corredores, vão de entrada, pátio e basculantes, de forma a tornar mais compreensível como ocorreu a movimentação das pessoas no episódio da invasão e descrever os locais por onde passou.

Seu relato tinha um tom espontâneo, leve e divertido. Ela disse: “*Eu tinha a idade do meu filho mais ou menos. Lembro que eu tomei tanto iogurte nesse dia [da invasão]. Hoje eles [referindo-se ao seu filho adolescente] escolhem até marca.*”

Algum tempo depois desse primeiro episódio de invasão a Parmalat, no qual ocorreram os saques, “*ganhou*” uma casa em Nova Sepetiba³⁹, concedida através de política habitacional da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ). Essa política⁴⁰, segundo ela, foi divulgada nos Centros de Referência a Assistência Social da região. Com isso, mudou com seu companheiro, sua mãe e dois filhos para Sepetiba.

Ainda com parentes residindo na favela Beira-Rio, Leandra tinha constantes notícias sobre a Parmalat como, por exemplo, que as pessoas começaram a construir suas casas no terreno da fábrica e que o interior dos prédios fabris foi todo esvaziado. Enquanto estava morando em Sepetiba, buscou alguns trabalhos como camelô e ambulante, mas como a mobilidade na região era restrita, o valor do transporte público alto e os deslocamentos bem demorados, disse ter tido dificuldade em arranjar trabalho.

³⁹ Nova Sepetiba foi uma unidade habitacional referente ao Programa Morar Feliz desenvolvido pela CEHAB em 1999, que consistiu em um loteamento urbanizado como uma das ações do Governo do Estado, na época da gestão de Antony Garotinho. A área em que o projeto foi construído está situada na estrada de Sepetiba entre os bairros Santa Cruz e Sepetiba, pertencentes à zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Foram construídas 4 mil casas que, de acordo com os noticiários, menos de 5 anos depois sofreram um processo de abandono, venda ou troca pelos proprietários.

⁴⁰ Esse programa fazia parte da Secretaria de Ação Social que concentrava em suas responsabilidades outros programas sociais como o Programa Cheque-Cidadão e Bolsa escola, Restaurante Popular e Farmácia Popular. Com isso, muitos beneficiários desses programas sociais souberam dessa política habitacional e cadastraram-se para serem sorteados.

Figura 8 – Expansão horizontal das moradias do prédio 2.



Fotografia: Flávia Casciano.

Por conta da dificuldade em encontrar emprego nessa região, decidiu retornar para Acari de forma a encontrar mais oportunidades de trabalho. A expectativa era voltar a trabalhar na região metropolitana do Rio, onde poderia realizar vários “bicos” mobilizando seus contatos em Acari, como vendedora de “chips” de telefonia ou camelô, na região da Pavuna. Leandra vendeu sua casa em Sepetiba por aproximadamente 10 mil reais e se mudou para uma casa localizada no primeiro pavimento de um dos blocos. Era a casa de sua sogra, que estava residindo na Parmalat. Em seguida, conseguiu alugar uma casa no interior desse prédio 1.

Ao longo dos meses morando na casa localizada no interior de um dos blocos “*sentiu como se estivesse morando em um apartamento*”, o que a incomodou e fez sentir saudades do quintal da casa de Sepetiba.

Sua estratégia foi trocar de residência com a sogra, que morava numa casa na Parmalat no primeiro pavimento do prédio fabril e tinha acesso externo a uma das ruas. Isso possibilitaria a Leandra fazer uma expansão horizontal da casa, estendendo o muro de sua residência, de forma a construir uma área de serviço ao ar livre para secar suas roupas, que também serviria como uma extensão da área da cozinha.

Segundo ela, ter um quintal ou uma área de serviço descoberta, era o “*mínimo que ela devia ter como casa digna*”. Sua estratégia foi negociar a troca da casa com a sogra, pois já

tinha gasto seu dinheiro comprando o apartamento no interior do prédio 1. Na negociação com a sogra descreveu:

Eu tive que apelar para minha mãe que tinha a idade dela e dizer que meus filhos sofriam muito de bronquite naquele espaço escuro e fedido. Eu estava voltando com minha mãe e meus dois filhos, como minha sogra não queria me ajudar a cuidar das crianças, ela aceitou trocar a casa comigo.

Há seis anos, Leandra mora na Parmalat. Atualmente, se diz “enrolada” com seu ex-marido e reside na casa atual com sua mãe, aposentada, seu padrasto e seus dois filhos homens, um adolescente e um pré-adolescente. Trabalha como vendedora ambulante de chips de telefonia e se considera a chefe da família, pois a mãe está “*debilitada*”, apesar de também compor a renda familiar por meio de sua aposentadoria. Considera que retornar ao Complexo de Acari para morar na Parmalat, foi a melhor escolha para acionar as redes de trabalho, pois embora tenha sido “*agraciada com a benção da casa de lá*”, abriu mão para voltar a morar na área que lhe possibilitava “*ter um trabalhinho de vez em quando*”.

3.3 Albertina- A construção da casa entre ordenamentos e ilegalismos

Os relatos dos diversos interlocutores de campo apontam que em meados dos anos 2000, o tráfico de drogas começou a instalar-se efetivamente no terreno. Como a mata aos fundos da Parmalat é considerada pela população da área como uma *rota de fuga*⁴¹ e *esconderijo* para os traficantes de drogas da área nos momentos de operações policiais, é provável que, em função da sua localização privilegiada de isolamento e difícil acesso, homens ligados ao tráfico tenham delimitado sua presença no terreno desativado com vistas a garantir sua segurança. Conforme relatado por Leandra, a “*primeira invasão*” aconteceu com o saque dos materiais e produtos da fábrica. Já a partir de 2001, ocorreu o processo de adaptação da estrutura fabril em local de moradia. Para compreender esse processo, mobilizo o relato de outra interlocutora do campo, Albertina.

⁴¹ A região é chamada de Fim-do-Mundo. Maioria das moradias são construídas com tapumes, pedaços de madeira. Há nessa área uma concentração de pessoas que exercem a atividade conhecida pelos moradores como “catadores de lixo” e trabalham com reciclagem.

Figura 9 – Moradias no interior do Prédio 3.



Fotografia: Flávia Casciano.

Figura 10 – Moradias no último pavimento do Prédio 1.



Fotografia: Thamires Lima.

Com aproximadamente 70 anos, Albertina com o marido em Acari há pouco mais de 40 anos, é aposentada e ex-cobradora de ônibus, e tem um filho adulto. Durante muitos anos morou no Parque Acari, numa das ruas principais do Complexo. Antes de morar em Acari, já havia morado em favelas de Irajá e em Costa Barros, bairros esses bem próximos da região.

Albertina acompanhou a conversão da Parmalat em invasão de moradia e lá reside desde a invasão.

Seu último endereço foi em uma das entradas da Parmalat, na rua Maturá. O padrão das casas da Rua Maturá lembram o ordenamento de uma rua da zona norte: vias asfaltadas, casas com quintal, garagem e portões baixos. Por isso, questionei Albertina sobre os motivos para alugar sua casa que tinha uma localização em uma área mais urbanizada e próxima ao hospital de Acari e se mudar para a Parmalat. Um dos motivos apresentados foi sobre ter vivenciado dois episódios de tiroteio, no qual em um deles “*viu a bala passar ao lado de seu ouvido e quase atravessar a cabeça*”. Depois desses episódios, Albertina refletiu: “*falei pra Deus que não ia ficar mais ali em Acari, foi um sinal*”.

A primeira visita de Albertina na área foi com uma amiga e depois com seu marido. A ocupação e o estabelecimento de moradias iniciaram-se, segundo ela, de forma gradual no interior das ruínas fabris e depois no terreno da fábrica entre 2001 e 2004. A permissividade do processo de ocupação da Parmalat envolveu um controle estrito do tráfico local, que delimitou o processo de ocupação no território da seguinte forma: as pessoas interessadas em ir “*morar na Parmalat*” deveriam se dirigir ao traficante da área específica e lhe pedir o aval para construir um terreno, delimitado em uma área quadricular de tamanho similar ao de uma quitinete. Após conhecer a “*vida da pessoa*”, suas possibilidades financeiras e materiais para edificar a moradia, o interessado era liberado pelo tráfico de drogas local e poderia se instalar ali.

Questionei como era esse processo de ter um “pedaço da Parmalat” em função das condições financeiras e do que Albertina chamou de “*vida da pessoa*”. Ela explicou que a trajetória de vida era avaliada a partir dos locais onde a pessoa morou, se residiu em qual comunidade, no que trabalhava e se tinha família e filhos. Já as condições financeiras eram confirmadas a partir do seguinte processo: o interessado deveria comprar o lote de seu interesse com o “*dono*” da área da Parmalat, o “*falecido Neguinho*”. Na época, Albertina acredita ter pago algo em torno de mil reais pelo pedaço de terreno onde iria construir sua casa.

Em seguida, no processo de autoconstrução o interessado tinha de construir a base da casa e demarcar o território com o material de construção. Se após determinados dias a moradia não tivesse sido edificada, o que consistia em levantar algumas fileiras verticais de tijolos, de aproximadamente uns “*60cm de altura do chão sem as divisões internas ainda*”, o pequeno terreno da futura casa era cedido para outro. Essas eram as regras instituídas pelo

tráfico. Tal dinâmica de ordenamento local das moradias estimulou um tempo acelerado de construção das moradias.

Figura 11 – Moradias localizadas nas ruas do antigo terreno fabril.



Fotografia: Flávia Casciano.

Segundo Albertina *“foi tudo muito ordenado, eles tomaram conta direitinho e a divisão deu certinho”*, porque ela e seu marido passaram por esse processo e construíram a casa *“sem problemas”*. Durante a construção, que durou pouco mais de um ano, Albertina instalou uma lona dentro do terreno ainda aberto para formar o *“teto da casa e garantir que não iam fazer nada”*, conforme seu marido construía as paredes. A desconfiança aqui era relativa ao possível furto de materiais de construção realizado por futuros moradores e não pelos traficantes, como ela fez questão de explicar, pois como bem disse Albertina *“eles não conseguiram ficar 24 horas por dia tomando conta da obra”*.

Assim, ela montou uma pequena cozinha com fogão e pia ainda com a obra em andamento e foi *“dando um jeito”* até levantar toda a casa. Sua prioridade era terminar primeiro a sala e, assim foi feito. Nessa época, ela trabalhava como cobradora de ônibus e revezava o *“tomar conta da obra”* com seu marido, motorista de ônibus. Em parte do espaço hoje denominado de *“salão”* pela mesma, quando se tornou aposentada fez do espaço um

armarinho. Vendeu chinelos, utensílios domésticos de plásticos, maquiagens da Avon, etc. Com o tempo, decidiu parar de vender devido aos “*fiados e calotes*” de outros moradores.

A tranquilidade por morar na Parmalat é garantida em função da localização espacial de sua casa, que a faz sentir menos medo, porque “*os homens [policiais do BOPE] só chegam aqui por um acesso, é difícil ter surpresa; eles têm que chegar por aquele paredão, senão ficam encurralados pelos caras daqui*”. Em outros momentos, descreveu que sua antiga casa serve hoje para “*fazer aluguel*” e garante um dinheiro por mês, apesar de não elencar este último fato como motivo principal para morar na Parmalat. Além disso, acrescentou positivamente sobre outra característica da tranquilidade no terreno da fábrica, lá em seu início, ainda pouco ocupado por moradores e com muita vegetação ao redor, o que a motivou a se mudar. Destacou também o fato de ter presenciado a transição dos antigos barracos de Acari até as atuais casas de tijolo e telhas.

Ela descreveu em tom de decepção:

No início era fresco, tinham muitas árvores, mas foi derrubado e o terreno foi sendo ocupado até o estado que tá aí hoje. Antigamente, para poder entrar em Acari era necessário mostrar a identidade, dizer o porquê de estar querendo entrar e comprovar com o morador a veracidade da história. Assim como não se podia comprar, cheirar ou fumar dentro da favela.

Sua narrativa tinha um tom de sacrifício, por conta da saída de uma casa relativamente estruturada em termos físicos para uma que ainda não era concebida como “*casa*”, pois segundo ela não tinha as divisões internas. O revezamento com o marido e o “*fazer a obra*” braçalmente com ele eram aspectos enfatizados por ela como sinal de vitória. Mesmo assim optou por morar na sua casa recém-construída na Parmalat, pois estava fazendo uma escolha “*pensando na segurança de entrar dentro de casa*”.

O “*hoje*” também foi ilustrado no momento de nossa conversa, pois um grupo de homens tinha acabado de realizar um furto de veículo e entrado na Parmalat em alta velocidade. O clima foi de tensão e Albertina pediu dois minutos para fazer uma oração e conversar comigo. Ao fim da oração, ela disse: “*Você viu isso aí né. Os crackudos estão assaltando direto o Brizolão; os caras mudam toda hora, vem gente nova e toda sexta tinha baile funk na praça próximo aqui de casa. Ainda bem que não tá tendo mais*”.

Mesmo mantendo contato com os antigos vizinhos, procura não voltar à área de sua antiga residência, por conta da imprevisibilidade das operações policiais. Ainda que se sinta insegura sobre o risco da bala perdida, e destaque a não existência das antigas dinâmicas do tráfico de drogas, considera que a sua casa ainda é mais segura que a outra onde residiu. Para ela, que tem uma rotina de ficar bastante em casa, ainda assim é possível perceber “*o que tá*”

rolando” e se resguardar das operações policiais. É notório, não apenas no seu caso, mas no de outros interlocutores da pesquisa que serão mostrados adiante, a pouca circulação pelo território do Complexo de Acari, pelo mesmo motivo apresentado.

O relato de Albertina bem como sua visão sobre a experiência da moradia na Parmalat é importante porque aponta para um processo de mudanças na ordenação do território que vem ocorrendo desde então.

Sobre a governança territorial e a autoridade de grupos armados, Jan Daniel (2015, p.86) aponta que esses estabelecem um sistema flexível de controle através do qual esse grupo obtém legitimidade. A partir das análises de Jan Daniel (2015) e Feltran (2010) de que o universo do crime vai muito além dos atos ilícitos e do tráfico de drogas, é preciso atentar sobre a dimensão do crime, que envolve uma lógica política que produz ordenamento urbano.

A organização das práticas burocráticas de ordenamento da ocupação do espaço, realizada pelo tráfico de drogas, nos leva a nos afastarmos de uma visão que analisa esse ator social apenas pela ótica do crime, da violência e da ilegalidade para compreendê-lo como um dos atores sociais com legitimidade nesse espaço, garantida também por outras ações realizadas como é o caso do loteamento e da compra do terreno, isto é, como um modo específico de controle local e de exercício de domínio sobre o território.

Portanto, a questão da governança no território pelo tráfico de drogas parece produtiva para avançar nas análises sobre os atores sociais além do Estado e principalmente para analisar como governanças estatais e criminais não necessariamente se chocam, mas se conformam, coexistem e estão completamente imbricadas.

3.4 **Lourdes – Entre a força da fé e os sentidos da casa**

No final do ano de 2016, meu contato com Lourdes estreitou-se, pelo fato de sempre passar na Associação para cumprimentá-la e conversar assuntos corriqueiros e cotidianos com ela. Como a Associação de Moradores da Parmalat está localizada bem no acesso principal da Parmalat, quando chegava no campo, passava neste local para cumprimentar Lourdes ou Valmir – presidente da associação de moradores - e saber como eles estavam. Lourdes não dialogava muito comigo, sobretudo porque todas as vezes em que me via dialogando com Valmir, estávamos falando sobre política e ela pouco gostava de se envolver na conversa, embora eu a estimulasse diversas vezes.

Com o tempo, fui descobrindo um pouco de sua história. Numa das minhas últimas visitas ao campo, ela contou sobre o falecimento de seu marido, por problemas crônicos de diabetes e alcoolismo. Lourdes esperava que pudesse obter – a partir do falecimento do marido – uma pensão para sua filha de 13 anos.

Lourdes, 52 anos, viúva, morava com sua filha de 13 anos, um filho homem de 17 anos e uma filha na faixa dos 20 anos de idade. Seu filho trabalha como ajudante numa fábrica de gelo em uma das ruas de acesso a Parmalat, e a expectativa dela é que ele sirva ao quartel. A filha mais velha faz trabalhos temporários com a tia em Irajá, ajudando em festas e eventos e está tentando arranjar um emprego de carteira-assinada para cursar a faculdade particular.

Como sempre dizia que morava há muito tempo na Parmalat, em um dos momentos do trabalho de campo, Lourdes se dispôs a me contar sobre sua vinda. Ela recordava-se da época em que a fábrica estava ativa:

A ocupação começou em 2002 e antes tinha uma fábrica aqui. Você lembra dessa fábrica?

Lembro. Meu ex-namorado, ele trabalhava aqui. Acho que ele era segurança, algo assim. Eu morava ali em Irajá, na Monsenhor Félix, numa favelinha abertinha ali, a Parque Bom-Menino [Comunidade Malvina].

No seu caso, destacou sua mudança para a área para construir seu novo núcleo familiar e minimizar os boatos em torno de seu relacionamento afetivo. O boato foi criado por seu marido, de que ele estava com AIDS e necessitava de uma casa para morar com Lourdes – que na época estava grávida de sua filha. Fazer o apelo a partir da doença e da gravidez foi uma estratégia do marido de Lourdes para conseguir construir o “puxadinho” na casa de sua irmã:

Na época, meu esposo mentiu pra irmã dele. O colega dele que estava com AIDS, mas ele falou que era ele que estava com AIDS. Minha cunhada chegou um dia pra mim e disse: Lourdes me conta essa história dele? O Maurício tá com AIDS? Aí eu disse: que eu saiba não. E minha cunhada disse “ah porque ele tá vindo com essa história e de que vai vir morar aqui porque está doente”.

A cunhada de Lourdes se solidarizou com a situação da gravidez, permitindo que o casal morasse temporariamente na casa da cunhada de Lourdes:

Aí eu disse que não [que a doença era mentira], eu estava até com um barrigão da minha filha mais velha. Aí a irmã dele falou que ia deixar a gente morar numa kitinete, se a família crescesse aí a gente ia ter que sair porque não tinha como. Era só uma sala, uma cozinha e um banheiro e não podia puxar mais pra fazer ali. Na época a gente estava morando lá, e a irmã dele disse que a gente ia morar lá enquanto eu estava grávida. Ele queria uma casa e ir morar comigo. A irmã dele deixou a gente ficar lá não pela mentira dele, mas porque eu estava grávida da sobrinha dela.

Entre 2002 e 2006, Lourdes morou “*de favor*” no terreno da casa da cunhada. Para ela, esse período foi difícil, pois estava com três filhos pequenos, suas relações familiares eram atravessadas por brigas e seu casamento estava em crise. O sentido da chegada a invasão de moradia da Parmalat é envolvido pela ruptura com sua família de origem e pela reconstrução de sua vida conjugal. Mudar-se para a Parmalat mostrou-se como uma possibilidade de construir sua nova família, frente aos conflitos familiares existentes:

Falaram pra ele que tinha uma invasão aqui, um colega dele que disse “ó tem uma invasão lá mas só que tem que construir na madeira, marcar o quadrado na madeira pra fazer com tijolo” aí saímos lá de Irajá pra cá. Peguei minhas coisas: televisão e roupas e vim pra cá. Eu lembro que vim pra cá em 2006, [Lourdes pegou uns papéis que estavam em uma das gavetas de armário da associação para me confirmar a data que tinha vindo para a Parmalat], deixa eu ver... no dia 28 de agosto de 2006. Mas antes meu marido veio pra cá construir a casa. Nessa época a gente [Lourdes e o marido] estava brigado, eu tinha voltado pra casa da minha mãe e do meu padrasto e ele me deu um prazo pra mim vir morar aqui. Disse que assim que tivesse uma porta e uma janela, pra eu vir embora com meu marido. Nossa casa aqui não tinha porta, botamos cortina. Não tinha pia, botamos bacia. Ele pegou a televisão lá em Irajá e falei: Vamos ficar aqui logo. Meu padrasto me deu uns dias pra sair, minha mãe até brigava com ele, mas quem me tirou de casa foi meu padrasto.

3.4.1 Foi Deus que me trouxe “aqui”

Para Lourdes, naquele momento, sem o apoio de seus parentes, o único suporte que dizia ter era na igreja evangélica a qual frequentava. Após o culto, disse que “*Deus tocou seu coração muito forte*”, e lhe enviou um “*sinal*” sobre onde estabeleceria sua nova moradia. Sua chegada a invasão foi atravessada pela narrativa religiosa.

Eu não conhecia aqui, eu fiquei morando um tempo lá em Irajá quando meu marido começou a fazer a obra da casa aqui. Ele não queria me dar o endereço, eu queria saber onde era o lugar. Um dia eu fui na igreja Universal, aí eu orei e Deus falando comigo, Deus falou comigo que era em tal lugar e eu vim. Eu entrei com o coração na mão, na época da obra os caras estavam tudo armado e Deus foi me falando e eu seguindo a voz dele.

Quais foram os sinais de Deus nesse momento?

O sinal foi que Deus falou assim ó: já que ele não quer falar onde que tá [a casa] eu vou falar. [Nesse momento ela respira fundo, diz que está toda arrepiada]. Eu entrei aqui com minha filha mais nova na época, peguei a mãozinha dela e entrei na Igreja. Deus falou que era Acari, segui essa reta aqui. Quando eu entro e vejo ele lá na obra com um pedreiro, ele grita comigo: “Que que você tá fazendo aqui?”, “Não te interessa”, eu respondi. Ele disse: “Eu não te dei o endereço, o que você tá fazendo aqui?” Eu falei: “Foi Deus que me trouxe aqui”. Meu marido ficou bobo, ele não acredita em negócio de Deus e nunca acreditou. Só que eu fui falando com Deus, quando eu pego e venho, vejo Jesus escrito ali onde é a creche na esquina da Maturá. Deus falou pra eu caminhar que eu ia ver um sinal, o nome dele. Deus falou assim: você vai ver meu nome lá em cima, lá no alto. Quando cheguei perto dessa creche, estava escrito Jesus. Eu fui seguindo essa rua até o final. Eu não conhecia nada aqui,

nada. Não conhecia onde eram as casas, a rua, só fui guiada na palavra de Deus. Até o pastor da Igreja me ajudou depois a levar as coisas pra cá.

Ela descreveu também sobre a dinâmica de sua chegada, lembrando em detalhes como foi construir a casa:

Fiquei assustada quando cheguei, eu disse: meu marido trabalha aqui. Eles perguntaram: a senhora é da comunidade daqui de Acari? Eu disse: Vou ser ainda. Aí eles deixaram eu entrar e me disseram onde era a entradinha. Já tinha gente construindo. Tinha gente marcando onde ia construir a casa. Dentro do prédio da fábrica já tinha mais gente morando. Acho que o pessoal queria mais a casa de fora [do prédio] porque era melhor, lá dentro era a base de aluguel. Aqui fora podia comprar, construir e só. Nessa época era outro rapaz na Associação, depois entrou Valmir. O cara de antes era envolvido.

É a partir dessa perspectiva religiosa⁴² que a trajetória de Lourdes, relacionada a sua experiência recente da perda do marido – será aqui destacada, por permitir apreender, para além das escolhas sobre a moradia, a construção de uma narrativa simbólico-afetiva da casa, bem como algumas dinâmicas socioespaciais da construção da moradia, vinculadas à territorialização do tráfico, a partir do ordenamento da invasão e construção da casa, e o lugar da construção da família, possibilitando construir seu núcleo familiar, para diminuir a crise conjugal pelo qual passava Lourdes.

No momento atual, Lourdes divide-se entre a dor da recente perda do marido e a perda dos móveis da casa, por conta das enchentes que atingem a região. As chuvas do verão de 2016 atingiram fortemente a Parmalat, Lourdes perdeu a televisão, eletrodomésticos, o colchão da cama, o que caracteriza como uma “*situação muito cruel*” em sua vida. O problema da enchente é que ela rompe com o projeto da construção do patrimônio doméstico, dificultando a manutenção bem como a continuidade da casa e de sua rotina:

Você acha que o pior que acontece aqui são as enchentes ou as operações policiais?

São as enchentes, quando dizem que o Rio tá cheio, me entristece. Já passei na primeira, segunda, terceira, quarta enchente.

A enchente é pior do que a operação porquê?

Porque a gente perde as coisas. Perdi minha televisão, meu armário, aí você fica preocupado com o tempo. Fica meio palmo de água lá em casa, começa pelo esgoto, no ralo do banheiro. Aí vai pra cozinha, eu fico nervosa. Até hoje estou sem cama de casal e guarda-roupa, até hoje. Eu fico com medo de comprar novo e perder de novo. Aí eu vou pedindo pra um e pra outro. Quando chove eu começo a botar as coisas tudo em cima do guarda-roupa, aí ele começou a ficar torto e eu vi que ele ia cair. Agora botei tijolos, madeira e os sacos de roupa em cima.

A casa, para Lourdes, é a garantia de segurança do evento crítico da enchente. A perda dos móveis reflete não apenas a vulnerabilidade da moradia e do entorno bem como evidencia a sua vulnerabilidade enquanto sujeito para reconstruir seu cotidiano habitável.

⁴² Sobre as relações entre religião e tráfico de drogas no Complexo de Acari, ver CUNHA (2009).

3.4.2 Informalidade e geração de renda

Há também o aspecto da vitalidade econômica desses espaços, nos diversos comércios locais e nas estratégias das pessoas em ocupações informais. Para Lourdes, essas são boas oportunidades, que infelizmente não consegue aproveitar pois *“já está um pouco velha e sem força física”*:

Tem um vizinho que vende coisas tipo brechó. Tem uma cama de ferro lá, mas ele pediu muito caro, é o preço de uma nova eu acho. Ele falou que ia fazer pra mim a 200 reais, mas eu não tive como comprar. Tá puxado, nenhum morador conseguiu comprar. Ele tem um brechó lá dentro do bloco 3, ele vende coisas de armário de cozinha, de quarto. Ele tem uma loja lá. Ele mora em outra rua e só vende as coisas ali no bloco. Ele pega os restos dos moradores dos prédios de Irajá, Largo do Bicão, lá as pessoas jogam coisa fora que tá boa. É mesa, cadeira, fogão, geladeira, um monte de coisa.

Um outro ponto de destaque em Lourdes refere-se as estratégias de “viração” utilizadas frente a sua situação atual, de recém-viúva. Maior parte das mulheres já teve experiências trabalhando como empregada doméstica mas não permaneceu em tal função por muito tempo, pelo trabalho como “doméstica” ser realizado num local distante de sua residência. Ocorre que as possibilidades de trabalho informal nas proximidades de onde vivem - embora ganhando menos - apresentam uma relação mais acertada na perspectiva dessas mulheres, que conseguem assim aliar as tarefas domésticas, a permanência em casa para exercer o cuidado com os filhos e a obtenção de uma renda mensal. Com uma jornada externa de trabalho como empregada doméstica as mulheres não conseguem aliar todas essas funções:

Trabalhei em casa de família e nunca foi de carteira assinada. Eu gosto de ficar trabalhando aqui pra não ficar à toa, e eu ganho um dinheirinho. Ganho 200 reais. Eu se caso de eu arranjar algum [emprego] vai ter que ser por aqui mesmo, porque minha menina precisa de mim. Eu não tenho como trabalhar longe, é negócio de escola, de reunião. Agora tudo é eu.

A efervescente dinâmica dos serviços domésticos locais, de cuidado com os filhos de outras moradoras, como uma estratégia de informalidade e geração de renda, ao mesmo tempo também se configura como rede de apoio. Prática comum em áreas pobres, a presença da figura das “cuidadoras de crianças” é uma das possibilidades possíveis para essas mulheres, como forma de ocupação informal e solução de geração de renda encontradas pelas diversas famílias em relação aos cuidados com as crianças, seja quando mulheres desempenham essa atividade ou quando acionam as que oferecem esse serviço para conseguir continuar em suas ocupações informais:

Tem uma menina que eu pego e levo, é 80 reais pra pegar e buscar a menina na escola. A menina pega de 7 horas as 2 horas na escola. Trabalha aqui perto a mãe dela. Ela não é criança pequena não, é maiorzinha, tem 7, 8 anos. Aí a mãe pediu pra eu fazer isso. Ela também queria que eu tomasse conta do pequenininho, mas eu disse “agora não dá, vou correr atrás do negócio da minha filha, depois eu aceito”. Junto isso com os 200,00 trabalhando aqui.

Lourdes diz circular pouco no Complexo:

Você costuma ir a outras partes de Acari?

Não, eu tenho medo. Tenho medo de ficar perdida.

Aqui é ótimo de morar aqui, eu não queria sair daqui não. Mas tá tendo muita violência aqui, estamos vendo coisa que não deve, o pessoal fumando perto da gente.

Nos relatos de Lourdes, a possibilidade de uma fixação possibilitou viver com sua família recém-formada – marido e filhos - , sem depender de sua rede familiar de Irajá. Por ir morar numa região que, segundo ela, “*tinha bastante emprego pro homem*”, pode cuidar com “*tranquilidade*” de seus filhos. Seu marido trabalhava como ajudante de caminhoneiro há 18 anos na região, pois nunca teve dinheiro suficiente para comprar seu próprio caminhão, um sonho dele, impossibilitado pelo vício em álcool. O “*tormento*” segundo ela, foi descoberto mais recentemente, pois ela achava que seu marido trabalhava de carteira assinada, mas a patroa de seu marido vendeu a loja e algum tempo antes de falecer, o casal descobriu que a patroa não pagava os direitos trabalhistas e previdenciários.

Com esse episódio, desacredita da “*honestidade*” dos patrões de hoje em dia. Lourdes diz que o momento agora é de “*ajeitar a pensão de sua filha*” e fazer uns trabalhos pela área, acionando sua rede local para conseguir o “*trocado*” cuidando das crianças.

3.5 Marilena - Gênero, construção dos afetos e casa “digna”

Com aproximadamente 40 anos, Marilena é mãe de uma filha pequena de 6 anos e casada com um ex-motorista de ônibus, agora motorista de táxi. Natural do Rio Grande do Sul, Marilena veio para o Rio de Janeiro procurar trabalho. Durante anos trabalhou como cuidadora de idosos na zona sul. Conheceu seu atual marido na Vila do João (Manguinhos) e quando decidiram se casar, o marido soube por vizinhos e boatos, da oportunidade de construir uma casa na Parmalat. Foi ele quem construiu a casa sozinho, após comprar o terreno, mas já namorava Marilena na época. Em seguida, Marilena se mudou para a Parmalat

no ano de 2008, quando a casa já estava pronta e a partir do momento em que foram morar juntos, diz que passou a ser “*casada*” com seu companheiro.

3.5.1 Entre relações de apoio, solidariedade e proteção

Em nosso primeiro contato, ela trabalhava como caixa numa mercearia existente no interior da Parmalat. Marilena era a única funcionária e abria a loja pelas manhãs e às tardes. No início do ano passado, seu patrão a demitiu, pois estava endividado e não tinha como arcar com o dinheiro pago semanalmente a ela. Após a saída do mercadinho, Marilena trabalhou durante alguns meses de 2016 num mercado em Acari como caixa. Lá conheceu Isis, empacotadora no caixa.

Isis, uma menina jovem de 17 anos, viera para o Rio de Janeiro acompanhando seu namorado de aproximadamente 20 anos, que havia arranjado um trabalho numa empresa de construção civil. Sua mudança foi feita à revelia de sua família, que pelo fato de ela ser menor de idade – recém completados 17 anos - e não ter casado “*de papel passado*”, foi contra sua mudança.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, o jovem casal foi morar numa área de Acari conhecida como Fim-do-Mundo, próxima ao Rio de Acari e a mata que cerca essa área. Isis passou então a cuidar da nova casa, ter o papel de “*esposa*” e cuidar de seu “*marido*”. Conseguiu o emprego como empacotadora no mesmo mercadinho onde Marilena trabalhava em Acari e ganhava um “*troco mensal*”, pois como era menor de idade, não podia trabalhar no caixa. Ocorreria que após algum tempo, seu marido foi demitido do trabalho e passou a ficar em casa. Isis passou a se dedicar a jornada de trabalhar, cuidar do lar e do marido desempregado. Seu marido passou a “*ficar revoltado*” pois ficava o dia todo “*sem a mulher*” e Isis só podia estar em casa à noite para “*cuidar dele*”.

Inconformado com a situação, o marido passou a menosprezá-la, tratá-la mal, submetê-la a violência psicológica e ameaças de violência física. Passou a ter controle dos rendimentos recebidos por Isis com o trabalho informal no supermercado e não permitiu a ela estudar. Marilena, na rotina de trabalho percebeu o abatimento de Isis, e elas se aproximaram.

O marido de Isis, desempregado, passou a fazer “*bicos de obra*” nas casas de alguns moradores do Complexo de Acari. Pouco tempo depois, Isis foi demitida do mercadinho e ficou em casa, cuidando do marido. Algum tempo depois, seu marido lhe dá o veredito para

ela arranjar um trabalho e levar dinheiro para casa, pois ele não iria “*sustentá-la para sempre*”. Das economias guardadas por Isis, por volta de 500 reais, seu marido a furtou e passou vários dias fora de casa. Isis considera que nesse momento foi totalmente abandonada pelo marido. Quando ele retorna, eles discutem e ele a expulsa de casa. É nesse momento que Marilena decide ajudá-la:

Marilena: Na semana que o marido expulsou ela de casa, mandaram ela ir embora do mercado. Sabe quando a pessoa tá passando por um momento de necessidade, agora que você precisa de dinheiro, o cara vai e bota ela na rua? Tive que ajudar ela com isso. Absurdo o que esses homens fazem com essas garotas. Ela não tem nenhuma família aqui.

Marilena sabendo dessa situação decidiu ajudá-la, buscando evitar que Isis sofresse violência doméstica. Tal atitude foi justificada por Marilena pela identificação em relação a sua história, pois Marilena também havia deixado sua terra natal para tentar reconstruir sua vida no Rio de Janeiro, diante da sua situação de “pobreza” em sua terra natal. A questão é que Marilena estava inconformada com a situação de Isis. Como ressaltado por ela, essa é uma situação comum de várias meninas adolescentes que “*querem virar esposa logo nesse tipo de local onde a gente vive*”. Ao comparar a situação de Isis com a sua, Marilene se orgulhava de ter traçado um destino diferente e não ter “*se agarrado a homem*” logo que veio construir a vida no Rio de Janeiro, o que fez dela uma “*mulher mais pulso firme*” com o marido.

Observando a situação de sua ex-colega de trabalho, Marilena decide intervir e chama Isis para abrigar-se em sua casa e evitar que seu ex-companheiro fizesse algo “*pior*”, como violentá-la fisicamente. Marilena aciona seus contatos para Isis fazer serviços de manicure, doces e salgados para vender. Algum tempo depois, Isis conseguiu um trabalho numa padaria, mas não pode assinar a carteira pois é “*de menor*”. Ao enxergar-se na situação de Isis, por não ter nenhuma rede familiar e de apoio próxima, Marilena passou a “*ajudar*” Isis e “*orientá-la em novos caminhos*”, levando ela para eventos da igreja de Marilene – ambiente onde ela diz ter construído seus maiores vínculos na Parmalat -, passeios com seu marido e filha e a incentivando para conseguir um emprego e estudar. Isis passou a morar na casa de Marilena e a considera sua “mãe de criação”.

Enquanto isso, Marilena havia deixado de trabalhar no mercadinho, pois seu marido não permitiu que uma terceira pessoa – uma cuidadora de crianças – tomasse conta da filha do casal. Amedrontada também pelas constantes operações policiais no horário da saída e entrada das crianças na escola, Marilena decide deixar o trabalho no mercado para ter total cuidado com sua filha.

Como estratégia de obter renda imediata, passou então a vender doces, bolos e pães salgados e divulga na sua rede de conhecidos da igreja evangélica que é membra, entre os vizinhos e nas suas redes sociais na internet. Isis e Marilena passaram então a trabalhar juntas nisso. Quando Isis a ajudava, elas repartiam os valores das vendas.

No caso de Marilena e Isis, a solidariedade que se constrói entre elas face à violência doméstica e a precariedade, foi fruto do reconhecimento do “ser mulher” a partir da experiência de abuso na condição em que se encontravam, da qual Marilena conseguiu evitar que Isis fosse vítima (Cf BRAH, 2006). Essa autora argumenta que as mulheres podem criar uma identidade em comum pelo tipo de experiência que passam, para além dos marcadores como classe social, por exemplo. Aqui, a intersecção gênero, classe e “tipo de local em que vivem” cria experiências em comum que levam a solidariedade. Marilene se identifica com Isis mas destaca que fez escolhas diferentes, “*não se agarrando a marido*”. Ao mesmo tempo em que compartilharam de uma condição de precariedade – dependência financeira do companheiro, falta de suas redes de parentesco e a tentativa de construir redes de apoio local - há um espaço de agência que permitiu a Marilena ajudar Isis a construir um “destino” diferente, “*saindo dessa relação que não ia dar certo*”, como Isis destacou.

3.5.2 Limites da vigilância e do cuidado

A casa de Marilena está localizada numa rua onde os fundos das residências estão voltados para as margens do Rio Acari. Com muros altos e grandes, garantindo pouca visibilidade para quem está do lado de fora da casa, ela considera sua casa com um bom padrão perante as outras do entorno, porque os muros altos lhe garantem privacidade e o vão existente nos muros de sua casa são gradeados, o que, segundo ela, lhe oferece mais segurança.

Quando fui à casa da Marilena, no final da rua dela alguns homens - que atuam como “olheiros do tráfico” - costumam sentar-se em uma mesa e jogar cartas, ao mesmo tempo em que observam as pessoas e o movimento local. Crianças tomavam banho de piscina – algo bastante comum em dias de calor na Parmalat -. Logo depois, conversamos sobre trabalho, crise financeira do Estado e sobre sua rotina familiar, agora com “sua nova filha” Isis, como ela mesma diz, morando na sua casa.

Ela comentou sobre as dinâmicas de cuidar de uma filha pequena nesse espaço e como isso era diferente do local onde criou seus outros filhos. Sua filha pequena faltava algumas aulas por conta das operações policiais recorrentes, pois Marilena tinha receio “de estar no meio do tiroteio”. Ela tem dois filhos homens, de 19 anos e 24 anos que moram numa área periférica no Rio Grande do Sul, região onde ela nasceu e foi criada. Ela agradecia o fato de seus filhos ainda estarem no Sul e não serem afetados por essa dinâmica de inesperados tiroteios.

Em uma das ocasiões do trabalho de campo, seu filho mais novo veio passar as férias na casa dela. Marilena não permitiu que seu filho ficasse no portão, para evitar ver como “era aquilo”. Marilena contou também que durante as madrugadas, os traficantes costumam fazer treinamento nas vielas da Parmalat com uniformes e encapuzados porque o acesso é bem limitado durante a noite:

Eles só fazem esse tipo de coisa a noite, porque as vezes de dia os caras abandonam tudo quando o Bope entra, e em algumas situações os policiais do Bope ficam bem na quadra da Parmalat, fazendo uma base.

Segundo ela, seu filho não tinha noção efetivamente de como era a Parmalat, isto é, uma área com a presença de homens ostensivamente armados com pistolas, fuzis e rádios-transmissores. Além disso, o fato de homens mais novos, na faixa etária de seu filho já estarem no movimento⁴³, era algo considerado absurdo, e ela não gostava que seu filho, ao visitá-la, visse aquilo como normal.

Aproveitando o assunto de seu filho e suas estratégias de controle para ele não ver como é a dinâmica das atividades do tráfico local no espaço, ela comentou sobre o filho de Luisa, um rapaz que tinha entrado recentemente para o tráfico e ficava de vigia. Ele havia sido baleado na cabeça há algumas semanas antes dessa conversa que tivemos – mesmo dia em que conheci o filho de Marilena-, durante uma operação policial na Parmalat. Marilena contou com muito pesar, e com certa afetividade, a perda dessa mãe com a morte do jovem filhoque acabara de entrar no tráfico.

Numa das ocasiões do trabalho de campo, ela ilustrou um conflito envolvendo sua casa, a partir do qual refletiu acerca dos limites entre a casa e a rua, e dos homens do tráfico e as mulheres “mães de família”, como ela se intitula.

⁴³ De acordo com Michel Misse (2006, p.1), o termo “movimento” diz respeito ao “mercado informal ilegal de drogas (principalmente maconha e cocaína) que se espalha, no varejo, nas aglomerações urbanas de baixa renda (favelas, conjuntos habitacionais de baixa renda e bairros de periferia)”. O que caracteriza o movimento e o distingue do varejo de drogas em outras cidades brasileiras é “sua relativa organização local, suas pretensões proto-políticas, sua capacidade de reorganizar-se localmente e, principalmente, de constituir redes horizontais de proteção mútua”. Disponível em: <<http://necvu.ifcs.ufjf.br/images/4O%20Movimento.pdf>>. Acesso em: 30/06/2017

Ela descreveu o caso de um roubo de um animal silvestre furtado por traficantes locais. A ostentação de animais silvestres onde animais exóticos são um dos elementos estéticos utilizados pelos traficantes como uma das formas de ostentação, já foi fato descrito na literatura acadêmica sobre Acari (ALVITO, 2001). Ela havia ganhado o animal de seu marido, e ao viajar com sua filha no final do ano, seu animal de estimação tinha sumido. Alguns moradores comentaram que *os caras* pegaram a coruja de Marilena. Como mulher, Marilena entrevistou com os traficantes, indo dialogar com eles sobre o furto do animal:

Eles entraram na minha casa, foram na minha cozinha e pegaram ela. Como era animal diferente, queriam ficar com ela. Aí os caras ficaram com medo da coruja porque ela ficou mexendo a cabeça de um lado para outro e fazendo barulhos estranhos. Achou que ela ia atacar eles.

O fato de *os caras* terem entrado em sua residência cultivou dentro dela uma sensação de insegurança na sua moradia, pois ela não tinha praticado nenhuma “*vacilação*”. Apenas quando o morador “*apronta ou vacila*” em algum sentido, de acordo com Marilena, isso justifica a entrada *dos caras* na moradia. Se eles tivessem procurado saber onde seu marido havia comprado o animal, poderiam comprar um animal exótico como o seu, mas o fato de terem entrado em sua casa quando ela estava viajando, foi tido como inaceitável para ela. Marilena não quis envolver seu marido na história e foi diretamente conversar com eles sobre o que havia acontecido. Por ser moradora a tantos anos e “mãe de família”, ela acreditava que a conversa iria surtir algum efeito e uma solução. Ela alertou alguns deles que, se o animal não aparecesse em sua casa, ela iria até um gerente-geral reclamar, e contar que tinham invadido a casa do morador para “*tirar onda e se mostrar com o animal alheio*”. O caso *desenrolou*, segundo ela, da seguinte forma:

Alguns dias depois, um deles veio me falar que viu a coruja lá no mato e que eu tinha que falar com não sei quem que resgatou ela. O cara pediu R\$150,00 a coruja e eu disse não, eu não vou devolver dinheiro, a coruja é minha. Eu quero ela dentro da minha casa, eu disse. Se entraram quando eu não estava e pegaram ela, vão entrar da mesma forma e botar ela de novo dentro da minha casa. Aí foi né, depois ela apareceu aqui, boazinha, sem um arranhão.

Para ela, o apagamento dos limites entre a casa privada dos moradores e os atos de traficantes, foi o que mais a deixou indignada nesse episódio. A partir do momento que o tráfico viola essa barreira, é como se estivesse violando a garantia de privacidade dos moradores e do “*respeito pelas coisas dos outros*”. Ao expor sobre essa situação de conflito, ressaltou a não concordância total entre traficantes e moradores, e enfatizou sobre a figura do gênero feminino e sua capacidade de lidar com possíveis conflitos com esse ator, pois de acordo com Marilena, homens do tráfico nessas circunstâncias tem mais bom senso com as mães de família.

* * *

Outro caso de indício de que para Marilena as coisas estão mudadas foi em relação ao episódio da morte de um traficante no ano passado em que três assaltantes do Morro da Pedreira roubaram um pequeno comércio de roupas em uma das ruas de acesso a Parmalat. O assalto foi realizado e quando os assaltantes da Pedreira estavam saindo, esbarraram com traficantes da Parmalat. Os assaltantes do Morro da Pedreira foram pegos pelos traficantes da Parmalat, que lhes “*deram uma surra*”.

Marilena recorda-se que um deles pegou um dos rivais, levou até o terceiro andar e o jogou de lá de cima, depois levaram os assaltantes da facção rival para a mata dos fundos da Parmalat e então ela finalizou o assunto, dizendo que eu “*já sabia o que tinha acontecido*”. Eu a questioneei se era normal a prática de tais atos e a ocorrência desses episódios. Essas práticas são comuns e de acordo com ela, os moradores vão assistir. Ela mesmo não foi assistir nesse dia pois estava trabalhando em um mercadinho e não deu para presenciar toda a cena.

Esses casos aludem ao rompimento de certas barreiras da moradia e a suposta inacessibilidade de traficantes rivais da área, fortemente controlada por corpos que fazem vigília e tomam conta de seus acessos, desconstruindo no momento recente a suposta segurança proporcionada pela materialidade da ruína fabril. Este acontecimento é importante também porque atenta para as fronteiras rompidas da casa e do seu entorno e como a sensação de segurança são constituídas através desses limites claros de privacidade e da existência da não-opressão pelo tráfico de drogas no contexto doméstico. Além disso, permite refletir acerca dos limites da permissividade entre moradores no âmbito privado e público, bem como as estratégias de controle e ação dos moradores diante das práticas locais, na forma como eles negociam e convivem com essas dinâmicas de conflito. O caso de Marilena, ilustra então, a partir de seu cotidiano, a narrativa de uma mulher tecendo suas redes de apoio, elaborando estratégias de controle, ação e discursos de autonomia.

Já o discurso de outra moradora – Albertina - deixa claro aspectos mais complexos desse suposto ordenamento dos traficantes, trazendo à tona os sentimentos de insegurança frente à experiência da moradia e do cotidiano no momento atual, com a constante mobilidade desses atores entre favelas da mesma facção criminosa, não permanecendo num mesmo território e com a presença de homens cada vez mais novos no “*mundo do crime*”.

3.5.3 Micro-política local, rumores e ilegitimidade do Estado

Muitas dessas mulheres encontram grandes dificuldades para se inserir na dinâmica de trabalho formal. Em virtude da baixa escolaridade⁴⁴, da falta de apoio da rede de familiares, da falta de creches e da crescente mercantilização dos serviços de cuidado no interior das favelas, mulheres como Marilena e Lourdes acenaram para a possibilidade de projetos voltados para a obtenção de renda, como a construção de uma casa para aluguel na laje e os serviços de cuidado.

Um dos “sonhos” de Marilena é a construção do segundo andar da casa para aluguel e obtenção de renda. Esse projeto imobiliário, onde o uso da laje no segundo andar da casa – para os que não residem no interior da fábrica - se institui como um dos projetos possíveis para fazer renda, através do aluguel, é algo que já é feito por moradores com casa de dois pavimentos.

Houve e ainda há uma crescente verticalização das moradias, através do uso da laje pelos que construíram a casa fora da fábrica. Caso não alugasse, o segundo andar possibilitaria a preservação do patrimônio da casa, isto é, de seus móveis e objetos importantes, evitando a perda de tantas coisas como ocorreu na última enchente na casa de Marilena.

Os boatos fazem parte da rotina do local, sobretudo as fofocas a partir dos projetos de verticalização das moradias das pessoas e a sensação de instabilidade desses projetos pela ameaça de remoção. Uma de minhas interlocutoras, Marilena, me sugere análises nesse sentido. Em algumas idas a campo a acompanhei na Clínica da Família, o que me possibilitou circular por esses espaços e entender um pouco de seu cotidiano como moradora. Assim como outras mulheres, ela disse circular pouco por Acari, pois *“no lado de lá as operações são muito violentas, não tem hora pra acontecer”*.

Foi numa das minhas caminhadas com ela, voltando da Clínica da Família Marcos Valadão, ao lado do Hospital de Acari, que ela me propôs a refletir sobre essa questão. Em suas inseguranças quanto à remoção, o projeto de ter uma casa em cima para alugar, levando em conta sua situação de desempregada, ela me pedia conselhos sobre o que fazer.

⁴⁴ Maioria das mulheres que dialoguei no trabalho de campo, quando exerciam atividades em estabelecimentos comerciais, eram submetidas a cargas diárias de trabalho de 10 a 12 horas, justificadas pelos seus patrões pela baixa escolarização.

A questão da remoção e dos projetos em torno da casa apareceram no meu campo como um desabafo dos meus interlocutores e uma postura crítica em relação à Associação de Moradores. Para minha interlocutora isso aparecia como um conflito recente. Foi a partir dessa lacuna de informação e conhecimento sobre “*o que está acontecendo*” que alguns interlocutores da pesquisa levantam essa reflexão. Ao mesmo tempo que não consegue se lembrar da presença de políticos locais fazendo campanha política na área onde mora, se questiona sobre “*quem tá mandando fazer essas obras aqui?*”, pois de acordo com ela, os políticos costumam fazer obras como forma de conquistar votos. Desde o final do ano passado, ela se disse bastante surpreendida com as obras realizadas na Rua Maturá. Instalação de grandes tubulações de água e esgoto aconteceram ao longo do segundo semestre de 2016.

Marilena se recorda de obras desde finais de 2015 quando agentes da prefeitura abriram as ruas e botaram grandes tubulações de concreto mas não entendia como tais obras podiam ajudar nas enchentes, já que em toda enchente acontecem grandes alagamentos. Ela desconhecia a informação de que a Parmalat foi classificada como AEIS, agora incluída nas obras do programa Morar Carioca.

Um dos problemas que identifica é acerca dos boatos do presidente da associação de moradores de que “*não pode construir casa em cima e que os moradores serão removidos em algum momento e que eles ganharão o Minha Casa Minha Vida*”. Essa era a desconfiança maior de Marilena, de que mesmo após o fim das obras “*eles também podem remover a gente*”. Ao repetir essa frase, ela reagiu: “*Como que eu vou fazer meu marido arranjar dinheiro pra construir uma casa e depois vou ser removida?*”. Segundo ela, esse boato ainda circula bastante pela Parmalat, principalmente pela Associação de Moradores. Disse também que o presidente da Associação fica embargando e desestimulando determinadas ações dos moradores, como a construção da laje e do segundo andar. Vários moradores investiram na estratégia de verticalizar as moradias pois essa é uma forma mais certa e contínua de ganhar dinheiro, segundo Marilena. Como quase todos os dias há pessoas interessadas procurando casa na Parmalat para morar, os aluguéis hoje giram em torno de 400 a 500 reais.

Segundo Marilena, a associação de moradores diz que a área é instável, sujeita a remoção pois está num terreno que antes era uma fábrica, diferente de outras áreas do Complexo que “*foram construídas do zero, pois não tinha nada construído antes das casas*”.

Junto a esse medo da remoção estão as circunstâncias nas quais ela percebe a presença do Estado, nas situações de enchentes e a divulgação das notícias de confrontos entre polícia e tráfico de drogas, que dão visibilidade a região nos noticiários. Além disso, temos a

ilegibilidade para os moradores das práticas do Estado, que contribui para os rumores e para os discursos da Associação de Moradores terem força na área.

O desconhecimento dos moradores acerca da origem de tais obras, com as notícias difusas de que tais obras foram pedidas para vereadores locais ou estratégias de campanhas políticas, corroborou para a propagação de “rumores” sobre o presente e o futuro da área. Tais acontecimentos reforçam a imagem de certos atores locais, como o presidente da Associação de Moradores. Esse, constrói seu “agenciamento político” a partir dos rumores, que se criam a partir da ilegibilidade dos moradores em relação a algumas práticas do Estado.

3.6 Projetos e Trajetórias

Como alguns pesquisadores já vem destacando⁴⁵, na escala da análise da política há efeitos diferenciados da gestão do espaço urbano em certas localidades, tais como na Baixada Fluminense, no Norte Fluminense e em áreas de pouca visibilidade na cidade do Rio de Janeiro (MIAGUSKO, 2016; GUIMARÃES, 2015 e LEITE, 2015). É preciso, nesse sentido, atentar para o fenômeno da conversão de ruínas fabris em espaços de moradia, da relação entre pobreza e produção de territorialidades possíveis. Mais além, é preciso compreender os efeitos diferenciados das políticas em torno das invasões de moradia, na produção do cotidiano, no modo de habitar, na circulação e controle de pessoas.

Diante do esgotamento de categorias que passam a identificar esses espaços como de risco e degradação – expostas no capítulo 2 - escolhemos nesta pesquisa utilizar a categoria de precariedade, para investigar a partir dos quadros apresentados como é o processo de construção do habitar em seu cotidiano, como os moradores gerem seu cotidiano, a sua vida, o habitar, a sobrevivência, suas tentativas de publicizar necessidades, viabilizar projetos e por aí construir e reconstruir a linha de tempo da moradia no momento presente. Nesse sentido, ao invés de nos posicionarmos a partir do pressuposto da moradia precária como inerente a toda construção na área, é preciso que avancemos para além da adjetivação – que consiste num olhar qualitativo de quem “está de fora” -, a fim de compreender como a cidade está sendo produzida.

⁴⁵ Destaco o conjunto de pesquisas e trabalhos que vem sendo desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores do Distúrbios (PPCIS-UERJ) Cidades (PPCIS-UERJ) e dos pesquisadores do Observatório Fluminense (UFRRJ).

Figura 12 – Prédio 1 e Vista da Rua 3.



Fotografia: Flávia Casciano.

Do passado industrial, impactado pela “crise” do setor produtivo da cidade, as dinâmicas da espacialização produtiva nacional, e a apropriação dessas grandes áreas por atores locais, demonstram como essa intercorrência de “eventos extraordinários” suscitou os contornos mais recentes. Na pesquisa, notamos que essa sucessão de “eventos extraordinários” levou ao desenho dessas novas espacialidades periféricas. O emprego de categorias classificatórias cujos sentidos apontam para usos contraditórios do espaço destaca que a área foi submetida a diferentes formas classificatórias pelo Estado: fábrica, lugar violento, invasão, AEIS e comunidade. Os diferentes “projetos” de governança do Estado - na medida em que se compreende que as diferentes categorias aludem a diferentes formas de intervenção - convertem-se em práticas e discursos sobre o território.

A Parmalat é uma área que tenciona esses enquadramentos – vazios urbanos, ruína fabril, favela, invasão, comunidade - e as técnicas de governamentalidade do Estado implementadas, como a de georreferenciamento e os estudos arquitetônicos e urbanísticos. Chama atenção a fabricação de projetos políticos distintos, circunstanciados as diferentes temporalidades para a produção de um espaço.

Em relação às articulações que possibilitaram o enquadramento da área como “comunidade” pelo Estado há, sem dúvida, uma politização da categoria reconhecimento. A

lei que a classifica como AEIS, intitulado-a como Comunidade Vida-Nova, alude a essa área e aos seus moradores, obstruindo os conflitos existentes e ressaltando os aspectos da carência e pobreza da área⁴⁶, enfatizando uma visão miserabilista. No momento em que as obras chegam, elas passam a oferecer a suposta “dignidade da moradia” pelo Estado, enquanto moradores concebem a casa digna através da autoconstrução. Para os moradores, prevaleceram as inscrições e atuações do corpo do Estado nas situações extraordinárias, na mobilização de várias secretarias articuladas em uma situação extraordinária para o Estado - na enchente - e através dos políticos locais, na forma como os vereadores⁴⁷ capitaneiam para si as obras públicas realizadas na região.

Contudo, um fato que evidencia e questiona essa temporalidade do Estado é a partir da *temporalidade do habitar* desses moradores, que tenciona esses enquadramentos da governança estatal a partir do risco. Os eventos da invasão, das enchentes, do período eleitoral, das obras são momentos que possibilitam a produção de formas de subjetivação na política e no cotidiano. No cotidiano destaco a negociação das questões de gênero, das relações parentais, afetivas, das possibilidades em torno da informalidade e como o horizonte do precário se qualifica a partir dessas questões que, embora possam parecer de cunho individual, aparecem como questões orientadoras dos projetos de moradia dessas pessoas.

Essa temporalidade apresenta alguns elementos de ordenamento, construção de redes de apoio e projetos em torno da moradia que nos possibilitam pensar acerca dos moradores dessas áreas e da construção dessa experiência da precariedade. Talvez o que a partir da literatura dos técnicos apareça como risco possa ser muito mais estabilidade para o conjunto de moradores que encontrou um destino, tem uma casa, onde a casa foi sendo tornada como um lugar efetivo de morar e habitar, e possibilitou o acesso a algumas políticas estatais, como o sistema público de saúde e a construção de suas novas redes de relações sociais.

Para os moradores, a preferência espacial pela moradia bem localizada em áreas inseridas no tecido urbano consolidado, com infraestrutura de transportes e serviços públicos – ainda que deficitários - é um fator importante para morar na região. Esse tipo de precariedade, ainda que não seja uma regra aplicável a todos os contextos de invasões de moradia com muitos anos de existência como a Parmalat, é um argumento que qualifica esse tipo de moradia como um horizonte possível.

⁴⁶ Sobre a construção e mobilização da categoria comunidade pelo Estado, ver “Favela é comunidade”, de Birman (2008).

⁴⁷ A figura dos vereadores locais será trabalhada adiante, no capítulo 4.

Há diferentes esferas produzindo políticas e formas urbanas de moradias diferentes. Nas indústrias invadidas por moradores localizadas nos arredores ou interior de favelas, a nova modalidade de gestão do território se deu através das condições que propiciaram a construção de um espaço “minimamente habitável” e das políticas de saúde da família, através da clínica da família e dos agentes comunitários de saúde, que desde sua implementação, já incorporaram a população do território como alvo da governamentalidade do Estado pelo viés epidemiológico e da saúde. Um outro ponto a destacar é que a modalidade de gestão dessas ruínas fabris convertidas em invasões de moradia, localizadas dentro ou no interior de favelas, vem se modificando, uma vez que outros dois casos na cidade do Rio de Janeiro, de invasões de moradia a ruína fabris - Comunidade do Crefisa e Pedrosa - já são considerados como “comunidades”.

É importante visibilizar essa realidade, bem como nos questionar o que essa suposta experiência de invisibilidade tem a dizer sobre a cidade. Portanto, nas páginas seguintes debate-se acerca da sobreposição de eventos, situações, projetos, ações e atores, bem como o que essa conjunção produz no momento presente, em termos de precariedade.

Ao mostrar como os moradores fazem a gestão da vida e de seu cotidiano, atenta-se para as várias camadas que produzem a precariedade, desde os eventos de ordem pessoal, familiares, da construção de novos laços, aos tempos de regularização e adaptação desse espaço. A partir do momento que o Estado “classifica” como AEIS e busca estabelecer uma governança no local, ele estabelece uma outra leitura da invasão do terreno, agora incluído nos programas de urbanização da favela, mesmo que anteriormente já estivesse sendo produzido com uma lógica de ordenamento própria, a partir da autoconstrução e da adaptação de certos aspectos materiais da ruína fabril.

As narrativas apresentadas ilustram os processos de fixação nessas áreas, e as trajetórias de Leandra, Marilena e Lourdes reforçam o quanto tais processos estão atrelados a arranjos familiares, e como eles foram resultando na fixação e no projeto de permanência na invasão de moradia. Qualificar empiricamente a construção da precariedade implica em demonstrar como os quadros apresentados pelos moradores ilustram as formas de produção da cidade em áreas pobres.

Chama atenção a similaridade dos relatos dessas mulheres a partir de suas experiências conflituosas entre casa e família, pois esses conflitos suscitam novos projetos e reorganizações de arranjos familiares e de suporte, fomentando a construção de redes de apoio local. Na relação entre a vida dessas mulheres e sua experiência de habitação, a construção de

um horizonte na moradia aparece como a possibilidade concreta na gestão e construção de uma vida distanciada desses conflitos.

É então possível, a partir das trajetórias, realizar algumas conclusões sobre as circunstâncias habitacionais dessas pessoas. Através dos relatos dos dilemas familiares, das rupturas com a família, e da tentativa de construir novas redes de suporte e afeto, essas histórias e narrativas mostram um lado da experiência do habitar, conjugado a uma construção e reconstrução contínua da precariedade, buscando tornar o cotidiano habitável, em seus aspectos materiais de qualificação da casa e sobreposição de materialidades, e em seus aspectos pessoais, na construção de redes de apoio e novas alianças familiares, na tentativa da construção dos “projetos de permanência”. As questões referentes as ações que compõem o projeto de permanência parecem iluminar ainda, as dinâmicas do habitar dos moradores.

A autoconstrução tem seu destaque, pois é mobilizada como a produção de uma moradia com dignidade moral, mesmo que adequada ao restrito campo de possibilidades dessas pessoas, através da negociação dentro dos ordenamentos e ilegalismos já estabelecidos.

Percebe-se, nesse trabalho de campo, que a escolha por morar no território foi uma estratégia elaborada para dar certa segurança frente a localização instável por conta da violência e das situações familiares, podendo ser lido como palco de um projeto de permanência. Isso é perceptível nos projetos das pessoas a partir da verticalização das moradias com investimento em pisos, janelas, embolso, num processo de qualificação estética da casa. Isso pode ser apreendido numa chave de leitura de como a moradia vai se domesticando e civilizando, num processo de melhoria das condições físicas das moradias da Parmalat ao longo do tempo.

As vulnerabilidades percebidas pelos moradores não anulam os projetos de permanência, mas os intensificam e os reelaboram. A verticalização das moradias no terreno da fábrica, como minhas interlocutoras vêm apontando, não devem ser lidas apenas pelo viés da produção de uma renda extra - a partir do aluguel - e sim como uma estratégia de segurança diante dos *riscos* existentes em seu cotidiano.

A construção de si não está localizada na sombra de um passado, mas no contexto de tornar habitável o seu cotidiano. Assim, o modo antropológico de conhecer o sujeito o define nos termos das condições através da qual é possível falar de sua experiência cotidiana. Portanto, não há um sujeito coletivo único, mas formas de habitar o mundo e se apropriar dele. À medida que a pesquisa se desenvolvia, a dimensão sobre a materialidade, a autoconstrução e a infraestrutura apresentada, me levou a um nível de percepção da paisagem a partir do ponto de vista do morador.

Os diálogos com meus interlocutores de campo foram construídos de forma a esclarecer como a percepção da paisagem era diferente de outras experiências habitacionais que eles já tinham tido. Fora observado que a ruína em seu cotidiano propicia relativas condições de segurança frente aos conflitos do tráfico de drogas na região.

Alguns moradores reconhecem nas características ocupacionais elementos que distinguem a Parmalat das outras favelas do Complexo. Segundo a descrição de alguns moradores, à localização espacial, embora atravessada por uma série de problemas relacionados a sua localização na beira de um rio, propicia certas condições de isolamento: por seu acesso se dar por uma rua larga e asfaltada, isso favorece a visão dos moradores sobre possíveis incursões policiais. Os “fogos” utilizados para alertar sobre operações policiais são facilmente identificáveis pelos moradores em relação à direção da origem ou a que área do complexo estão se referindo, cena presenciada algumas vezes durante o trabalho de campo.

Além disso, as edificações e suas “respectivas lajes” possibilitam ao tráfico de drogas relativo isolamento. Nesses espaços onde costumam se instalar, houve um investimento com o gradeamento dessas áreas, descaracterizando a laje dos antigos prédios fabris, que antes eram como grandes lajes amplas. O que é definido como os “restos da fábrica” pelos moradores, identifico aqui como características ocupacionais identificadas da ruína fabril, em oposição aos espaços comum da favela plana e composta pelas vielas do Complexo de Acari.

Ainda nessa concepção da ruína fabril, um outro aspecto enunciado da materialidade é a presença do “paredão” da antiga fábrica, que atuaria como uma fortaleza minimizando a potencialidade dos conflitos na localidade, conforme descrito por Albertina sobre aspectos positivos da localização espacial de sua casa.

Um outro ponto a se destacar é que muitos moradores não têm como hábito circular por dentro do Complexo de Acari. Enquanto alguns justificam dizendo ser muito perigoso, outros alegam que a qualquer momento uma “operação pode acontecer” – entenda-se aqui a entrada da polícia para realizar alguma operação policial. Pode-se citar aqui a materialidade dos muros, da entrada cerceada em todas as suas vielas, do limite com o Rio Acari, e do amplo campo de visão que a rua principal de entrada da Parmalat propicia aos moradores. A entrada da Parmalat é feita por ruas urbanizadas típicas da zona norte, e por sua entrada não se dar por becos e vielas, há uma materialidade e uma estética muito evidente de onde começa a invasão de moradia e de seus limites. As fronteiras do terreno da Parmalat estão vinculadas também a demarcações físicas, diferente dos limites de favelas do interior do Complexo de Acari.

Há ainda, a partir dos projetos dos moradores, um contexto de transformações na qualificação das moradias, na qual é possível observar como as diferentes dinâmicas do território possibilitam com que ele vá se transformando e se recriando nas novas formas de produção da cidade.

Além da qualificação das moradias a partir dos arranjos dos moradores, a autoconstrução das casas permitiu ver também seus projetos e trajetórias. Podemos pensar como a casa está em constante transformação enquanto produzida no cotidiano habitável nessa produção e gestão da infraestrutura da moradia e das ruínas fabris. Isso é perceptível na Parmalat através da dinâmica da casa, da troca da casa com o parente, do aluguel.

Em vez de considerar “invasão” como uma categoria estática referindo-se a um ato realizado no passado, deve-se compreender a forma como são operacionalizadas pelos atores, sendo seu sentido reconstruído a partir do processo estabelecido com o qual se deu a invasão. O processo estabelecido levou em conta o não desmanche de certas estruturas, mantendo-se assim traços fabris. Isso acarreta outras dinâmicas locais de produção de materialidade no espaço, através da adaptação das moradias, ora limitada pela intervenção dos que operam no tráfico de drogas, ora independente desse ator local.

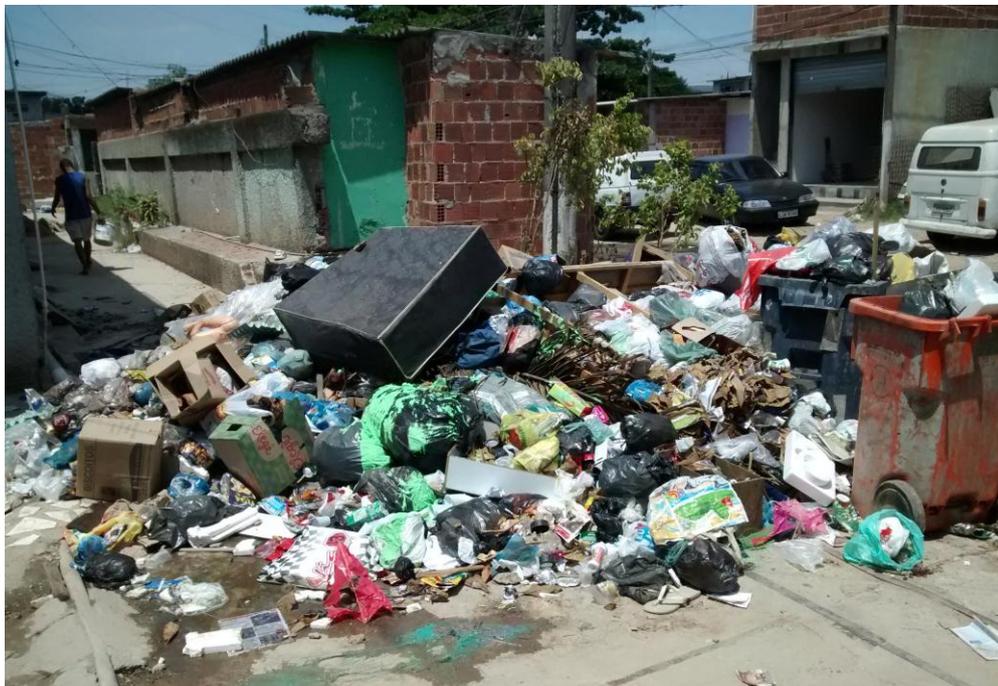
Creio ser relevante refletir e questionar sobre essa percepção corrente de que existe uma forma de invasão aos chamados “vazios urbanos” pelo poder público descrita como difusa, não-organizada e sem propósito. Há uma articulação e um circuito da prática desses ilegalismos que se inicia nos rumores da invasão – atravessando barreiras físicas da própria cidade e ressonando em diversas favelas em outros bairros -, que não é interpretado de uma maneira negativada pelos interlocutores residentes da Parmalat. Em seguida, há uma estratégia clara e objetiva sobre o porquê construir, bem como no projeto do “permanecer”.

Se as tecnologias do georreferenciamento do espaço ilustram um determinado quadro do território visto de cima, há uma observação concreta da materialidade, que supõe analisar suas paisagens, os campos de visão estabelecidos, para se compreender como o espaço vem se transformando. Em conexão com as reflexões sugeridas por Graham & McFarlane (2015), a experiência cotidiana da infraestrutura não se limita apenas a algo material, mas a um complexo social e um processo que envolve a experiência a partir do qual é possível produzir, negociar e contestar a ordem vigente. As pessoas produzem sua infraestrutura urbana na precariedade, e essas mudanças na infraestrutura relevam tensões, alianças e a política do cotidiano (Ibid, 2015; 2).

Uma característica visível é a partir da construção de moradias que acabam por “fechar” determinadas vielas e becos de saída das possíveis entradas da Parmalat.

Em uma ocasião no campo, uma das moradoras contou-me acerca de uma pequena mureta que os moradores da entrada da Parmalat gostariam de construir, para evitar que o lixo fosse jogado próximo a porta da casa dos moradores da entrada principal, numa viela à direita. As tentativas de se construir ou delimitar a área foram em vão, pois “os caras do movimento”, como os moradores relataram, não permitiram a construção da mureta, o que dificultaria a circulação deles nas situações de conflito. O presidente da Associação apaziguou o conflito, explicitando aos moradores que o muro, se para os moradores seria uma estratégia de “limpeza”, mais a frente seria construído como estratégia de segurança. Pediu que os moradores tivessem paciência e que ia tentar realocar esse espaço de concentração de lixo.

Figura 13 – Concentração de lixo no acesso principal.



Fotografia: Thamires Lima.

A construção de “portões” e “grades” nessas vielas indica uma outra estratégia de controle do espaço, a partir da delimitação dos acessos de entrada e saída. Enquanto os moradores passam a construir pequenos “quadrados” habitacionais, com moradias menores que o tamanho de uma quitinete, colando os muros das casas umas às outras, em um determinado momento as portas de acesso a casa ficam tão próximas umas das outras que num conjunto de casas existentes onde antes se configuraria um beco ou viela, instala-se um portão gradeado de ferro, com chave e de acesso somente aos moradores. Isso é uma característica observada em quatro becos na região.

Não há clareza quanto ao protagonismo dessa iniciativa, mas entendo aqui como uma tática dos residentes para lidar com o espaço e sobre a lógica de habitar, à medida que se limita o trânsito de pessoas “externas” no acesso a casa e nas ruas, bem como a possibilidade de construir um segundo andar, numa estratégia de segurança nas ocasiões extraordinárias, onde há enchentes desastrosas na favela de Acari. Os que, após perderem os móveis e eletrodomésticos conseguem reorganizar suas casas o mais rápido possível, seja comprando novos objetos ou recebendo ajuda de parentes, são destacados como mais estáveis em relação aos seus recursos e a temporalidade do habitar.

No decorrer do trabalho de campo, essas diferenças na construção de moradias estabeleciam diferenciais qualitativos entre os moradores. A diferença se dava sobretudo no interior das casas, entre os moradores com móveis e eletrodomésticos mais novos e os moradores com eletrodomésticos e móveis bastante danificados, principalmente os que permaneciam com a mobília danificada pela enchente. A construção do segundo andar visa a manutenção do patrimônio e a continuidade da casa. São essas, dentre outras, as possibilidades de “preservação de si e da casa”. Isso estabelece elementos diferenciais no lugar, pois os residentes ao redor da edificação fabril têm mais possibilidades de manejo e qualificação da casa se comparados aos que residem no interior dos prédios fabris. Nuanças como essas constituíam fronteiras simbólicas em torno da noção de habitar da invasão de moradia.

Por fim, é necessário entender como essas tramas locais se conectam com outros atores sociais que atravessam a produção dessas territorialidades periféricas, ponto-chave a ser abordado no capítulo a seguir.

4 **REPENSANDO AS FORMAS DE PRODUZIR A CIDADE**

O que a invasão de moradia dentro de uma favela diz sobre a cidade e suas formas de produção da moradia é a primeira vista uma experiência da invisibilidade dessas formas de produção, através de uma série de discursos de cunho sanitário e de cunho jurídico sobre o “risco de morar ali”, em virtude dos danos ambientais e da violência.

Há uma sucessão de eventos marcantes relacionados à invasão: a permanência do tráfego no terreno fabril, o evento inaugural da invasão e saqueamento dos moradores. Em seguida, o controle sobre a construção do espaço a partir do parcelamento do antigo terreno fabril.

Nessas tramas que caracterizam essas territorialidades, há o processo de construção dessas formas específicas de habitabilidade por parte dos moradores. Esses regimes de territorialidade apresentam as governanças estatais e criminais não contrapostas, mas completamente imbrincadas na produção de espaços periféricos na cidade. Para compreender essas governanças, foi necessário expandir o trabalho de pesquisa para além da leitura dos documentos, localizando os contextos e tramas em que determinadas práticas, discursos e categorias classificatórias sobre o espaço foram produzidas.

Nesse capítulo, a partir de situações e eventos no meu trabalho de campo interpretadas sob o ponto de vista dos moradores, apresento as formas de articulação existentes no território, entre os seguintes atores sociais: secretarias do estado, associação de moradores e políticos locais. Da constituição de uma ruína fabril desativada, a uma “degradação ambiental” que produz narrativas sobre o *risco* do espaço, aos eventos de invasão e conversão de moradia, procuro mostrar na construção de um espaço de moradia, como se entrelaçam práticas políticas do Estado, categorias classificatórias do espaço e iniciativas e modos de viver de seus moradores. Essas imbricações exemplificam os contornos das habitações populares mais recentes na cidade.

4.1 **Entre rumores e a política cotidiana do espaço**

A partir da entrada e construção das moradias criou-se uma associação de moradores da Parmalat, fundada desde o movimento de invasão e construção de moradias. Aproveitando

o espaço de um dos galpões do prédio fabril, está localizada na rua principal de acesso a Parmalat. Nesse antigo galpão, que hoje parece um grande salão, a associação funciona no mesmo espaço onde no turno da noite funciona uma igreja evangélica.

Logo na entrada, há uma bancada da Associação de Moradores. No cotidiano da semana, funciona durante a tarde das 14 às 17 horas. Quem fica no balcão é Lourdes, dando apoio e assistência ao Valmir – presidente da Associação -, tomando conta das cartas e correspondências que chegam na associação e repassando informações diversas aos moradores. Lourdes recebe R\$200,00 mensais por essa atividade. Geralmente é ela a figura mais fácil de ser encontrada, a despeito de Valmir. Nos momentos extraordinários, tais como em situações de enchentes, a Associação de Moradores é um ponto de articulação fundamental, pois é para lá onde vão as doações de mantimentos para os moradores.

A Associação de Moradores da Parmalat foi criada em 2009 e tem Valmir como presidente da Associação de Moradores desde 2011. Valmir trabalha de manhã no CEASA de Irajá e fica as tardes na Associação, mas circula bastante pelo território e pelo entorno de Acari. Com aproximadamente 50 anos, está no seu segundo casamento e tem uma filha de 13 anos. Sua esposa também mora na Parmalat.

Embora não seja objetivo central da dissertação discutir as associações de moradores que se articulam e são formadas em invasões de moradia, abordar a associação bem como a figura do presidente da Associação de Moradores é crucial, pois direciona a análise acerca dos mecanismos da autoconstrução como legitimidade política para a atuação desse ator social como sujeito político.

Por isso, faz-se necessário entender como ocorre essa “mediação para dentro”, no momento recente. É importante pensar também o papel da Associação de Moradores, para ir além de uma relação clientelista destes com outros atores sociais em relação às demandas dos moradores. A obra de Machado (1967) traz boas contribuições para compreender “quem fala pra dentro como político” nesses espaços.

Em sua rotina cotidiana, a associação recebe as correspondências dos moradores e é o local ficam guardados materiais de obra destinados aos esporádicos mutirões de conserto de infraestrutura autoconstruída de água e esgoto na área. Essas articulações de mutirão são práticas coletivas que partem da mobilização dessa própria figura, Valmir, e destinam-se principalmente aos consertos da infraestrutura de água e esgoto. Nas situações extraordinárias de enchentes, os mutirões coletivos envolvem todos os moradores. Todavia, no cotidiano, Valmir é quem na maioria das vezes realiza os reparos sozinho. Em muitos momentos, os

próprios moradores o reconhecem positivamente, enquanto representante da associação, por realizar consertos e ajustes no território na questão da infraestrutura de água e esgoto.

Valmir, em minhas idas a campo, sempre dialogava comigo sobre as dificuldades em “trazer projetos sociais” para a Parmalat. Além disso, retratava com satisfação sua capacidade de se fazer circular pelo território e não ter medo de ir nas “outras partes de Acari” para estabelecer contato com outros representantes de associações de moradores da área. Para ele, estar na associação desde a sua fundação é fruto de seu senso de organização e iniciativa, estes dois últimos demonstrados em termos práticos quando ele conta sobre os episódios de enchentes e sobre as obras que acontecem na área. Suas falas sobre prefeitura, governo, política e remoção ressoam bastante e geram efeitos na produção de moralidades no local. Um ponto de partida para entender essas questões é a partir da percepção do espaço elaborada por esse ator social.

Como exposto anteriormente, foi observado na Parmalat a verticalização das moradias, através do uso da laje pelos moradores que construíram a casa fora das edificações da fábrica. Para alguns moradores, isso se institui como um dos projetos possíveis para fazer renda, através do aluguel, pois o mercado imobiliário na área é bastante movimentado.

Algumas vezes circulei pelo espaço com Valmir, da Associação de Moradores, e pedi que me acompanhasse pela Parmalat. Algumas casas - que não se localizam no prédio fabril, mas estão circunscritas no antigo terreno da fábrica - já apresentam um processo de verticalização com investimento em finalização e acabamento com massa corrida, pintura, porcelanato e janelas de vidro. Em uma de nossas caminhadas na Parmalat, disse: “*Nossa mas olha essa casa, acabamento bom, tem cerâmica e tudo!*”. Ele me respondeu:

É mole, o pessoal constrói em cima pra fazer dinheiro. Mas depois a gente é removido e aí o dinheiro vai todo pro ralo. O Estado não vai te pagar o acabamento bonito da casa, não vai querer nem saber. Aí também chove e perde tudo, mas pelo menos perde a metade né. A parte de baixo vai embora, a parte de cima fica.

Paradoxalmente em um outro encontro, Valmir destacou que através de uma fonte de contato político que a prefeitura não ia mais “tirar o pessoal dali”. Ao mesmo tempo que o presidente da associação durante anos, segundo meus interlocutores, levanta a questão da remoção, em conversas pessoais comigo ele descreveu que esse processo não acontecerá. Os políticos tinham avisado a ele: “*informação quentíssima, Pedro Paulo⁴⁸ disse que se eleito vai garantir luz e água aqui, por isso que a obra já tá rolando. O cara prometeu trazer mais iniciativas e campanhas de ONG’s para lá na Parmalat*”.

⁴⁸ Pedro Paulo é político filiado ao PMDB. Foi candidato a prefeitura nas eleições de 2016 para prefeito da cidade e comandava na época, a Secretaria Executiva de Coordenação de Governo da Prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão do prefeito Eduardo Paes.

Veena Das (2008, pg. 108), atenta em como o rumor fortalece o controle do Estado nesses territórios. Como os rumores se combinam e criam uma sensação de vulnerabilidade, se constituindo como uma prática do Estado em áreas atravessadas por ilegalismos, estar presente nessas áreas é estar inserido em uma coletividade instável, conforme destaca a autora. De certa forma, perpetuar rumores garante que Valmir seja visto como alguém que possui informações políticas e conhecimento da situação política externa a Parmalat. A desconfiança das melhorias, a partir das obras realizadas pela Prefeitura, era reforçada através do rumor “*estão dizendo que ainda podem remover a gente, como foi lá na Oi*”.

Meses antes do decreto classificar a área como AEIS, quando ainda realizava trabalho de campo na região, rumores dariam conta da remoção dos moradores para prédios do Minha Casa Minha Vida. Esse rumor era construído a partir da presença de uma equipe técnica da Secretaria de Habitação, que fez visitas esporádicas ao território ao longo do ano de 2014. Os moradores descreviam que essa equipe de técnicos, fazia a medição do terreno e as delimitações da área da invasão para quantificar a futura remoção das casas. Os moradores desconheciam que essa era uma das etapas do processo de reconhecimento como “comunidade”⁴⁹ da área habitada.

Para destrinchar essa questão, trago a remoção da invasão da Telerj, em 2014, e as narrativas construídas em torno dessa situação social.

O prefeito da cidade do Rio de Janeiro na época, Eduardo Paes, afirmou em entrevista acerca dessa situação social:

Eu não conheço nenhuma Favela da Telerj. Eu conheço uma invasão, com todas as características de ser profissional, organizada. Ali tem pessoas humildes, mais pobres, com necessidade habitacional. Mas [também há pessoas] que estão ali loteando, demarcando. Pobre que é pobre não aparece ali com aqueles pedaços de madeira demarcando número. É um movimento organizado. Ninguém dorme lá porque a maioria das pessoas não mora ali. Acho que têm que ser retirados. Tem que ser dada a reintegração de posse. Invadiu, ocupou no peito e na raça, a Prefeitura do Rio não vai desapropriar para construir [casas].⁵⁰

Mais adiante, em outro pronunciamento para jornalistas, o prefeito reforçou a estigmatização dos ocupantes do antigo prédio:

⁴⁹ Esse reconhecimento e a não demolição do espaço ocorreu com outros dois territórios, a Comunidade do Grefisa e a Comunidade do Pedrosa (ambas em Del Castilho).

⁵⁰ UOL Notícias: Paes chama favela da Telerj de "invasão profissional e organizada". Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/04/10/paes-chama-favela-da-telerj-de-invasao-profissional-e-defende-remocao.html>>. Acesso em: 20/05/2017

Espero que o que aconteceu na Telerj sirva de lição para que muitas pessoas que queiram se aproveitar do governo pra conseguir sua casa. [Segundo o prefeito, as pessoas que ali moravam] "pagavam aluguel e abandonaram suas residências pra ir pra lá e ganhar uma casa do governo", ⁵¹

Em 2014, um grupo de pessoas ocupou um antigo prédio da Telerj, conhecido como prédio da Oi, localizado no bairro do Engenho Novo, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. A declaração do prefeito foi dada no momento em que houve uma intensa divulgação de uma ação de reintegração de posse da ocupação de moradia localizada nesse terreno comercial.

Segundo notícias veiculadas nos jornais, o terreno tinha aproximadamente 50.000 metros quadrados. A estimativa é que cerca de 8 mil pessoas ocuparam o terreno e passaram a morar ali. No início do mês em que foi dada tal declaração, a empresa proprietária do terreno obteve liminar na justiça para a reintegração de posse. A polícia foi acionada para fazer a reintegração de posse e toda a ação foi televisionada ao vivo por emissoras de TV locais.

Aqui também é preciso observar como as tipologias de invasão, favela e comunidade são acionadas, na chave de leitura para as possíveis expectativas de transformações quanto a configuração do território - após a suposta “visibilidade” da situação habitacional e intervenção do poder público - ou num *continuum* para possíveis gradações quanto as suas características.

Se o termo *invasão de moradia*, quando utilizado pelo poder público, reforça o estigma da ilegalidade e da construção de um poder paralelo frente ao Estado, e o ato ilícito do uso não autorizado de um terreno de outrem, a categoria *favela* é construída para visibilizar a situação de pobreza e falta de condições materiais dessas pessoas. O termo *comunidade* é acionado para dar base as diversas transformações espaciais realizadas pelo Estado, com vistas a fazer da área um *bom lugar* para se viver.

Cabe destacar que nenhum morador com o qual mantive contato utilizava o termo “ocupação de moradia”. Quando utilizada, essa categoria era utilizada para se referir aos espaços onde os moradores tinham interesse em mudar-se para condomínios do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Moradores utilizavam o termo “invasão de moradia”, não negativando o local, mas buscando positivá-lo a partir do processo de autoconstrução realizado, como forma de reforçar o projeto da casa e da moradia elaborado.

Nas minhas idas a campo, funcionários de obras da Prefeitura estavam no local fazendo obras, instalando grandes tubulações na rua principal que dá acesso a Parmalat e

⁵¹ O DIA Paes e Pezão prometem mandar conta de desocupação de terreno para a Oi. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-04-13/eduardo-paes-e-pezaao-afirmam-que-vaio-mandar-conta-da-desocupacao-a-oi.html>>. Acesso em:20/05/2017

Valmir, presidente da associação, praticamente atua braçalmente com eles. Observei, por exemplo, algumas vezes ele coordenando os próprios operários da obra, desde o horário da execução das obras até opinando sobre as peças e materiais utilizados, numa posição de chefe e vigia das obras. De acordo com ele, essa obra foi mediada pela Associação, que através dele, explicou as dinâmicas locais e as áreas críticas, dando suporte aos operários da obra.

Valmir não informava publicamente que essas obras eram fruto do reconhecimento da Parmalat como AEIS/*comunidade Vida-Nova*. Seu costume era dizer “*as obras foram pedido para vereadores locais*”. Ao fazer sua própria reflexão em relação a atuação no papel de presidente da associação, ele fazia questão de destacar sua capacidade de dialogar com o governo e prefeitura, sempre descrito de forma vaga porque ele não explicitou quais e quem eram seus contatos durante nossos encontros em campo.

Alguns moradores com quem conversei desconheciam a origem da demanda das obras, já outros, como Marilena, acreditava que mesmo após o fim das obras, “*eles também podem remover a gente*”.

As temporalidades do habitar são transformadas e implicadas a partir de projetos de urbanização em áreas periféricas da cidade. Há transformações e novas representações em relação ao ontem, ao hoje e aos futuros em torno da moradia e da casa. Nesse caso, os projetos que se dão em torno dessas esferas estabelecem um diálogo tenso com as tramas presentes, envolvendo moradores e a associação de moradores. As tentativas de controle de acesso ao espaço e a propagação de rumores são ilustrativas desse fato.

Os boatos fazem parte da rotina do local, sobretudo as fofocas a partir dos projetos de verticalização das moradias e a sensação de instabilidade desses projetos pela ameaça de remoção. Esses rumores são constitutivos da própria forma como Valmir estabelece relações com os moradores e sobre como ele mantém suas relações de poder local através do rumor da remoção, utilizando-a também como estratégia de seu poder de mediação. A possibilidade da remoção não é apenas ilustrativa de fatos externos, mas retrata bem o “*imaginário local de relações desiguais, entre as informações que possui e as informações conhecidas pelos moradores*” (GUTERRES, 2014; 2016).

Uma das situações de campo ilustrativas desse fato foi quando ao buscar informações sobre a data precisa de sua mudança, Lourdes – a moradora que trabalha na Associação, me mostrou sua ficha de moradora da Parmalat:

Eu não sabia que tinha uma ficha aqui, eu estava arrumando as coisas e vi minha ficha. Falei com Valmir: eu posso emplastificar? Ele disse: pode sim, pode. Aí eu emplastifiquei pra guardar.

Eu que tinha minha foto, aí eu fui lá em casa e coleí aqui na minha ficha. Eu acho que sempre existiu ou fizeram a ficha, eu não me lembro.

Porque esse nome Condomínio Residencial Vida-Nova ao invés de Parmalat?

Eita, eu não sei de onde vem esse nome, acho que todos são assim ó. [Ela pega uma pilha de fichas de moradores]. Acho que isso é recente, a folha como tá ó. Eu vou até perguntar a ele. A ficha é carimbada com o nome Associação de Moradores Vida-Nova. Não sei porque esse nome.

O morador pode vir buscar sua ficha?

Não, a ficha fica com o Valmir aqui, na Associação. Se caso vir alguém da prefeitura, tem que tá aqui com a gente pra gente apresentar.

Isso foi a Associação que fez ou a Prefeitura, um assistente social?

Aí eu não sei, tem que ver com o Valmir.

Nessa ficha dos moradores, no papel haviam informações dos dados pessoais do titular da casa, da localização da casa, da quantidade de moradores e suas relações de parentesco relacionadas ao dono identificado. A cópia da ficha é vendida por R\$20,00 na Associação e logo na entrada, no balcão, há uma folha que indica a venda da cópia do cadastro da casa, caso alguém esteja interessado.

Machado da Silva (2011) destaca em suas reflexões sobre a construção da carreira política na favela, em como uma determinada figura constrói seus deveres na política local dessas áreas e o que é se “fazer como pessoa”, neste caso, figura política naquele contexto. Isso envolve principalmente o acesso às fontes de informação. O autor também acrescenta que o “político favelado”:

é um membro periférico relativamente independente de grupos e subgrupos partidários (apesar de ter vínculos de acordo com eles) e a orientação local de suas atividades, para resultados de curto prazo. Qualquer tentativa de ampliar sua percepção tem que partir da ampliação das perspectivas da prática política cotidiana (Ibid., pág. 716)

Um dos pontos é observar como essas pessoas que são líderes políticos ou pessoas de prestígio se referem aos moradores locais. O presidente da associação, ao destacar as dificuldades de viver no território e “*seguir a vida*”, mobiliza o discurso de que a Parmalat precisa da Associação porque “*a área é muito pobre, tem um dos IDH’s mais baixos do Rio de Janeiro, o maior índice de gravidez na adolescência se comparado ao resto do Complexo de Acari*”. Em relação as condições de saúde dos moradores, por diversas vezes diz que “*até a FIOCRUZ vem estudar esse pessoal daqui com tuberculose*” pois ali há um “*alto índice de soropositivos e tuberculosos nos prédios*”⁵².

Valmir possui um mapa mental de cada tubulação e de toda a infraestrutura de água e esgoto do terreno e faz constantes reparos nos canos de água e esgoto que são verdadeiros emaranhados. Ao ver as pessoas com esse tipo questões relacionadas à saúde, é como se ele

⁵² Numa busca pelos dados oficiais da área, resgatei um relatório de controle epidemiológico da Clínica da Família datado de 2010, que compara a incidência de doenças em cada comunidade do Complexo de Favelas de Acari. Em comparação com as outras comunidades do Complexo, a área não possui a maior taxa de tuberculosos e portadores do vírus HIV.

percebesse sua atuação benevolente e humanitária a partir dessa gestão de uma infraestrutura coletiva de água e esgoto, como uma maneira de minimizar ou atenuar os efeitos dessa pouca qualidade de vida retratada a partir das doenças.

Para Valmir, o discurso sobre os moradores e o alto índice de doenças remete a ideia das poucas condições de habitabilidade do local pelas impurezas e em que medida os eventos extraordinários geram a vulnerabilidade dessa população. Nesse sentido, a chegada primeiro dos representantes da saúde na figura do Agente Comunitário de Saúde e dos serviços públicos de saúde oferecidos através da Clínica da Família fortalece e endossa o foco no discurso político sobre as doenças, propagado por ele enquanto presidente da Associação de Moradores. Seu discurso é construído como se fosse um ator externo aquela realidade, embora nas situações extraordinárias – como a enchente - ele acione o discurso de um morador que sofre as mesmas consequências negativas da situação vulnerável de sua moradia, como a perda dos móveis e as enfermidades causadas pela enchente.

Embora atravessado por esse deslize entre a figura de um morador conhecido e a sua discursividade de figura pública e política vinculada à Associação de Moradores, havia ainda uma inacessibilidade em relação à história passada do presidente da Associação de Moradores na região. Os relatos que me contara eram em relação a família, e a sua história de décadas trabalhando no CEASA⁵³ de Irajá. Embora alguns moradores descrevessem que “*Valmir parecia político, só fala e fala que vai fazer*”, sua habilidade em dialogar, seu pensamento rápido, crítico e eficaz sobre questões da região, seu vasto conhecimento sobre a zona norte e o Complexo de Acari como um todo foram facilitadores na construção de sua figura como mediador e ponte com outros atores, como os políticos eleitos.

Destaca-se aqui também aspectos de sua imagem que os moradores apontam como positivos: o fato de ter seu trabalho no CEASA, ser casado e ser “*pai de família*” e principalmente por construir a rede de apoio e mutirão de trabalho nos eventos de enchentes que assolam a região. Tais elementos associam sua rotina a de um morador como os outros e reforçam seu esforço com a região onde mora.

Na gestão das populações que vivem a experiência da precariedade e em relação ao discurso do “*corpo que sofre*” elaborado por Valmir há o uso político do corpo, como aponta Kopper (2014: 359) a partir da leitura da obra de Didier Fassin (2007, 2011). Enquanto

⁵³ O CEASA localiza-se a beira da Avenida Brasil, nos limites com o bairro Acari. A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA-RJ) é uma empresa vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. São seis unidades no Rio de Janeiro. A Unidade Grande Rio, localizada em Irajá, na Zona Norte da cidade, é a segunda maior Central de Abastecimento da América Latina. Essa unidade emprega diversos moradores da região do Complexo de Acari.

“instrumento de reivindicação, o uso político do corpo é mobilizado a partir de uma retórica que busca estabelecer correspondências entre uma certa situação social e determinadas alterações biológicas e morais tidas como degradantes” (KOOOPER, *Ibid.*).

Didier Fassin (*op. cit.*) elabora uma antropologia dos usos políticos do corpo, sob uma perspectiva da moral e ressalta que o que está em jogo na análise da política são os modos de governo da precariedade e a emergência de subjetividades desviantes. Com isso, mobilizam-se sentimentos morais na política. Na leitura de Kopper (*op. cit.*, p. 364), isso é um indicativo de uma dinâmica emocional que conduz nossa atenção ao sofrimento dos outros. Tal dinâmica conecta afetos com valores, sensibilidade com altruísmo, moralidade com emoções nas formas de gestão da precariedade. De outro lado, o controle ambíguo sobre esses sujeitos é possível de ser exercido apenas na medida em que sejam reconhecidos como pobres e desafortunados. É na imbricação destas duas dimensões que a eficácia dessa gramática injuntiva ou, mais precisamente, dessa economia moral se concretiza, quando analisamos as ações de Valmir na área. Essa figura de mediação parece ter um papel significativo na produção de discursos e práticas de legibilidade na área.

4.2 Criando ordenamentos em áreas periféricas: ilegalismos, tráfico e projetos políticos

Machado (2016) aponta para todas as transformações na compreensão da atuação do Estado que a descrição empírica propiciou. A ideia de governança refletiu todo o investimento teórico, político e moral significativo para se compreender as estratégias do Estado e os atores oriundos dele. Se determinados territórios como esses à primeira vista parecem “isolados”, as novas dinâmicas de organização dessas áreas apontam para a conjugação de uma série de eventos não-lineares e uma amplitude maior da escala da produção da política nas áreas de invasões.

É importante destacar que compreendemos nessa leitura analítica o Estado em seus múltiplos aspectos, em suas múltiplas “assinaturas”, como propõe Veena Das (2004:226), na entidade racional presente na estrutura das regras, nas regulações incorporadas na lei e nas instituições que as implementam; e como as práticas do Estado figuram, principalmente em áreas periféricas, nesse esforço do Estado em apaziguar os rastros de um crime ambiental e como ele transforma o ilegal – a invasão de moradia e a habitação em área contaminada - em

legal. Uma dimensão importante, portanto, é a precariedade enquanto uma produção estatal de múltiplos agentes que aciona também diversos atores sociais locais.

De acordo com Cristina Vital (2009), em Acari há diversos modos de gestão do território pelo tráfico de drogas e pelo Estado em diferentes momentos. Fenômenos relacionados a violência e programas governamentais estabeleceram marcos importantes na região. O trânsito e a proeminência de certos atores sociais, como a igreja católica, os terreiros de umbanda e o crescimento das igrejas neopentecostais na década de 90 no território são aspectos fundamentais na compreensão das dinâmicas e dos processos históricos e políticos da área.

Heitor Ney da Silva (2008, pg. 98) aponta que a apropriação do tráfico de drogas local dessas ruínas fabris as reinsere na dinâmica econômica, agora a partir da venda de drogas e dos ilegalismos. Isso reverbera não somente nas ruínas fabris mas impacta em seu entorno e nas demais atividades econômicas existentes.

No momento atual, o problema do esvaziamento das empresas e transportadoras do Rio de Janeiro persiste, justificado pelas indústrias da região em função do aumento da criminalidade violenta, tráfico de drogas, roubos de cargas e tráfico de mercadorias. Esse argumento é utilizado pela ASDIN⁵⁴ como problema crônico da região da Fazenda Botafogo. No final de 2016, a deputada estadual e presidente da Comissão de Segurança Pública da ALERJ Martha Rocha (PDT) fez uma postagem em suas redes sociais comentando sobre uma reunião realizada com representantes da ASDIN, em torno da discussão do crime que mais os afeta no momento presente: o roubo de cargas.

Particpei, na manhã desta quarta-feira, de reunião para discutir estratégias de fortalecimento da segurança pública no distrito industrial da Fazenda Botafogo e bairros próximos. O secretário de Segurança, Roberto Sá, o chefe da Polícia Civil, delegado Carlos Leba, o comandante da PM, Wolney Dias, empresários da área e representantes da Associação da Indústria Botafogo (Asdin) estiveram no encontro. A ação foi uma iniciativa da Comissão de Segurança Pública da Alerj. O distrito industrial da Fazenda Botafogo já foi um dos maiores arrecadadores de ICMS do Estado, mas hoje amarga grandes dificuldades em razão da violência. Falta de policiamento, circulação de bandidos armados e aumento no roubo de cargas e carros são os principais problemas enfrentados. Depois de ouvir as demandas dos empresários, o secretário Roberto Sá propôs que houvesse uma nova reunião, desta vez, com a presença dos comandantes dos batalhões e delegados que respondem pela área. A Comissão de Segurança da Alerj vai acompanhar de perto o que será feito pelas polícias Civil e Militar para melhorar a situação da Fazenda Botafogo. (Post em Fanpage na rede social Facebook da Deputada Martha Rocha. Link: <https://www.facebook.com/del.martha.rocha/posts/1198674176876280> Acessado em 05/02/2017)

⁵⁴ Destaca-se, nesse sentido, a importância desse ator social – ASDIN – representando os interesses privados e mercadológicos; na produção de discursos e práticas sobre a região em diferentes momentos; bem como suas relações institucionais com o Estado.

No âmbito de uma audiência pública organizada pela Comissão de Segurança e Economia e realizada em abril de 2017, na qual participaram representantes do comércio, indústria, segurança privada e segurança pública (polícias federal, civil e militar) foram criadas 14 propostas para o combate ao roubo de carga, um dos crimes que mais aumentaram no Rio de Janeiro. O presidente da ASDIN Fazenda Botafogo, Luís José Ramalho, fez uma fala acerca da questão da criminalidade e dos roubos de carga na região:

Eu sou da ASDIN, que é da Associação das Indústrias da Fazenda Botafogo, que fica bem no coração dessa mancha de desgraça. Acho bastante modesta a posição do Coronel Moura e do Eduardo Rebusi [Presidente da Federação do Transporte de Cargas do Estado do Rio de Janeiro] quando dizem que é uma área que é conhecida e pode ser atacada. Eu digo que hoje ali é um Estado independente, eles têm as próprias leis, eles têm os próprios pedreiros e o motivo principal é de que as polícias que deveriam fazer o policiamento ostensivo elas não conseguem fazer. Não adianta colocar placas identificáveis em cima dos caminhões, porque na hora que o caminhão tiver fazendo a descarga esse caminhão não vai ser abordado pela polícia, muitas vezes em raras situações isso se consegue [...] A minha convivência com esse problema já vem há mais de 15 anos. Eu já fui transportador e desisti de ser transportador precisamente por causa do roubo de carga e fui parar na Fazenda Botafogo com uma empresa, onde tem algumas empresas de distribuição e também com áreas privilegiadas, pois temos ali empresas com áreas de 40.000, 50.000 metros quadrados, ou seja, no coração do Rio de Janeiro, empresas de porte e que dão suporte a grandes empresas como a Petrobras que são fundamentais para a governabilidade. (Luís José Ramalho –presidente da Associação de Indústrias do Distrito Industrial Fazenda Botafogo – Transcrição de fala de Audiência Pública realizada no dia 04/04/2017 na ALERJ)

Heitor Ney (2008) também ressalta que o tráfico de drogas não começou na região apenas no período de saída dessas empresas, do final da década de 80 a meados dos anos 90, como costuma ser mencionado pelos discursos das indústrias e empresas que operavam no Rio de Janeiro. Segundo Misse (2006), ocorre uma intensificação das práticas violentas do tráfico de drogas nesses territórios, aumentando o índice de violência nessa região e a territorialização do comércio dos pontos de venda de drogas nas favelas cariocas. Acrescenta-se a isso, as novas práticas de gestão dos ilegalismos, que mobilizam moradores dessas áreas, como expostas pelo presidente da ASDIN em outro momento de sua fala na audiência pública:

A ASDIN também já contribuiu com recursos de manutenção de veículos e recursos de posicionamento de containers pra conseguir fazer com que o crime diminuísse. Essa consequência do roubo de carga ter tido essa convergência para a área, é uma questão de localização geográfica e também a questão dos próprios morros, que permitem que eles tenham uma visibilidade muito forte pra fazer concentração de poder e redistribuição. [...] Eu queria lembrar as autoridades que com a experiência que eu tenho e principalmente os empresários que eu represento têm, um grande problema que acontece naquela região é que a degradação da família é enorme. Há uma exploração muito grande da mão de obra de menores. Então todo esse problema que o coronel Moura falou sobre uma descarga rápida, são coisas fantásticas, porque na minha empresa eu não conseguia fazer uma descarga de uma carreta de no mínimo duas horas e eu vi carretas entrando ali na comunidade e em meia hora saindo já descarregadas. Eu com equipamentos, empilhadeiras, paleteiras, tudo isso

não conseguia fazer a descarga mais rápido que isso. Depois essa distribuição da mercadoria é muito rápida. (Luís José Ramalho –presidente da Associação de Indústrias do Distrito Industrial Fazenda Botafogo – Transcrição de fala de Audiência Pública realizada no dia 04/04/2017 na ALERJ)

Em sua exposição final, reforça a noção de “*Estado independente*”, alertando para a necessidade de uma “*entrada efetiva do Estado*” na área do Complexo de Acari, da qual a Parmalat faz parte:

Então eu acho que o grande problema, tirando essa impossibilidade da polícia militar fazer as operações e trazer resultados efetivos imediatamente, está nas empresas que também contribuem pra isso, as obras em espaços sociais que eram pra serem de uso da comunidade viraram pontos de venda e de operação do roubo da carga nessas favelas. Um lugar que deveria ser uma zona de descanso ou algo do gênero, ou seria provavelmente uma clínica, foi ocupado pela marginalidade e acabou sendo um ponto de distribuição dentro da própria comunidade. Então esses problemas acho que não vão surtir efeito, se não houver uma condição de que haja uma entrada efetiva do Estado nesse “Estado independente” que é o que hoje eu considero aquela região ali. (Luís José Ramalho –presidente da Associação de Indústrias do Distrito Industrial Fazenda Botafogo – Transcrição de fala de Audiência Pública realizada no dia 04/04/2017 na ALERJ)

Os discursos sobre as invasões de moradia descrevem esses espaços como os que crescem e se perpetuam marcados pela ilegalidade e a presença de figuras ligadas ao tráfico de drogas. No caso das áreas de invasão de moradia próximo ou no interior de favelas há predomínio da lógica da presença do domínio do tráfico de drogas e de sua “lei” nessas localidades. Com as novas dinâmicas de ilegalismos e roubos praticados, reforça-se no discurso desses atores a noção de “Estado independente”, que mobiliza “sua população residente” no trabalho dos ilegalismos e no comércio das mercadorias roubadas que circulam.

É preciso refletir sobre como se constrói a política do tráfico, a partir de suas estratégias de governança. Para isso, é preciso entendê-los não como uma figura tão dissociada do cotidiano do habitar, mas imbrincado nele. Por estarem emaranhados nas redes dos próprios moradores, essa suposta clivagem imposta entre moradores versus tráfico não se sustenta no seu cotidiano. O ponto principal aqui não é analisá-lo apenas sob a ótica da violência, do uso dos armamentos e dos conflitos policiais existentes, mas como o espaço é moldado por e entre as práticas desse ator. As práticas de venda dos lotes e os aluguéis é uma dimensão econômica dos ilegalismos que se apresenta nesse mercado imobiliário informal das casas.

A nova dinâmica comercial dos ilegalismos aponta essas alguns aspectos dessas imbricações, referindo-se ao “tráfico de drogas ordenando o ilegal”, por parte da Associação de Moradores e do Estado, numa espécie de gestão compartilhada do território, com bem apontam os estudos de Feltran (2010) e Vera Telles (2010).

Quando perguntei a uma moradora se era comum a presença de políticos na área em épocas próximas às eleições, ela se recorda de uma vereadora – com longa trajetória política na zona norte e subúrbio da cidade - que costumava visitar as obras da Prefeitura em toda a região do Complexo de Acari. Geralmente, políticos vereadores costumam se vestir com coletes da secretaria de obras, fazer foto com moradores, como estratégia de divulgação de suas atividades. O que isso gera são as notícias em circulação sobre determinado vereador acompanhando presencialmente as obras. Os investimentos em saneamento básico bem como as obras de infraestrutura tornam-se estratégias de visibilidade de imagem desses políticos, uma vez que a presença deles na área – mesmo esporádica – cria a referência da figura estatal para eles. Essa estratégia de presença desses atores – políticos, vereadores, deputados estaduais, candidatos a cargos políticos – e as tramas e rumores que neles se originam, tem como pano de fundo as mudanças na legislação, criadoras desses campos de visibilidade política, influência e legitimidade para esses atores no território.

Em relação às transformações do território, as obras de urbanização reverberaram na dinâmica do tráfico de drogas local. A melhoria das condições de acesso e da qualidade do asfalto, bem como a instalação de iluminação pública das ruas de seu entorno, fez com que a presença de homens fosse muito mais ostensiva. Se antes alguns poucos homens, fortemente armados, ficavam “disfarçados” nas vielas de acesso, no momento atual, há um fluxo constante de homens armados, fazendo rondas de moto em dupla, andando “pra lá e pra cá”, deixando evidente o contínuo clima de “vigilância” da área. No início do trabalho de campo, a sensação era de que a presença de vários homens como “vigias” era algo temporário, mas todas as visitas empreendidas a campo evidenciaram o quanto aquilo é uma dinâmica própria local. Isso configura a espécie de ordenamento próprio da área, que foi se modificando⁵⁵ e adequando ao longo do tempo.

No curso do trabalho de campo a Parmalat foi se produzindo como espaço habitado. Pelos próprios limites que iam possibilitando essa sobreposição de materialidades, houve e ainda há essa construção contínua na ruína fabril. É nesse eixo que se faz possível a sobreposição dessas materialidades, a partir dos projetos pessoais, dos moradores e suas famílias, das sucessões de políticas urbanas e das tramas de atores políticos diferenciados.

Esse foi um ordenamento, que não fora realizado apenas nesse momento em específico, mas é reconstruído continuamente no cotidiano habitável, no contexto das

⁵⁵ Um exemplo disso é a proibição pelo próprio tráfico de drogas da realização de bailes funks, em meados de 2016, pois em um episódio recente, policiais do BOPE aproveitaram-se da circunstância de um baile funk realizado no pátio para fazer uma incursão e operação policial.

tramas e negociações entre os atores ali presentes. Um dos contextos dessas tramas é a partir dos ilegalismos e da presença do tráfico de drogas local.

Num primeiro momento, o tráfico atuou de maneira direta no loteamento do terreno e na permissão – concedida através de compra – para se construir, e no momento presente realiza essas novas estratégias de controle dos acessos do espaço, como as descritas anteriormente. Tais elementos configuram tipos específicos de realizações, criados de maneiras particulares em momentos específicos, mas sujeitos a diferentes tentativas de controle e poder.

Com os pontos aqui levantados, não me restrinjo a dizer que “*caras do movimento que moram ali*” são atores externos ao cotidiano do habitar, mas estão inseridos neles, produzindo e modificando os limites e acessos do espaço. O tráfico teve um papel de ordenação e de intervenção muito direta sobre a lógica das características da moradia, como na situação de cadastramento feito pelo tráfico. No caso dos “caras” do tráfico de drogas ilícitas, isso permite não os ver como atores interrompendo o cotidiano, mas sim como atores constitutivos dele, organizadores de parte do cotidiano desses territórios, numa liminaridade entre violência, ordenamento e ilegalismos.

Além disso, não busco induzir o pensamento de que esse ator “controla tudo” e os moradores não possuem nenhuma “agência” sobre o espaço, mas como eles produzem a área a partir de narrativas diferenciadas, mas consoantes em suas ações.

CONCLUSÃO

As formas de segregação espacial em curso na cidade apresentam desafios à análise do espaço, das produções de territorialidades periféricas e das novas formas de “habitar a cidade”. A partir da apresentação do fenômeno das invasões a ruínas fabris localizado no interior de favelas, este estudo de caso sobre a Parmalat no Complexo de Acari, busca somar-se as outras produções acadêmicas sobre os processos sociais em curso na cidade em torno da produção de moradia e do acesso ao solo urbano, da gestão política do território em localidades pouco visibilizadas e como os pobres fazem uso dessas transformações políticas e produzem suas formas de moradia em áreas periféricas da cidade.

Abordando a confluência de fatores que propiciam as invasões de moradia, que passa a se construir como objeto de análise dos estudos urbanos, apresentei nos capítulos da dissertação, formas novas e complexas de “fazer a cidade” que não existem como um fenômeno isolado da dinâmica da cidade. Distanciar-se de categorias “estatais” como a de vazios urbanos, foi fundamental para exercer um duplo esforço: investir a partir de documentos no entendimento de quais estratégias e planos de ação foram sendo desenvolvidos para a área e compreender, no plano local, as transformações que estavam sendo realizadas sobre as ruínas fabris da antiga fábrica.

A pesquisa não se restringiu apenas em montar um relato da memória do invadir, como o grande “ato inaugural” da invasão de moradia. A produção da forma de moradia na ruína fabril envolve morar na casa – o lugar dotado de sentido – e o habitar - o espaço da Parmalat – , bem como tornar seu cotidiano habitável. O cotidiano habitável ou a política do cotidiano são as estratégias estabelecidas e as competências táticas nas ações ordinárias e nas rotinas que permitem aos habitantes alargar os limites das margens. Dentro dos saberes e experiências tácitas dos moradores, destaco acerca da experiência coletiva de gênero, que abre brechas para pensar isso.

A “gestão política do território” é a gestão da precariedade. Por serem múltiplas as formas de gestão da precariedade, a estratégia de invadir a permanecer na invasão fabril é atravessada pela transitoriedade.

Na gestão da precariedade, podemos ver as distintas percepções e elaborações de precariedade pelos atores envolvidos, inclusive pelo Estado. O governo desse território não se restringe ao exercício do poder estatal – ou a mera percepção do governo sob o aparato policial - mas envolve as outras formas de regulação e de outros agenciamentos e

governamentalidades que expressam e atualizam a correlação de forças em contextos temporais e situacionais específicos. Os arranjos entre poderes públicos e privados, através dos diálogos estabelecidos entre políticos – vereadores e deputados – e a ASDIN ao longo do tempo, são exemplos dessa relação de forças que por vezes se estabelece sobre a área. O discurso da “metáfora de guerra” (LEITE, 2014) é acionado para dar conta de novas problemáticas relacionadas a criminalidade.

O poder público são os diversos órgãos estatais que se expressam por vezes em contradição, como a área da saúde, dos urbanistas e dos vereadores. Essas governamentalidades em exercício, atualizam e fazem transitar os discursos sobre a região. Esses discursos se apresentam sobretudo em documentos, que se traduzem em formas de vida através das quais se articulam determinadas noções de pobres, doentes, invasores e moradores de favelas.

O poder privado, por sua vez, atravessa a gestão dos ilegalismos feita pelo tráfico de drogas e o protagonismo de atores locais como a Associação de Moradores, que operam por novas práticas e desenham novas formas de ordenamentos. A experiência do habitar, para os moradores, pode ser lida em termos de como as pessoas constroem seu cotidiano habitável, onde a casa tem um lugar central. No circuito de produção do precário, destaquei a importância da análise da infraestrutura da materialidade existente; as estratégias de segurança dos moradores; a produção dos ordenamentos por atores locais; os projetos em torno da consolidação das redes familiares e de apoio e os programas de governo e as práticas de Estado que se inscrevem e produzem narrativas sobre a área.

As fronteiras dentro desse precário vão sendo criadas e atualizadas constantemente. Se estabelecem fronteiras entre a Parmalat, a favela, as casas do subúrbio, e essas fronteiras também vão sendo construídas e acionadas pelos atores como formas de agenciar a região e pela intervenção do Estado através das obras.

O Estado sempre esteve presente no território através de instituições, procedimentos e táticas. Todo esse arcabouço compõem as diversas tramas desse espaço de moradia e evidenciam esses novos ordenamentos existentes. Explorar o caminho das ilegibilidades e como elas se consolidam nesses espaços é um dos caminhos possíveis para ir além do discurso da “falta” de Estado nessas áreas. O papel que a ilegibilidade tem como elemento de agenciamento político, e como o rumor aproxima ou distancia moradores de outras situações sociais na cidade e da ação do Estado, é um eixo importante nesse estudo. Destaca-se nessa etnografia como os rumores se produzem a partir da ilegibilidade do Estado e dos discursos e

práticas feitas pelo presidente da associação de moradores para gerir essa ilegitimidade e efetivar seu agenciamento político.

A construção do território e as trajetórias das moradoras com que dialoguei ao longo do trabalho de campo, passam assim a ser eixos de reflexão possíveis sobre as relações sociais em espaços predominantemente marginalizados, como é o caso de uma invasão de moradia em uma ruína fabril que se consolida dentro de uma favela.

Essas redes de cuidado e proteção, como as descritas por Marilena e Lourdes, podem ser lidas como uma gramática política para habitar o precário. As redes de cuidado e proteção que vão sendo construídas pelas mulheres na casa, na proteção dos filhos, no cuidado com crianças e jovens, a solidariedade na vizinhança e a geração de renda no âmbito local na comercialização de trabalhos domésticos, culinários e no trabalhos de cuidadoras são algumas das estratégias utilizadas por essas mulheres, na construção de espaços comuns (BIRMAN, 2014). A trajetória de Marilena ilustra o conjunto dessas competências tácitas acionadas para tornar seu cotidiano habitável.

Sobre os grupos sociais existentes no território, enquanto moradores, eles consolidam e operam transformações práticas e concretas no território. A estratégia do mercado imobiliário informal na área afeta e transforma as percepções locais, na medida em que direcionam o projeto de permanência no espaço e nos seus projetos futuros, onde habitar a ruína fabril é uma medida possível dentre suas escolhas de circulação e construção da moradia.

É o tráfico de drogas enquanto grupo social que confere um tipo de organização reguladora e ordenadora do espaço, como um empreendimento imobiliário regulado, uma fortificação e proteção contra polícia e outras facções. Esse fenômeno do agenciamento econômico imobiliário como nova estratégia dessa economia ilegal operada pelo tráfico de drogas, embora esboçada brevemente nesse estudo, merece ser aprofundada com devida atenção em estudos posteriores.

Mostramos, a partir do trabalho de campo realizado, como a apropriação e a produção de infraestrutura nas invasões de moradia em ruínas fabris variam consideravelmente, mas que sem dúvida, habitar a ruína fabril é uma forma de habitar a cidade. É aí que se abrem brechas para se pensar antropológicamente outros regimes de territorialidades existentes no espaço urbano. Entre os aspectos privilegiados no trabalho, destaca-se, entre outros: a dinâmica econômica da mudança de casa dentro dos limites do espaço, relação estreita entre a governança da saúde pública na região, materialização do projeto de permanência a partir da

laje e o mercado do aluguel, bem como as estratégias físicas de menores condições de acesso ao espaço.

Nessa produção de novas territorialidades urbanas no precário, estão presentes a dinâmica “ordinária” de operações policiais, guerras de facções criminosas, de observar a previsibilidade de eventos extraordinários como a enchente. O fator violência não é percebido como o caos, mas têm se constituído como um ordenamento e como algo que restringe a mobilidade das pessoas pelos territórios periféricos, ao mesmo tempo que vai criando e recriando uma dinâmica de enclaves nesses territórios. No plano local as lógicas de ordenamento envolvem uma previsibilidade dos conflitos. O fenômeno da violência restringe a mobilidade e reconfigura territórios periféricos, desenhando novas paisagens.

O curso da etnografia possibilitou, ainda, ressaltar a importância de dois eixos analíticos para o estudo das invasões de moradia da zona norte: precariedade e cotidiano. A premissa foi montar um quadro da experiência de habitar dos atores locais e de fazer a cidade. A precariedade aqui foi construída não através de um polo entre o que é precário e o que não é precário, mas como um *continuum* de diferentes práticas contextualizadas no caso das invasões de moradia no interior ou próximo as favelas do Rio de Janeiro. Ainda que as etnografias imponham limites quanto à generalização das análises, no caso das invasões de moradia e na temporalidade que as envolve, o caso da Parmalat fornece um quadro para avançar no sentido de apreender a produção dessas territorialidades urbanas periféricas, interpretando-as e analisando-as, também a partir dos moradores, as formas de produção dessa habitabilidade e outras formas de moradia popular.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 1987. 4Ed. 2013.
- ALVITO, Marcos. As cores de Acari: uma favela carioca. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.
- BIRMAN, Patrícia, FERNANDES, Adriana e PIEROBON, Camila. “Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares”. *Mana* (UFRJ. Impresso), v. 20, p. 431-460, 2014.
- _____. Favela é comunidade? In: Machado da Silva, L.A. (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FAPERJ/Nova Fronteira, pp. 99-114, 2008.
- _____. “Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns”. In: Patrícia Birman, Márcia Leite, Carly Machado e Sandra Sá Carneiro (orgs.), *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. FGV, 2014.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cad. Pagu* [online]. 2006, n.26, pp.329-376.
- BUTLER, Judith. *Vida precária. El poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Editora Paidós. 2009a
- _____. *Frames of war: when is life grievable?* Nova York: Verso, 2009b.
- _____. *Vida precária. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.
- CAVALCANTI, M., FONTES, P., BLANK, T. CCPL: favela fabril. Lincoln Institute of Land Policy Draft Working Paper, 2011.
- _____, _____. “Ruínas industriais e memória em uma ‘favela fabril’ carioca”. *História Oral*, Vol. 14, no 1, pp. 11-35, 2011.
- CLIFFORD, James, *A experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- CORRÊA, Cláudia Franco. *Controvérsias: entre o "direito de moradia" em favelas e o direito de propriedade imobiliária na cidade do Rio : o "direito de laje em questão"*. Imprensa: Rio de Janeiro, Topbooks, 2012.
- CUNHA, Christina Vital da. *Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo socioantropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no Complexo de Acari*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DANIEL, Jan. Criminal Governance and Insurgency The Rio de Janeiro Experience. IN: Central European Journal of International & Security Studies; Vol. 9 Issue 4, p86, 2015.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. The State and its margins. Anthropology in the margins of the state. New Mexico: Santa Fe, 2004.

DAS, Veena. Life and Words. Violence and the descent into the ordinary. Los Angeles, California: University of California Berkeley Press. 2007.

DAS, Veena. Chapter 12: Recounting Household Events. Action, Expression, and Everyday Life:. Duke University Press, 279-305. 2014.

DAS, Veena. Trauma y testimonio. En: Ortega, Francisco (2008) [Editor]. Veena Das : Sujetos de dolor, agentes de dignidad. Univerisdad Javeriana, Universidad Nacional de Colombia y Centro de Estudios Sociales CES. Bogotá.

DAS, Veena. En la región del rumor. En: Ortega, Francisco (2008) [Editor]. Veena Das : Sujetos de dolor, agentes de dignidad. Universidad Javeriana, Universidad Nacional de Colombia y Centro de Estudios Sociales CES. Bogotá.

DAS, Veena e POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. In: Cuadernos de Antropología Social, nº 27, pp. 19-52, 2008.

FASSIN, Didier. 2007a [2006]. When bodies remember: experiences and politics of AIDS in South Africa. Berkeley: University of California Press. 390 pp.

FASSIN, Didier. 2011a [2010 em francês]. Humanitarian reason. A moral history of the present. Los Angeles: University of California Press. 352 pp.

FEEMA. Mapa dos Conflitos Ambientais. CD-Rom com apresentação dos casos, 2002.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. Cad. CRH, Salvador , v. 23, n. 58, p. 59-73, Abr. 2010.

FERNANDES, Adriana dos Santos. Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro / Tese de doutorado PPCIS-UERJ– 2013.

FOUCAULT, Michel . Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. Cap. XVII Curso do Cóllege de France, 1 de fevereiro de 1978. Microfísica de Poder. 277-293 pp-pp. 1978

GRAHAM, Stephen & MCFARLANE, Colin. Introduction. Infrastructural Lives: Urban Infrastructure in Context, Routledge: London and New York; 280 pp, 2015.

GUIMARAES, Roberta Sampaio. A arquitetura de um espaço franciscano em tempos de reurbanização do porto carioca. Relig. soc., Rio de Janeiro , v. 35, n. 1, p. 87-106, Junho 2015

GUTTERRES, Anelise dos Santos. A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014. Tese de Doutorado, PPGAS/UFRGS. 2014.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do rio de janeiro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 179-209, Abr. 2016

KOPPER, M. Nos Limites da Intervenção: a Antropologia Crítica de Didier Fassin. *Mana* (UFRJ. Impresso), v. 20, p. 355-370, 2014.

LEITÃO, Gerônimo; DELECAVE, Jonas. O programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas?. *Revista O Social em Questão*, Rio de Janeiro, 2013, Ano XVI, nº 29, p. 265-284

LEITE, Marcia. Gestão das “margens” no Rio de Janeiro: sobre dispositivos e agenciamentos em curso em algumas favelas cariocas. 39º Encontro Anual da Anpocs. 2015

_____. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 4, p. 625-642.

LOBO, Heloísa Carmello Rocha. Processos de remoção e seus desdobramentos: tramas e percursos em busca de uma casa / Dissertação de Mestrado PPCIS-UERJ – 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. A política na favela. 1967. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 699-716, fev. 2017. ISSN 2178-2792. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7275>>. Acesso em: 11 Jul. 2017

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO-MARTINS, M. Os 'Condomínios Populares' da Avenida Brasil: uma nova resposta à antigas questões sobre habitação informal no Rio de Janeiro. In: 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014, Caxambu - M.G.. *Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs*, 2014.

MENEGUELLO, C. et alli. “Vazios Urbanos”. In: Carlos Fortuna, Rogério Proença Leite. (Org.). *Plural de Cidade: novos léxicos urbanos*. 1 ed. Coimbra: Almedina, , v. 1, p. 89-96, 2009.

MENDONÇA, Adalton da Mota. “Vazios e ruínas industriais”. Ensaio sobre friches urbaines. In: *Arquitextos*, 2003.

MIAGUSKO, Edson. Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 31, n. 91, e319101, 2016.

- MISSE, Michel. O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana / Michel Misse. Imprensa: Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.
- PAGANO, Michael A; BOWMAN, Ann O'M. Vacant Land in Cities: An Urban Resource. Brookings Institution, Center on Urban & Metropolitan Policy: Washington, DC: 2000.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura (11), nº 2, 2008, pp.263-274.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Imóveis em Estado de Abandono. Equipe Macrofuncional do Decreto 26610/06. 2006
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Lei No 5.799 de 24 de outubro de 2014. Declara como de Especial Interesse Social, para fins de urbanização e regularização, a área denominada Vida Nova e dá outras providências. Diário Oficial [do município do Rio de Janeiro], Rio de Janeiro, RJ, Ano XXVIII, No 155, p. 3. 2014.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei nº 904/2014 de 13 de agosto de 2014. Declara como de especial interesse social, para fins de urbanização e regularização, a área denominada vida nova e dá outras providências. 2014
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto no 26.610 de 05 de junho de 2006. Dispõe sobre a equipe macrofuncional que menciona. Rio de Janeiro: 2006.
- ROCHA, Daniella Guedes. Da favela ao conjunto: a trajetória da CCPL entre o abandono, a remoção e a urbanização / Daniella Guedes Rocha. – 2016. FGV Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. tese de doutorado de
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Soc. estado. [online]. 2004, vol.19, n.1
- SILVA, Luiz Antonio Machado da (Org.). Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. Fazendo a cidade: Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro, Mórula. 2016.
- SILVA, Heitor Ney Mathias da. As ruínas da cidade industrial: resistência e apropriação social do lugar. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2008.
- SOCIAL, OBSERVATÓRIO. Relatório Geral de Observação - Comportamento Social e Trabalhista – Parmalat. Santa Catarina, 2001.
- SOUZA, Leandro Gomes. Análise espacial e gestão municipal de vazios urbanos no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2014.

TELLES, Vera. “Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade”. *Dilemas*, 2(5-6): 97-126, 2010.

ANEXO – Publicação no Diário Oficial do reconhecimento da Comunidade Vida-Nova



LEIS SANCIONADAS E VETOS

OFÍCIO GP Nº 273/CMRJ EM 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que, nesta data, sancionei o Projeto de Lei nº 904, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que "**Declara como de Especial Interesse Social, para fins de urbanização e regularização, a área denominada Vida Nova e dá outras providências**", cuja segunda via restituo-lhe com o presente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de alta estima e distinta consideração.

EDUARDO PAES

Ao

Exmo. Sr.

Vereador JORGE FELIPPE

Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

LEI Nº 5.799 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Declara como de Especial Interesse Social, para fins de urbanização e regularização, a área denominada Vida Nova e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada como Área de Especial Interesse Social - AEIS, para fins de inclusão em programas de urbanização e regularização destinados à população de baixa renda, nos termos do art. 205 da Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011, a área denominada Vida Nova, situada no bairro de Acari, na XXV Região Administrativa - Pavuna, Área de Planejamento 3 – AP 3 da Cidade.

Art. 2º Os limites da Área a que se refere o art. 1º são aqueles descritos e definidos conforme os Anexos I e II desta Lei, respectivamente, nos termos do que dispõe o inciso I do § 1º do art. 205 da Lei Complementar nº 111, de 2011.

Art. 3º A Área de que trata o art. 1º será urbanizada e regularizada pelo Poder Executivo, observados os arts. 210 e 231 a 233 da Lei Complementar nº 111, de 2011, respeitando os seguintes padrões de urbanização, parcelamento da terra, uso e ocupação do solo:

I – sistema viário e de circulação com acesso satisfatório às moradias, compreendendo ruas, vielas, escadarias e serviços de passagens;
II – condições satisfatórias de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e iluminação pública;
III – dimensões do lote mínimas definidas em função da especificidade da ocupação já existente e de condições de segurança e higiene;
IV - uso predominantemente residencial.

Parágrafo único. O Poder Executivo adotará os procedimentos necessários à regularização urbanística e fundiária, aprovando projetos de parcelamento da terra e estabelecendo normas que respeitem a tipicidade da ocupação e as condições de urbanização, ficando a AEIS submetida a regime urbanístico específico, relativo à implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano e formas de controle que prevalecerão

sobre as Zonas ou Subzonas que a contém, conforme dispõe o art. 70 da Lei Complementar nº 111, de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAES

ANEXO I

DELIMITAÇÃO DA AEIS

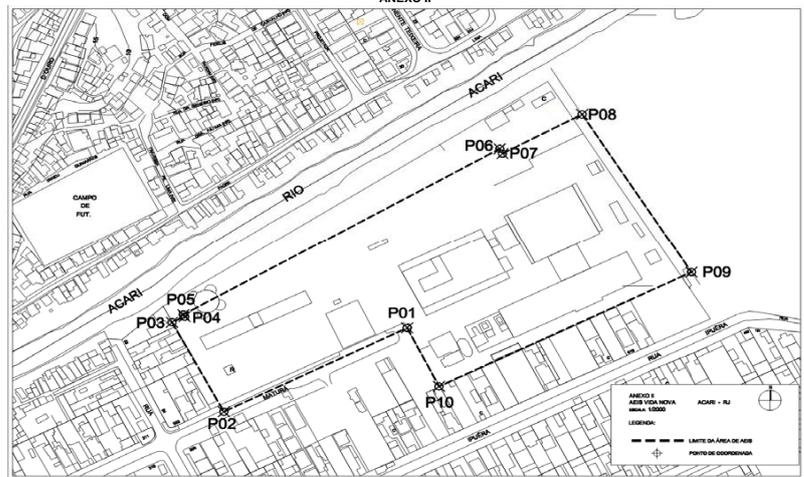
Comunidade: Vida Nova

Bairro: Acari

XXV R.A. – Pavuna

É delimitada por uma poligonal, com início na Rua Matura, no Bairro de Acari, Cidade do Rio de Janeiro, no PONTO P01 (E=669824.4049; N=7475331.6102); deste ponto segue na direção Sudeste em paralelo à Rua Matura por 135,41 m até o PONTO P02 (E=669703.8083;

N=7475270.0289); deste segue acompanhando o alinhamento do muro da antiga fábrica da Parmalat na direção Noroeste por 74,08 m de extensão até o PONTO P03 (E=669669.6872; N=7475335.7836); deste segue na direção Nordeste na extensão de 9,28 m até o PONTO P04 (E=669678.0278; N=7475339.8543); deste segue na direção Noroeste na extensão de 1,78 m até o PONTO P05 (E=669677.1450; N=7475341.4044); deste segue na direção Nordeste na extensão de 241,57 m até o PONTO P06 (E=669885.3297; N=7475463.9385); deste segue na direção Sudeste na extensão de 3,91 m até o PONTO P07 (E=669887.1350; N=7475460.4696); deste segue na direção Nordeste na extensão 59,80 m até o PONTO P08 (E=669939.5516; N=747589.2613); deste segue na direção Sudeste na extensão de 137,01 m até o PONTO P09 (E=670011.5186; N=7475372.6753); deste segue na direção Sudoeste na extensão de 187,08 m em paralelo à Rua Ipuêra até o PONTO P10 (E=669845.3500; N=7475288.8611); deste segue na direção Noroeste na extensão de 47,82 m até o PONTO P01 (E=669824.4048; N=7475331.6102), ponto inicial desta descrição.



OFÍCIO GP Nº 274/CMRJ EM 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que, nesta data, sancionei o Projeto de Lei nº 509, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "**Declara como de Especial Interesse Social, para fins de urbanização, regularização e produção habitacional, a área que menciona e estabelece os respectivos padrões especiais**

de urbanização.", cuja segunda via restituo-lhe com o presente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de alta estima e distinta consideração.

EDUARDO PAES

Ao

Exmo. Sr.

Vereador JORGE FELIPPE

Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal da Casa Civil

Empresa Municipal de Artes Gráficas S.A

Imprensa da Cidade

Diretor Presidente: Franck Corrêa de Oliveira

Diretor de Administração e Finanças: Roberto M. Pereira

Diretor Industrial: Frederico Dias Martins de Paola

A CAPA DO DIÁRIO OFICIAL É PRODUZIDA PELA COORDENADORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

FOTOLITO E IMPRESSÃO:

GRÁFICA EDITORA JORNAL DO COMÉRCIO S.A.

AVISO

A Imprensa da Cidade comunica aos órgãos e entidades municipais que a Agência do D.O. Rio não aceitará a publicação de extrato de contrato que esteja em desacordo com o § 2º do art. 441 do RGCAF.

Preço das publicações (centímetro de coluna)	
Empresas Públicas, Fundações e Sociedades de Economia Mista do Município	R\$ 5,00
Terceiros (entidades externas ao Município)	R\$ 80,85
Os textos para publicação devem ser apresentados em cd, pendrive, digitados em fonte Arial, corpo 12, em linhas de 13 centímetros de largura, acompanhados de uma cópia com assinatura e identificação do responsável.	
As páginas do Diário Oficial são tiradas por três colunas de 40 centímetros.	
Preço do Diário Oficial	
Exemplar avulso (venda na Agência D.O. Rio)	R\$ 2,00
Exemplar atrasado (sujeito à disponibilidade)	R\$ 2,60
Assinatura semestral	R\$ 502,00
Assinatura semestral (retirado no balcão)	R\$ 342,00
Entrega de matérias para publicação e forma de pagamento: A entrega das matérias, os pagamentos de publicações e a aquisição de exemplares atrasados devem ser efetuadas diretamente na Agência D.O. Rio – Centro Administrativo São Sebastião – CASS.	
Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Térreo – Cidade Nova. Tel.: 2976-2284. As contratações ou renovações de assinaturas deverão ser efetuadas pelo telefone : 2976-2284. As assinaturas serão pagas por intermédio de boletos emitidos pela empresa e endereçados aos assinantes.	
Para reclamações sobre publicações dirigir-se Agência D.O. Rio – Centro Administrativo São Sebastião – CASS.	
Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Térreo – Cidade Nova. Tel.: 2976-2284, através do e-mail: pf@crij.gov.br no prazo de 10 dias da data da veiculação.	